

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

ELÍS SARAIVA SANTANA

**CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES: MEMÓRIA, DITADURA CIVIL-
MILITAR E EDUCAÇÃO NA BRASIL PARALELO**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
DEZEMBRO DE 2025**

ELÍS SARAIVA SANTANA

**CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES: MEMÓRIA, DITADURA CIVIL-
MILITAR E EDUCAÇÃO NA BRASIL PARALELO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória Cultura e Educação

Projeto Temático: Memória, Trajetórias Sociais e Processos Ditatoriais: nacionais e/ou transnacionais

Orientadora: Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
DEZEMBRO DE 2025**

S223c

Santana, Elís Saraiva.

Conquistando corações e mentes: memória, ditadura civil-militar e educação na Brasil Paralelo / Elís Saraiva Santana, 2025.

162f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr.^a Livia Diana Rocha Magalhães.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2025.

Inclui referência F. 138 – 154

1. Ditadura civil-militar. 2. Audiovisual - Memória. 3. Memória social. 4. Golpe de 1964. I. Magalhães, Livia Diana Rocha. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III.

CDD 981.063

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Winning hearts and minds: memory, civil-military dictatorship and education in Brasil Paralelo.

Palavras-chaves em Inglês: civil-military dictatorship; memory; education; internet.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (Presidente), Profa. Dra. Milene de Cássia Silveira Gusmão (Titular), Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos (Titular), Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso (Titular), Profa. Dra. Sônia Maria de Meneses Silva (Titular).

Data da Defesa: 12 de dezembro de 2025

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELIS SARAIVA SANTANA

CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES: MEMÓRIA, DITADURA CIVIL-MILITAR E EDUCAÇÃO NA BRASIL PARALELO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 12 de dezembro de 2025.

Banca Examinadora:


Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães – Presidente
Instituição: UESB

Ass.:  Documento assinado digitalmente
LIVIA DIANA ROCHA MAGALHAES
Data: 16/12/2025 13:19:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Profa. Dra. Milene de Cássia Silveira Gusmão
Instituição: UESB

Ass.:  Documento assinado digitalmente
MILENE DE CASSIA SILVEIRA GUSMAO
Data: 30/12/2025 15:39:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos
Instituição: UESB

Ass.:  Documento assinado digitalmente
CLAUDIO EDUARDO FELIX DOS SANTOS
Data: 06/01/2026 11:21:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Sônia Maria de Meneses Silva
Instituição: URCA - Programa ProfHistória

A  SONIA MARIA DE MENESES SILVA
Data: 18/12/2025 10:09:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso
Instituição: UFBA

Ass.:  Documento assinado digitalmente
LUCILEIDE COSTA CARDOSO
Data: 20/12/2025 09:35:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Tinha um câncer no meio do caminho...

Não tenho a intenção de me colocar como vítima de uma situação que, eventualmente, qualquer um de nós está sujeito, afinal, enquanto animais, seres orgânicos, uma doença como essa e tantas outras é parte do jogo da mãe natureza e só nos resta jogar.

O que pretendo nesse espaço, e sinto, na verdade, uma necessidade latente de expressar, é compartilhar um pouco das reflexões que a vida tem me obrigado a fazer nos últimos anos. E uma delas em particular atravessou como um raio todos os meus planos, incluindo este trabalho.

Com pouco mais de um ano de curso, descobri um câncer de mama que me tirou da linha reta que eu tinha traçado para minha vida. No começo, faltou um pouco de ar e sobrou um pouco de medo. Mas, essa foi uma batalha que tive que lutar e, diante de todos os cenários possíveis, o tratamento seguiu dentro das melhores expectativas e, do ponto de vista clínico, tudo vai muito bem.

O ponto é que, diante desse baque, me entristeceu muitas vezes ter que reorganizar minha vida, tarefas e objetivos adequando-os ao tratamento e às limitações temporárias. Por outro lado, me alegrou muitas vezes ver cada conquista durante esse período.

Assim, concluir essa tese é uma vitória muito maior do que eu jamais poderia ter imaginado. Por certo, não percorri esse caminho sozinha e em nenhum momento faltou quem segurasse a minha mão.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães por mais uma vez confiar na minha capacidade. Nossa parceria é de longa data e tem rendido belíssimos frutos. Agradeço ainda pela sensibilidade para lidar com todo esse processo que nos acompanhou ao longo do doutorado. O seu cuidado e compreensão certamente tornaram tudo mais fácil.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade (PPGMLS), especialmente aos coordenadores Prof. Dr. José Alves Dias e Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva, e a Profa. Dra. Luci Mara Bertoni, que me acolheram, orientaram e ajudaram em tudo que foi possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento à pesquisa.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), cujo espaço vivi por tantos anos, onde sorri, onde chorei, onde virei gente.

Aos membros avaliadores da banca, Profa. Dra. Milene de Cássia Silveira Gusmão, Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos, Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso e Profa. Dra. Sônia Maria de Meneses Silva, pela leitura atenta e valiosas contribuições.

Mais uma vez aos professores Cláudio e Lucileide por acompanharem essa trajetória desde o mestrado.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Memória das Políticas Educacionais (GHEMPE), especialmente a Sandra, Indyhara, Gláucia, Gisele e Clauber, pelo apoio, pela parceria nos estudos, nas angústias e alegrias da vida acadêmica.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), pela disponibilidade e atenção no suporte técnico.

À minha família, amigos e amigas por todo apoio e carinho ao longo de todos esses anos de estudos, especialmente por me acolherem em um momento tão delicado.

A Leandro, pelas incontáveis horas em salas de espera, por segurar a minha mão em cada sessão de quimioterapia, pelos banhos, por limpar os vômitos, por ser colo, abrigo e compreensão.

Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. [...] O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar. (Hobsbawm, Sobre História, p. 18).

RESUMO

Nesta pesquisa, tomamos como objeto de análise produções audiovisuais da produtora Brasil Paralelo. São elas: **1964: O Brasil entre Armas e Livros** e a trilogia de filmes **Pátria Educadora**. Nosso foco foi compreender os objetivos, abordagens e temas explorados pela empresa nessas produções para compor uma narrativa revisionista acerca do golpe de 1964, da ditadura civil-militar e da educação escolar no país. Considerando que essas produções audiovisuais foram elaboradas e veiculadas em uma conjuntura marcada pelo acirramento da disputa de hegemonia entre setores conservadores na última década, compreendemos tais obras como representativas da atuação político-ideológica das chamadas novas direitas e de seus intelectuais orgânicos no país, ressaltando a crescente projeção de seus produtos na formação e disseminação de valores neoliberais e conservadores no ambiente virtual. A partir dos campos de estudos da memória social e da história pública, discutimos as relações entre educação, memória e história da ditadura civil-militar, bem como a forma como essas produções buscam construir narrativas legitimadoras do golpe de 1964, baseadas principalmente na contraposição à historiografia crítica e à educação escolar, ao mesmo tempo em que procuram se afirmar como um projeto educativo ideal buscando inserção no espaço escolar.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; memória; educação; internet.

ABSTRACT

In this research, we take as our object of analysis audiovisual productions from the production company Brasil Paralelo. Here they are: **1964: Brazil between Weapons and Books** and the trilogy of films **Educating Nation**. Our focus was to understand the objectives, approaches, and themes explored by the company in those productions in order to construct a revisionist narrative about the 1964 coup, the civil-military dictatorship, and school education in the country. Considering that those audiovisual productions have been created and broadcast in a context marked by the intensification of struggle, for hegemony among conservative sectors in the last decade, we understand those works as representative of the political-ideological actions of so-called new right and its organic intellectuals in the country, highlighting the growing projection of their products in formation and dissemination of neoliberal and conservative values in the virtual environment. From the fields of social memory and public history studies, we have discussed the relationships between education, memory, and the history of the civil-military dictatorship, as well as how these productions seek to construct legitimizing narratives of the 1964 coup, based mainly on opposition to critical historiography and school education, while simultaneously seeking to assert themselves as an ideal educational project aiming for insertion into the school environment.

Keywords: civil-military dictatorship; memory; education; internet.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Excerto do <i>site</i> da Brasil Paralelo – Alcance.....	38
Figura 2 - Excerto do <i>site</i> da Brasil Paralelo – Missão, Visão e Valores	38
Figura 3 - Excerto da seção Seja membro do <i>site</i> da Brasil Paralelo	39
Figura 4 - Resultado de Interesse ao longo do tempo para o termo de pesquisa Brasil Paralelo entre 27/07/2016 e 10/11/2023.....	41
Figura 5 - Plano Mecenass.....	52
Figura 6 - Anúncio do programa de formação educacional Travessia.....	53
Figura 7 - Excerto da seção Seja membro do <i>site</i> da BP sobre a iniciativa BP nas escolas	54
Figura 8 - Excerto do <i>site</i> do Centro Univ. Católico Ítalo Brasileiro – Vestibular de História	55
Figura 9 - Excerto do <i>site</i> da Brasil Paralelo com uma propaganda exclusiva para professores.....	56
Figura 10 - Cenas da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros”	62
Figura 11 - Excerto de cenas da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros”	62
Figura 12 - Excerto de cenas da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” - Filipe Valerim	63
Figura 13 - Trecho inicial do capítulo “O fim da história”, da trilogia “Pátria Educadora”	66
Figura 14 - Trecho de um telejornal reproduzido no capítulo “O fim da história”, da trilogia “Pátria Educadora”	66
Figura 15 - Excerto de cena da abertura do filme “Brasil: a última Cruzada” – capítulo 1 – A Cruz e a Espada - Brasão	69
Figura 16 - Excerto de cena da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” - Brasão	70
Figura 17 - Excerto de cena da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros”	70
Figura 18 - Cena da abertura da trilogia “Pátria Educadora” – Dois homens apertam as mãos	72
Figura 19 - Cena da abertura da trilogia “Pátria Educadora” – Formando.....	73
Figura 20 - Cena da abertura da trilogia “Pátria Educadora” – Professor e alunos em sala de aula	73
Figura 21 - Cena da abertura da trilogia “Pátria Educadora” – Representação gráfica do título da trilogia	74
Figura 22 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – recorte de jornal 1	76
Figura 23 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – recorte de jornal 2	76

Figura 24 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – representação da família Romanov.....	77
Figura 25 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – representação de Lenin, Trotsky e Stálin.....	78
Figura 26 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – frame de soldados soviéticos.....	79
Figura 27 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – representação dos mapas dos EUA e URSS.....	80
Figura 28 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – frame de pessoas circulando na rua, possivelmente nos EUA.....	80
Figura 29 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – frame de compras em caixa de mercado	81
Figura 30 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Cena de agressão em uma manifestação não identificada	82
Figura 31 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Mais uma cena de agressão em uma manifestação não identificada.....	83
Figura 32 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Cena de uma bandeira sendo queimada em uma manifestação não identificada.....	83
Figura 33 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Mais uma cena de uma bandeira sendo queimada em uma manifestação não identificada	84
Figura 34 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Cena de Mussolini	84
Figura 35 - Imagem e citação de Mussolini.....	85
Figura 36 - Excerto da descrição do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” no canal da Brasil Paralelo no <i>YouTube</i>	92
Figura 37 - Excerto da descrição do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” no canal da Brasil Paralelo no <i>YouTube</i>	94
Figura 38 - Principais temáticas abordadas na trilogia “Pátria Educadora”	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções da Brasil Paralelo.....	18
---	-----------

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-5	Ato Institucional n. 5
APH	Aparelho privado de hegemonia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BP	Brasil Paralelo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
COF	Curso On Line de Filosofia
CPI	Comissão parlamentar de inquérito
DPL	Docentes Pela Liberdade
DSN	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
EAD	Educação à distância
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INC	Instituto Conhecimento Liberta
IPES	Instituto de Pesquisas Estudos Sociais
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PIRLS	<i>Progress in International Reading Literacy Study</i>
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEB	Secretaria de Educação Básica
StB	Serviço de Inteligência da República Socialista da Tchecoslováquia
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Questões Metodológicas	17
1.2 Fundamentação Teórica	18
1.2.1 Revisionismo ideológico, negacionismo, história pública e internet	22
1.2.2 Ditadura civil-militar: memórias em disputa	30
1.3 Da estrutura do texto.....	34
2 A MISSÃO DA BRASIL PARALELO.....	36
2.1 A repercussão dos materiais publicados pela Brasil Paralelo	37
2.2 A repercussão da Brasil Paralelo e suas manifestações na imprensa	42
2.3 Abordagens à Brasil Paralelo no âmbito da pesquisa acadêmica.....	44
2.4 As iniciativas da Brasil Paralelo no âmbito da educação	49
3 O AUDIOVISUAL NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA BRASIL PARALELO ...	57
3.1 A mobilização do gênero documentário e sua relação “indexativa” com a realidade	59
3.1.1 Seleção, enquadramento e justaposição das imagens aliadas à trilha sonora.....	68
3.1.2 Ampla utilização de imagens de arquivos	75
3.1.3 Utilização de entrevistas, de testemunhas ou especialistas para “moldar e criar o sentido mais amplo do passado”	86
4 DITADURA CIVIL-MILITAR E EDUCAÇÃO NA “BRASIL PARALELO”	91
4.1 O discurso de legitimação da ditadura civil-militar	92
4.2 A suposta revolução cultural e a hegemonia nas escolas e universidades: a trilogia “Pátria Educadora”.....	107
4.2.1 Pelas barbas do profeta.....	115
5 CONCLUSÃO.....	130
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICE A - Gráficos e quadros elaborados a partir da ferramenta <i>Google Trends</i>	155
APÊNDICE B - Entrevistados no filme “1964: o Brasil entre armas e livros”	157
APÊNDICE C - Entrevistados na trilogia “Pátria Educadora”	158
ANEXO A - Excerto de matéria publicada no <i>site</i> da BP sobre o projeto Mecenaz	159
ANEXO B - Excerto de matéria publicada no <i>site</i> da BP sobre o catálogo de cursos da empresa.....	160
ANEXO C - Excerto de matéria publicada no <i>site</i> da BP sobre a “cultura ocidental”..	161
ANEXO D - Excertos do <i>site</i> do Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro.....	162

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, na pesquisa de mestrado, nos debruçamos sobre os sentidos e as disputas de memória em torno da ditadura civil-militar¹ (1964-1985) em duas produções audiovisuais: **1964: o Brasil entre armas e livros**, da Brasil Paralelo, e **Guia Politicamente Incorreto**, do History, de amplo alcance no *YouTube* e nos comentários de usuários em interação com esses conteúdos. De fato, a pesquisa demonstrou que, nos comentários no *YouTube*², boa parte dos usuários corroboraram a narrativa desses materiais. Em suma, principalmente, **1964: o Brasil entre armas e livros**, da produtora Brasil Paralelo, tenta convencer a necessidade do golpe de 1964, inclusive instigando os espectadores a divulgar o filme e ratificar a sua versão sobre o golpe e a ditadura subsequente.

À luz da análise desses materiais, chegamos à constatação de que a Brasil Paralelo trabalha veementemente com a premissa segundo a qual os militares, embora tenham vencido os comunistas no campo bélico, foram derrotados nos campos da cultura e da educação ao permitirem que a esquerda se infiltrasse nos meios de comunicação, nas escolas e nas universidades. A produtora parte da premissa de que há uma historiografia de influência marxista, que é disseminada nas instituições educacionais, e uma pedagogia de cunho libertário no país que precisam ser debeladas.

A empresa sistematiza e difunde sua visão política de história e de educação, utilizando-se de meios tecnológicos de amplo alcance social, para a promoção de cursos de formação, clubes de leitura, *podcasts*, programas de entrevista, produção de filmes, entre outros materiais. Reúne interpretações de intelectuais orgânicos de vários matizes teóricos, no campo neoliberal e conservador, para debater opiniões e concepções de história e de educação como meio de consolidar sua visão de mundo. Esse modo de atuação, apesar dos recursos

¹ Concordando com as ponderações de Cardoso e Moreira (2024, p. 34), assumimos o uso da denominação ditadura civil-militar considerando que “a categoria [...] não ignora a centralidade do papel dos militares no arranjo do poder repressivo, mas amplia o arcabouço de compreensão sobre a natureza daquele regime”. A atuação de setores específicos da chamada sociedade civil na conspiração que derrubou o governo de João Goulart e o papel destes para a legitimação do regime ditatorial vem sendo explorados principalmente no campo das ciências sociais e da história. Este tem sido um debate importante nas últimas décadas na esfera historiográfica, envolto em uma série de polêmicas e controvérsias, com repercussão no debate público. Portanto, a adoção da categoria civil-militar neste trabalho não desconsidera os recortes de classe e a articulação para o golpe de Estado no Brasil em um contexto de capitalismo dependente (Dreifuss, 1981; Fernandes, 2006). Visamos, sobretudo, lançar luz à atuação de determinados grupos e sujeitos que, no presente, mobilizam determinada história e memória daquele período.

² “Nos comentários, os usuários referendam os conteúdos desses filmes para corroborar as narrativas que lhes são apresentadas, de modo que o anticomunismo, o antiesquerdismo, a negação ou o revisionismo da ditadura e a descredibilização da educação escolar também aparecem como elementos de destaque no conjunto de comentários analisados. Ainda, observamos o uso da memória e suas dimensões conflitivas quando os usuários recorrem a testemunhos próprios e dos seus próximos para combater a memória de outros, possibilitando-nos a compreensão acerca dos usos políticos que se fazem do passado” (Santana, 2021, p. 103-104).

tecnológicos, não é novidade, como afirma Antonio Gramsci (2001, p. 15):

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...].

Considerando que as disputas pela direção moral, política e intelectual de uma sociedade ocorre de acordo com as relações conflituosas entre diferentes interesses, mas, historicamente, também se operacionalizam por meio de aparelho hegemônico que “enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento” (Gramsci, 1999, p. 320), partirmos da suposição de que a Brasil Paralelo se destaca como uma das expressões mais articuladas desse movimento. Não restringe suas operações à esfera institucional, mas tem atuado na disputa pela hegemonia de uma pedagogia política³ nacional de caráter conservador e neoliberal. A produtora investe, prioritariamente, na ocupação do ambiente digital, mas estende sua produção e distribuição a instituições educativas, visando à socialização de conteúdos para o domínio de narrativas sobre temas estratégicos, como educação, política e história.

A disputa do campo educacional, nosso objeto de estudo propriamente dito, nesse contexto, se torna um canal privilegiado, utilizado pela empresa para mobilização da história e da memória da ditadura civil-militar compatível com os projetos alardeados por setores neoliberais e conservadores em suas diversas origens e manifestações no país. À luz de revisionismos ideológicos e negacionismos da existência da ditadura, depreende o período como um regime político necessário ao combate contra os perigos da tomada do poder pela esquerda e de uma educação que dialoga com fundamentos supostamente perigosos para a formação de homens e mulheres patrióticos e úteis ao país.

Isto posto e considerando que a produtora utiliza largamente elementos característicos da chamada história pública e do gênero cinematográfico documentário, a nossa principal pergunta de pesquisa consiste em indagar acerca de seus objetivos, abordagens, tipos de narrativas e produções audiovisuais eleitas para compor uma narrativa que interpele, negando, segundo uma lógica formal, visões crítico-historiográficas acerca da ditadura civil-militar

³ Segundo Popkewitz (1997), as políticas educativas e práticas pedagógicas são orientadas a partir da sua relação intrínseca com as estruturas políticas, econômicas e sociais. Tende a adaptar-se diante das profundas mudanças econômicas e sociais, voltando-se, sobretudo, para o direcionamento das habilidades individuais (intelectuais, técnicas e morais) em uma espécie de “individualismo possessivo” para atender às demandas das democracias liberais em ascensão a partir da segunda metade do século XX.

(1964-1985) e de educação.

Tudo indica que a empresa se utiliza do gênero documentário, explorando sua “relação ‘indexativa’ com a realidade” (Rosenstone, 2010, p. 109) em materiais compostos por imagens, sons e um conjunto de compilados de informações para defesa de suas concepções e projeto, presente e futuro, de sociedade, com o objetivo de atuar, ao mesmo tempo, como uma espécie de “bússola moral” e “suporte intelectual” na defesa de determinadas visões de mundo.

O nosso objetivo foi analisar os instrumentos e as narrativas que a empresa tem utilizado para disputar o conhecimento historiográfico e educacional, interpondo memórias sociais identificadas com a ditadura civil-militar e com a educação no mesmo sentido, por meio de conteúdos apresentados e projetados de forma audiovisual, com o intuito de destacar fatos singulares da ditadura civil-militar, o suposto perigo do “comunismo”, e a problematização de pedagogias que favorecem o conhecimento histórico e dialético da política e da sociedade.

1.1 Questões metodológicas

Sem desprezar as múltiplas manifestações do fenômeno em sua dialogia, buscamos explorar os materiais audiovisuais produzidos pela Brasil Paralelo, doravante BP, destacando os principais enunciados acerca do período ditatorial e os modelos de ensino eleitos como ideais para a educação. São eles: o filme **1964: o Brasil entre armas e livros** e a trilogia de filmes **Pátria Educadora**, composta de três capítulos: **O fim da História**, **Pelas barbas do profeta** e **Guerra contra a inteligência**. Dessas produções, foi extraído o nosso *corpus* de análise – dados, fontes, textos, conteúdos e imagens.

O filme **1964: Brasil entre armas e livros** trata do golpe e da ditadura civil-militar e foi disponibilizado gratuitamente no *YouTube* em 02 de abril de 2019. Com pouco mais de duas horas de duração, até nossa última consulta, em 1º de outubro de 2025, o filme contava com mais de 11,5 milhões de visualizações. A trilogia fílmica **Pátria Educadora**, que trata da Educação, foi disponibilizada entre os dias 31 de março e 04 de abril de 2020. Até nossa última consulta, em 1º de outubro de 2025, os três capítulos da trilogia somavam mais de 8,8 milhões de visualizações.

No quadro de caráter didático e ilustrativo a seguir, reunimos as principais informações sobre o tipo de produção, título, data de disponibilização em plataforma de vídeos *on-line*, duração e número de visualizações de cada produção.

Quadro 1 - Produções da Brasil Paralelo

Tipo de material	Título	Capítulos	Data de disponibilização no canal da BP no YouTube	Duração	Visualizações até 01/10/2025
Audiovisual	1964: o Brasil entre armas e livros	-	02 abr. 2019	2h 07min 19s	11.554.323
Audiovisual	Pátria Educadora	O Fim da História	31 mar. 2020	51min 51s	3.729.950
		Pelas Barbas do Profeta	01 abr. 2020	1h 12min 01s	1.866.534
		Guerra Contra a Inteligência	04 abr. 2020	1h 36min 40s	3.212.284

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Como procedimento metodológico, inicialmente transcrevemos as falas do narrador (Filipe Valerim) e participantes dos quatro filmes selecionados. Em seguida, realizamos *prints*, ou seja, capturas de tela diretamente da reprodução dos filmes no *YouTube*. Posteriormente, selecionamos, dentre o material coletado, excertos das falas dos participantes e figuras representativas da construção narrativa e imagética da empresa acerca do golpe de 1964, do período ditatorial (1964-1985) e da educação no Brasil.

Naturalmente, esses não são os únicos materiais produzidos pela BP, portanto, também recorreremos, quando necessário, a outros materiais da produtora que, de certo modo, corroboram essa discussão, tais como informações no *site* oficial da empresa e outras produções, como entrevistas, *lives* e textos publicados *on-line* pela própria produtora.

Ressaltamos que o trabalho com fontes digitais requer cuidados específicos⁴, principalmente se considerarmos a volatilidade do material, ou seja, a possibilidade de modificação ou mesmo de remoção do armazenamento. Assim, como medida cautelar, anexamos ao trabalho *prints* de páginas consultadas referentes às informações obtidas no *site* da empresa.

1.2 Fundamentação teórica

O esforço para compreender a centralidade da educação no projeto político promovido pela empresa BP dificilmente pode ser dissociado do aparecimento das chamadas novas direitas no Brasil, a partir da década de 2010. A utilização dessa expressão no plural tem o

⁴ Uma análise mais aprofundada sobre esse tema pode ser encontrada em: **O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet** como fonte primária para Pesquisas Históricas (Almeida, 2011).

objetivo de destacar a diversidade de sujeitos, grupos e interesses que compõem essa corrente político-ideológica, por assim dizer.

[...] o uso de direita, no singular, precisa ser relativizado. O que existe hoje é a confluência de grupos diversos, cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum. Os setores mais extremados incluem três vertentes principais, que são o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo. (Miguel, 2019, p. 94).

Embora as discussões acerca das novas direitas se refiram a uma onda de organização política e popularização recente, os setores liberais e conservadores mantiveram-se atuantes ao longo de todo o período republicano, sendo, inclusive, forças essenciais para legitimação do golpe de 1964. E, apesar do seu arrefecimento no pós-ditadura, Casimiro (2016) desvelou um conjunto de aparelhos privados de hegemonia de caráter patronal no país entre 1980 e 2014, como os ainda atuantes Instituto Liberal e Instituto de Estudos Empresariais. Para Casimiro (2016, p. 404), “A penetração de aparelhos burgueses de ação política e ideológica na estrutura estatal [...] demonstra o *modus operandi* da nova direita em sua articulação dialética entre coerção e consenso”.

As chamadas *think tanks*⁵, que se concentram principalmente nas disputas pela hegemonia no campo das ideias, têm sido um dos principais meios de difusão dos ideais neoliberais ao redor do globo, destacando-se, sobretudo a partir dos anos de 1980. Segundo Rocha (2015), a partir de 2006, no Brasil, ocorre a ampliação considerável de redes oriundas de diversas origens e campos de manifestação política e não necessariamente apenas vinculadas a partidos tradicionais de direita, mas convergentes para uma espécie de unidade em defesa de valores conservadores e cuja divulgação acontece, sobretudo por meio da internet. A autora identifica como elementos comuns a esses grupos o antipetismo e o anti-esquerdismo, que, por sua vez, convergem para uma espécie de “amalgama ultraliberal-conservador”.

Sem o objetivo de esgotar o debate, mas querendo situá-lo de forma aproximada, podemos dizer que essa coalisão entre pressupostos neoliberais e conservadores, à primeira

⁵ “Os *think tanks* podem ser definidos de modo mais genérico como instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange a adoção de determinadas políticas públicas. Essas instituições, que podem ser independentes ou associadas a grupos de interesse específicos, costumam atuar como uma ponte entre a academia e demais comunidades epistêmicas e a esfera pública, na medida em que traduzem resultados de pesquisas especializadas para uma linguagem e um formato que sejam acessíveis para implementadores de políticas públicas e para a população em geral” (Rocha, 2015, p. 276).

vista antagônicos, parece ser o consenso entre as pesquisas que se dedicaram a desvelar esse fenômeno na política brasileira contemporânea (Harvey, 2005; Rocha, 2019; Chauí, 2020; entre outros).

Em que pese às diferenças, especificidades e contradições entre esses campos ideológicos (Harvey, 2005), as alianças estratégicas entre neoliberalismo e conservadorismo têm se consolidado de modo que este parece atuar como uma espécie de “cola moral” responsável pela produção de consenso e sustentação em torno das políticas econômicas neoliberais:

[...] é preciso destacar, [...] como cada campo contribui para a formação do amálgama conservador-liberal. A radicalidade do programa neoliberal de reformas, ao transferir integralmente para as famílias a responsabilidade da seguridade social, precisa encontrar uma base de valores que fortaleça a instituição familiar. É o campo conservador, com uma fundamentação religiosa para a família e para a nação, que preenche esse espaço moral. Não se trata, portanto, de oportunismo ou afinidades contextuais, mas de necessidade estrutural de complementação de valores que viabilizam os processos sociais e econômicos concretos. (Cavalcante; Chaguiri; Nicolau Netto, 2021, p. 304).

Esse arranjo neoliberal e conservador necessita de um Estado forte que, distante do apregoadado “Estado mínimo”, requer, na verdade, o deslocamento das suas ações para, por um lado, direcionar o fundo público exclusivamente para o capital e, por outro, fortalecer os mecanismos de vigilância e controle social (Chauí, 2020).

No que concerne à educação, considerando que se trata de “um processo implicado diretamente com a reprodução das relações de produção, possibilitando que estas relações ou reforcem a dominação, ou provoquem a sua mudança estrutural” (Jesus, 1989, p. 29), o âmbito das políticas educacionais não escapará das investidas do pensamento neoliberal e conservador, no que diz respeito ao processo de privatização, mas, também, na “disputa pelo conteúdo, em um projeto de restauração de classe” (Peroni, 2020, p. 3).

Seguindo a lógica neoliberal, a partir da década de 1990, o Estado Brasileiro passou a organizar a escola visando à maximização dos resultados de acordo com os investimentos aplicados à área. A releitura da teoria do capital humano, herdeira do projeto de educação da ditadura civil-militar, mas adaptada à nova conjuntura, passa a preconizar a busca individualizada da capacitação para o mercado de trabalho, porém, não garante o acesso ao emprego formal. O sensível aumento do acesso à escola se dá em detrimento da qualidade do ensino e da aprendizagem efetiva (Saviani, 2019).

Mesmo durante os governos ditos progressistas e aqueles em certa medida mais

próximos à esquerda (2003-2016), apesar do desenvolvimento de políticas sociais mais afirmativas, há uma convivência contraditória entre a retórica democrática e práticas de gestão neoliberais. Se, por um lado, assistimos à valorização da educação popular e de perspectivas críticas inspiradas em Paulo Freire, principalmente pelas políticas afirmativas de acesso e inclusão; por outro lado, persistem mecanismos de gestão alinhados à lógica neoliberal, calcados na racionalidade produtivista do neoprodutivismo (Saviani, 2019).

Se os governos de base social democrática não conseguiram romper com a lógica neoliberal no campo da Educação, os governos conservadores (2016-2022) recrudesceram o neoprodutivismo articulado a um discurso abertamente conservador. A subordinação da Educação à lógica do mercado presente nas gestões anteriores, intensifica-se, segundo Saviani (2020), com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reforça competências e habilidades alinhadas ao mercado, reduzindo o espaço para a formação humanista. Acrescenta-se a isso a investida de caráter moral e ideológico que criminaliza a Educação crítica e se expressa, sobretudo em projetos, como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), em discussões acerca da regulamentação do *homeschooling*, em projetos de lei ligados ao Movimento Escola Sem Partido, em agrupações contra a chamada ideologia de gênero, entre outros, que se ampliam com a criação de redes de comunicação e organização *on-line* para manutenção ou recomposição de um projeto neoliberal e conservador de Educação e de sociedade.

Sem embargo, além das disputas em torno de um projeto de educação no âmbito institucional, destacamos também a crescente atuação de diversos setores das chamadas novas direitas, que atuam especialmente na internet com a promoção de cursos de formação, clubes de leitura, entres outros⁶. Casimiro (2020, p. 67) enfatiza o papel da produção e do compartilhamento de conteúdo na articulação das novas direitas, que “municiam seus ativistas políticos com uma rede interligada e sofisticada de produção de consenso”.

Recorrendo a Antonio Gramsci, situamos a sociedade civil⁷ no campo das disputas

⁶ Como exemplo podemos citar o curso de filosofia ministrado por Olavo de Carvalho, a partir de 2009, como um dos precursores da formação de quadros com a utilização preferencialmente de plataformas *on-line*. O extinto *site* “Terça Livre” também foi um veículo de informação e formação vinculado às novas direitas. Mantido por Allan dos Santos – blogueiro investigado por disseminação de *fakenews* e formação de “milícias digitais”, atualmente foragido –, o *site* oferecia cursos de formação antes de ser retirado do ar em outubro de 2021. A deputada estadual Ana Campagnolo (PSL/SC) também mantém um conjunto de cursos *on-line* voltados principalmente para o combate ao feminismo e para fortalecimento do pensamento conservador.

⁷ O conceito de “Estado Integral”, ou “Estado Ampliado” emerge da relação indissociável e dialética entre sociedade política e sociedade civil, esta última “implica no conjunto dos organismos chamados de ‘privados’ ou ‘aparelhos privados de hegemonia’, no sentido da adesão voluntária de seus membros. Entre esses aparelhos, Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. É em torno deles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados (Mendonça, 2014, p. 35).

pela direção moral e intelectual da sociedade, na busca pela construção de consenso por meio dos aparelhos privados de hegemonia: “A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento” (Gramsci, 1999, p. 320). No entanto, o exercício da hegemonia não se dá de forma estanque, mas pelas relações conflituosas entre diferentes interesses e projetos, muitas vezes antagônicos, ainda que intraclasse.

Em síntese, as novas direitas não restringem suas operações à esfera institucional; elas têm se inserido na disputa pela hegemonia, investindo, prioritariamente, na formação moral e na ocupação do ambiente digital com a produção de conteúdos que visam ao domínio de narrativas sobre temas estratégicos, como Educação, Política e História. No caso do Brasil, a produtora Brasil Paralelo se destaca como uma das expressões mais articuladas desse movimento. Assim, é preciso inserir a atuação da empresa, na condição de um aparelho privado de hegemonia, no interior de um ecossistema político-ideológico mais amplo, de convergência entre o neoliberalismo e o conservadorismo, e que assume o papel de formular e difundir o que poderíamos chamar de “produtos educativos” alinhados a um projeto de restauração nacional.

O campo educacional, nesse contexto, se torna um canal privilegiado nas disputas de memória e na mobilização da narrativa acerca da ditadura civil-militar, compatível com o projeto identificado com o Estado autoritário. Nesse contexto situamos nosso estudo, compreendendo que a interpretação da ditadura civil-militar elaborada pela BP inclui, necessariamente, a instrumentalização da Educação.

1.2.1 Revisionismo ideológico, negacionismo, história pública e internet

O historiador italiano Enzo Traverso afirma que, ao contrário do exercício de revisão inerente ao trabalho do historiador, o chamado revisionismo histórico atual refere-se à instrumentalização da História e da historiografia para legitimação de determinadas concepções políticas, que “implicam uma viragem ético-política na nossa forma de olhar o passado” (Traverso, 2012, p. 157). Na mesma linha, Hobsbawm (1996) e Poggio (2006) destacam o caráter conservador do chamado revisionismo histórico que, ao longo das últimas décadas do século XX, encontrou adeptos em países que viveram processos autoritários, como Itália, Portugal e Espanha, na Europa, e Argentina, Chile e Brasil, na América Latina.

Enzo Traverso mobiliza a categoria de uso público da História, tal como formulada por Habermas, para demonstrar que os debates em torno dos processos históricos que

atravessaram o “breve século XX” (Hobsbawm, 1995) em verdade “ultrapassam largamente as fronteiras da investigação histórica. Invadem a esfera pública e interpelam o nosso presente” (Traverso, 2012, p. 51).

Desse modo, as releituras de processos históricos, ou revisionismos, e seus usos políticos desde o fim da Segunda Guerra Mundial têm se tornado um ponto nevrálgico para pensar as questões referentes às memórias dos processos traumáticos vivenciados em diversas partes do globo ao longo do século XX. Por exemplo, em fins dos anos 1980 o historiador francês Pierre Vidal-Naquet (1988) situava fora do escopo científico o que ele chamou de “uma seita minúscula, mas obstinada”, que nega a existência das câmaras de gás. O autor advertiu que o debate direto com os revisionistas/negacionistas seria validar essa “seita” no campo da produção historiográfica, porém a projeção midiática que determinados negacionistas alcançavam impôs a necessidade de resposta com a cautela, segundo o historiador, de discutir **sobre** os revisionistas/negacionistas, mas nunca **com** eles.

Uma preocupação correlata que tem se tornado central no debate historiográfico e educacional e nos usos da História é o estabelecimento de um processo de revisionismo ideológico diretamente ligado aos usos do passado e às disputas de memória. Nesse sentido, Napolitano (2015; 2022) mobiliza a categoria revisionismo ideológico para situar determinadas releituras da história em um campo distinto e, por vezes, oposto, ao campo da produção historiográfica:

No terreno historiográfico, mais sutil que o negacionismo, existe outra estratégia que podemos nomear como “revisionismo ideológico”. Ele pode ser definido como questionamento de consensos científicos como parte de uma luta político-ideológica, a partir da seleção, manipulação e combinação de dados e hipóteses correntes e aceitas na comunidade científica, mas devidamente descontextualizadas, para construir argumentos que reforcem as polêmicas opiniões e ideologias dos revisionistas. (Napolitano, 2022, p. 217).

Caracterizado por Napolitano e Junqueira (2019) como uma espécie de “parametodologia”, o revisionismo ideológico não tem relação direta com o conhecimento historiográfico delimitado pela academia, tampouco sua influência entre o grande público pode ser ignorada. Os autores identificam cinco características básicas nesse tipo de revisionismo:

a) apropriação distorcida de teses historiográficas reconhecidas; b) destaque sensacionalista para casos particulares e excepcionais do passado (personagens, valores, instituições), cujas distorções transformam-se rapidamente em exemplos de como teses consagradas por historiadores

acadêmicos são ‘falsas’; c) utilização de fragmentos de fontes, sem a devida contextualização ou crítica; d) exposição linear de fatos por relação direta de causa e efeito, abordagem há muito criticada e superada pela historiografia; e) defesa de posições sobre o passado que já partem de um olhar ideológico, moral ou valorativo — mas devidamente ocultado —, adequando a argumentação para comprová-la (portanto, procedimento inverso do trabalho historiográfico, no qual o ideológico e o valorativo estão explicitados e devem estar limitados às perguntas colocadas e não às respostas obtidas). (Napolitano; Junqueira, 2019, p. 2-3).

O negacionismo histórico, por sua vez, assume características multifacetadas que extrapolam a sua origem na negação sistemática do Holocausto (Vidal-Naquet, 1988). Hodiernamente, se posiciona como uma reação às demandas crescentes por verdade, justiça e reparação, que visam lançar luz sobre os governos autoritários do século XX – a exemplo das ditaduras do Cone Sul; adquire um caráter difuso e globalizante com a disseminação das tecnologias digitais; e estabelece uma relação próxima ao Estado em contextos de governos autoritários (Valim; Avelar; Bevernages, 2021), a exemplo das reiteradas manifestações pró-ditadura ao longo do governo Bolsonaro. Assim, o negacionismo histórico no século XXI “pode ser pensado como um mosaico de falas, práticas e representações mobilizadas com o objetivo de legitimar certas leituras dos nossos passados sensíveis” (Valim; Avelar; Bevernages, 2021, p. 13).

Enquanto o revisionismo ideológico, segundo Napolitano (2022), assume estratégias mais sutis de atuação, a partir da seleção, apropriação e distorção de dados e hipóteses correntes na comunidade científica para a legitimação dos seus interesses políticos e ideológicos, o negacionismo atua de forma mais incisiva na contestação de consensos científicos e falseamento da história. O autor cita, ainda, estratégias e formas de manifestação desses processos de (re)leitura da história:

I) negacionismo raiz (exemplo: 1Não existiu Holocausto Judeu ou câmaras de gás1); II) revisionismo ideológico que camufla posições conservadoras e contra os grupos e movimentos sociais [...] – esse tipo de revisionismo se opõe a uma suposta 1história politicamente correta1; III) atualização das teorias conspiratórias de extrema direita (1o comunismo ainda é ativo e quer dominar o mundo, disfarçando-se de globalismo1); IV) relativismo historiográfico (1a análise histórica é só uma guerra de narrativas, cada um tem sua verdade1); V) a História como utopia regressiva (1a elite brasileira precisa recuperar os exemplos e valores do passado colonial e monárquico para regenerar a política e a sociedade brasileiras1). (Napolitano, 2022, p. 218).

Recorremos às categorias de revisionismo ideológico e negacionismo, como chaves

analíticas para compreender o “uso público da história” promovido pela BP, revelando seus objetivos político-ideológicos e a possibilidade de demonstrar que o material produzido não apresenta o status de produção historiográfica. Como ressalta Napolitano (2022, p. 217), “não se trata de considerar o negacionismo [e o revisionismo ideológico] como opinião cientificamente embasada, mas de fenômeno político e social a ser estudado por analistas”. Nessa perspectiva, tais práticas devem ser compreendidas como estratégias de construção narrativa orientadas por interesses pragmáticos e utilitários no contexto contemporâneo.

Há uma preocupação na bibliografia especializada (Vidal-Naquet, 1988; Traverso, 2012; Rollemberg; Cordeiro, 2021, entre outros) em diferenciar o que se compreende como processo de revisão inerente ao trabalho historiográfico e o que se entende por negacionismo e revisionismo como abuso da história, com fins políticos e ideológicos. Assim, as análises das produções da BP à luz da chave analítica do revisionismo ideológico ou do negacionismo (Santana, 2021; Moreira, 2022; Cleto 2024, entre outros) têm destacado essa característica da produção da empresa. Diferente do que poderíamos classificar de negacionismo “puro”, que simplesmente rejeita a existência de um golpe de Estado e de uma ditadura no Brasil, a empresa reconhece que o país viveu uma ditadura e, inclusive, “admite a existência da censura no regime militar e é a partir desta premissa que deve transcorrer qualquer análise de sua obra sobre o tema” (Cleto, 2024, p. 208).

Não obstante, a projeção que teses revisionistas ou negacionistas têm alcançado, tendo as mídias digitais um papel central na sua difusão, nos permite inserir a discussão no campo da história pública, particularmente voltada para a ampliação de audiências.

O uso sistemático da expressão “história pública”, segundo Santhiago (2018), teve “origens institucionais” nos Estados Unidos, na década de 1970, decorrente da discussão acerca da ampliação das possibilidades de atuação de historiadores profissionais fora do espaço acadêmico. Em um contexto de crise que reduzia a oferta de postos de trabalho nas universidades, a criação do *National Council of Public History*, em 1979, representou o esforço por “estimular a presença do historiador em uma variedade de espaços e atividades profissionais, criando uma espécie de ‘carreira alternativa’ para os historiadores” (Santhiago, 2018, p. 291). Por sua vez, Juniele Almeida e Marta Rovai sugerem a origem da expressão na Inglaterra, em meados da década de 1970:

Na Europa, [a História Pública] emergiu como prática do uso público da história com fins político-ideológicos, influenciados pela busca de justiça social. Os historiadores ingleses cultivavam a prática de uma história voltada para a inter-relação de memória e narrativa, valorizando a construção de

identidades coletivas. A história buscou o seu lócus “público” para além da divulgação de um conhecimento organizado e sistematizado pela ciência, mas como organização e mediação de conhecimentos locais. (Almeida; Rovai, 2011, p. 07).

Nas décadas seguintes, os debates em torno da história pública se expandiram globalmente; no entanto, em outros países, não se limitaram à mera importação de um “novo campo histórico”, por assim dizer. Ao contrário, a expansão em âmbito global esteve intrinsecamente ligada às críticas ao modelo norte-americano, especialmente no que se refere ao pragmatismo e ao objetivo de explorar determinados nichos mercadológicos como analisa, por exemplo, a crítica do historiador australiano Graeme Davison, referenciada por Bruno Flávio Lontra Fagundes (2019, p. 32):

A crucial fraqueza da História Pública americana, num ponto de vista australiano [...] estaria num ponto levantado por diversos autores contrários à História Pública dos anos 1980 e 1990, qual seja: sua irreflexiva aceitação de um credo profissional baseado num modelo liberal de consenso social e uma pragmática teoria do conhecimento.

Além da discussão em torno do enquadramento do trabalho do historiador na lógica do mercado, outros pontos sensíveis são identificados ao longo das décadas de discussão e construção do campo da história pública, como a dificuldade de apontar um desenvolvimento unidirecional, destacado por Liddington (2011), Santhiago (2018) e Fagundes (2019), entre outros. O fato é que as polêmicas que envolveram a história pública desde a década de 1970 conviveram com a expansão do campo e sua adaptação à realidade e necessidades de cada lugar, abarcando desde questões ligadas à inserção dos historiadores no mercado de trabalho a debates relacionados à memória, passando também pelas questões de consumo e entretenimento (Malerba, 2014).

Nessa perspectiva, apesar da polissemia, é possível perceber certo consenso sobre o campo da história pública atualmente, que, em alguma medida, diz respeito à produção histórica para além da academia, estando especialmente relacionada ao consumo midiático e cultural, mas com a incorporação de outras questões, como a divulgação do conhecimento e da Educação, de importância fundamental para pensar a relação entre história e público. Nas palavras de Frisch (2016, p. 58), é possível pensar a história pública como “uma espécie de variável dependente moldada pelas diferenças contextuais, pela constelação de forças em jogo na história de cada país e, por conseguinte, na representação pública de sua história”.

Com a popularização da internet, emerge a necessidade de pensar as relações entre

história e internet (Noiret, 2015), considerando o ambiente digital, tanto como um meio de armazenamento e veiculação de produções historiográficas, quanto como um objeto de estudo propriamente dito. Assim, a história pública tem se difundido em diversos países, delimitada por interesses e possibilidades locais de modo que, como sugere Fagundes (2019), a polissemia do termo resulta justamente dessa diversidade de interpretação.

No caso do Brasil, os debates são mais recentes e se dedicam especialmente a pensar as relações entre divulgação de conhecimento, mídia e Educação (Mauad; Almeida; Santhiago, 2016). Concordando com Santhiago (2016), diríamos que se trata de uma

[..] área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita **para** o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita **com** o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é central); a história feita **pelo** público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e **história e público** (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo). (Santhiago, 2016, p. 28, grifos do autor).

É interessante observar que, na discussão sobre a história pública no Brasil, uma das preocupações, inclusive manifestada por nós quanto ao nosso objeto, é como essa “história feita *para* o público” tem sido mobilizada para a legitimação de determinados projetos políticos:

É preciso salientar que, em especial no Brasil, estamos todos tomados por certo sentimento de constrangimento e mal-estar diante de inúmeros discursos que fazem uso do passado, estrategicamente, para abrigarem interesses de setores conservadores, a fim de legitimarem sua posição política e social em meio a situações de conflitos, violências e desigualdades que se agravam. Discursos que procuram construir representações sobre grupos vulneráveis no processo histórico, culpabilizando-se das injustiças sofridas, naturalizando e simplificando relações sociais complexas num descompromisso com a chamada ‘verdade’ ou ‘honestidade’ histórica. Assim, por meio de redes públicas virtuais e pelas mais diversas formas de difusão, promovem a desqualificação do conhecimento produzido a partir do acúmulo conflituoso de saberes e da objetividade científica na Academia, nomeando-o de ‘doutrinário’ a fim de colocarem-se em seu lugar como legítimos. (Rovai, 2020, p.132).

Nesse contexto, produções sobre a história que se posicionam como uma espécie de contraponto à produção acadêmica têm alcançado ampla circulação no país⁸. Em linhas

⁸ A popularização da exploração de temas históricos para o entretenimento pode ser percebida como um fenômeno global, como sugere Malerba (2014, p. 29), “O entusiasmo pela história viva contagia as nações”. Nesse sentido, as produções que se valem sobretudo dessa contraposição ao conhecimento especializado também são populares a nível mundial. Como exemplo podemos citar a série de livros *The Politically Incorrect Guide*,

gerais, Malerba (2014) enfatiza que, sob uma narrativa prazerosa com ênfase em grandes personagens e grandes aventuras, o que essas produções oferecem ao público é uma história eurocêntrica, carregada de juízos de valor e consideravelmente conservadora. Especificamente sobre o livro de Leandro Narloch (*Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*), o autor observa:

Do ponto de vista da produção da escrita histórica, o texto se apoia na historiografia disponível, ora para corroborar seus argumentos, ora para detratá-la quando dela discorda. Sob a bandeira do ‘politicamente correto’, mal se disfarça uma visão altamente conservadora, quando não reacionária, retrógrada, eurocêntrica e preconceituosa da/sobre a história do Brasil. (Malerba, 2014, p. 38).

De modo semelhante, Sônia Meneses considera que a função precípua de materiais dessa natureza é, na verdade, corroborar a manutenção de uma história alinhada ao *status quo*, que se vale de uma linguagem moderna e criativa para estabelecer conexões afetivas com leitores ou espectadores:

Uma apropriação reativa que se vale de uma linguagem atualizada, criativa, mas que tem como objetivo desequilibrar procedimentos de reflexão sobre os processos históricos, desqualificar o papel do professor e de pesquisas históricas que não atendam as demandas políticas e os interesses desses novos produtores. (Meneses, 2019, p. 70).

A projeção que esse tipo de produção tem conseguido, especialmente com a internet, tem sido objeto de reflexão por parte de pesquisadores preocupados com os possíveis impactos no ensino de história propriamente dito e na apreensão histórica de jovens em idade escolar (Ramos, 2016; Bauer, 2022).

Não obstante, dentro do portfólio de produtos oferecidos pela BP, o audiovisual é o principal recurso de divulgação das pautas defendidas – inclusive, foi o meio escolhido pela empresa para tratar dos temas da ditadura e da Educação⁹. Quando levamos em consideração os seus “documentários” sobre temas históricos, podemos dizer que há mobilização de recursos próprios da história pública – no sentido de divulgação histórica, especialmente o

na qual diversos autores abordam temas como capitalismo, islamismo, história da América, entre outros. O primeiro livro dessa série, *The Politically Incorrect Guide to American History*, de Thomas Woods, foi lançado em 2004. Apesar das controvérsias, o livro alcançou enorme sucesso entre o público: “*It is tempting to dismiss the book as fringe scholarship, not worth worrying about, but the numbers say otherwise. It is being snapped up on college campuses and, helped along by plugs from Fox News and other conservative media, it recently soared to No. 8 on the New York Times paperback nonfiction best-seller list*” (Choen, 2005).

⁹ Paralelo ao lançamento de filmes, a empresa costuma apresentar outros materiais – como textos em seu *site*, por exemplo – e investe em propagandas veiculadas em redes sociais, mas que funcionam como acessórios ao produto principal, que é o filme propriamente dito.

audiovisual. Para Ferro (1992, p. 13), “desde que o cinema se tornou uma arte, seus pioneiros passaram a intervir na história com filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob a aparência de representação, doutrinam e glorificam”. Desse modo, o audiovisual é mobilizado como ferramenta pedagógica de ação político-ideológica.

Para Lipovetsky e Serroy (2009, p. 29), o cinema como uma arte de consumo de massa torna-se formador de “um olhar global dirigido às esferas mais diversas da vida contemporânea”; significa dizer que, diante da multiplicação de telas¹⁰, “O indivíduo das sociedades hipermodernas passa a olhar o mundo como se fosse cinema, este constituindo as lentes inconscientes pelas quais ele vê a realidade onde vive” (Lipovetsky; Serroy, 2009, p. 29). Nesse sentido, o surgimento da BP se dá em um contexto, do ponto de vista da comunicação, em que a produção e acesso ao audiovisual se torna cada vez mais simples e, mais do que entretenimento, ele se torna um mediador para acesso à realidade.

Considerando desde o surgimento do cinema até a popularização da internet, que aumentou exponencialmente o acesso a materiais audiovisuais, ao mesmo tempo em que facilitou a sua produção, compreendemos o audiovisual como um meio de comunicação que articula imagem e som para transmissão de determinada mensagem.

Isso posto, a categoria é mobilizada para analisar uma produção fílmica que foi pensada para circulação fora do que poderíamos chamar de circuito cinematográfico tradicional (salas de cinema, festivais e mesmo a televisão), dado que as produções da BP circulam principalmente em meios digitais.

Nesse quadro, o formato documentário parece exercer uma função especial justamente pela relação que o espectador estabelece com esse gênero cinematográfico:

O documentário reflete ostensivamente o mundo de forma direta, possuindo o que foi chamado de relação ‘indexativa’ com a realidade – que significa que ele nos mostra o que estava ali, na frente da câmera, em um dado momento e, em teoria, o que teria estado ali de qualquer maneira se a câmera não estivesse presente. (Rosenstone, 2010, p. 109).

Podemos concluir que a atuação da BP se insere em um contexto mais amplo de uso ostensivo da internet, na condição de uma estratégia de grupos e sujeitos ligados às chamadas novas direitas para produção e circulação de suas pautas. O entrelaçamento crescente entre o “mundo virtual” e o “mundo real” tem impactado de forma significativa a vida cotidiana.

¹⁰ Tela em todo lugar e a todo momento, [...]; tela de todas as dimensões, tela plana, tela cheia e minitela portátil; tela sobre nós, tela que carregamos conosco; tela para ver e fazer tudo. Tela de vídeo, tela em miniatura, tela gráfica, tela nômade, tela tátil: o século que começa é o da tela onipresente e multiforme, planetária e multimidiática (Lipovetsky; Serroy, 2009, p.12).

Nesse contexto, as tecnologias digitais atuam como mediadoras dos processos sociais e políticos, influenciando a percepção pública e amplificando, bem como interferindo profundamente, nas dinâmicas sociais e políticas contemporâneas (Cesarino, 2022)

Com o uso de recursos audiovisuais, a empresa se insere em um nicho de consumo de produções com temas históricos, mobilizando elementos da história pública e do gênero documentário – principalmente com apelo à legitimidade histórica – para validar narrativas revisionistas sobre os temas de seu interesse.

A esse respeito, as produções da BP podem ser pensadas na dimensão de uma história **para** o público (Santhiago, 2016), que explora a demanda de mercado para propagar uma espécie de “programa educativo”, que tem no revisionismo ideológico e na negação da ciência da história, especialmente da ditadura civil-militar no Brasil, um de seus pilares. A socialização dessa releitura conservadora sobre a ditadura civil-militar e sobre a Educação escolar no Brasil se dá, essencialmente, por meio da internet.

1.2.2 Ditadura civil-militar: memórias em disputa

Recorremos às Teorias da Memória como um campo multidisciplinar de estudo que nos oferece condições para pensar a utilização das visões e memórias ideológicas instrumentalizadas pela BP, por meio de um dos marcos principais da memória: a linguagem (Halbwachs, 2004) como mediadora da interpretação da sociedade. No caso, a narrativa filmica e sua veiculação midiática, assentada em uma transposição cinematográfica de relatos, ambientes e imagens, é construída pela empresa, criando uma versão da história da ditadura civil-militar, segundo a qual, havia uma ameaça da esquerda ao sistema político brasileiro nos idos de 1964, fato que justificou a instauração de um “regime”¹¹ ditatorial naquele momento.

Recuperando as discussões teóricas na perspectiva de Halbwachs (1990, 2004), que reconhece a memória como uma produção social sobre o passado, com base em dados e interesses do presente, consideramos que pensar as relações entre história e memória se torna um caminho de análise das disputas e usos políticos do passado na defesa de um projeto de

¹¹ O termo “regime” é amplamente utilizado por pesquisadores acerca da ditadura civil-militar (Napolitano, 2014; Fico, 2017, entre outros). No entanto, sob a ótica do revisionismo ideológico e do negacionismo, o uso do termo assume uma conotação valorativa. O seu uso parece ter a intenção de mitigar, ou, pelo menos, distanciar a percepção do público de uma ditadura. Assim, termos como regime, movimento e revolução – este último cristalizado nos discursos de celebração à “Revolução de 64” (Cardoso, 2011), como veremos, aparecem de forma recorrente nas produções analisadas e, como demonstramos na pesquisa de mestrado, de fato, há uma repercussão entre os espectadores, que acabam associando o uso do termo “regime” para negar o seu caráter ditatorial (Santana, 2021).

poder preocupado, sobretudo com a garantia da manutenção da hegemonia de determinados grupos e visões políticas de caráter utilitário.

Para Aróstegui (2004, p. 32-33), “toda espécie de memoria colectiva en cuanto representativa de un grupo es la expresión de un nosotros, e está ligada a los intereses de quienes la expresan”. Desse modo, à luz do campo de estudos da história e da memória social, compreendemos que a atuação da BP está inserida em um contexto de recuperação das disputas de memória em torno das concepções e visões políticas próximas à negação da ditadura civil-militar, de sua defesa como um regime útil à sociedade e de uma Educação de base conservadora.

Como afirma Halbwachs (2004), do ponto de vista sociológico, a rememoração, como ação deliberada e consciente, só é possível se levarmos em conta os quadros sociais sobre os quais dadas memórias foram construídas. Ou seja, as referências sobre as quais estas se reconstroem estão presentes, inclusive, na família, na religião, nos marcos políticos, morais e materiais dominantes em uma sociedade. Podemos incluir nessa conjuntura as memórias que têm como base a história oficial compartilhada por seus materiais e métodos e, agora, sobretudo, ampliadas com o uso dos meios de comunicação e da tecnologia.

Como ressalta Halbwachs (1990, 2004), a memória é a reconstrução de uma produção social ocorrida no passado, por meio de dados acumulados ou de interesses em determinada elegibilidade do presente. Isso nos leva a pensar sobre as relações entre história e memória, considerando o papel fundante da memória na construção da identidade individual e coletiva do homem histórico (Aróstegui, 2004) e da mulher histórica brasileira, e em que a centralidade do período ditatorial recente nos conduz a “Um objeto que [...] nos remete à pertinência da relação entre presente e passado, em sua consideração diacrônica e sincrônica, em sua manifestação concreta, no processo de definição de políticas, de projetos de educação e de sociedade” (Magalhães, 2014, p. 94) e sobre o qual estamos estudando.

Observando com cuidado a relação entre memória e história para a (re)constituição do “homem e mulher” histórico e a ampliação dessa correlação com a totalidade social e política, compreendemos a atuação da BP em um contexto de acirramento de disputas do regime democrático por forças partidárias que atuam, em particular, para desestabilizar o chamado Estado social democrático. Essa desestabilização passa, particularmente, pela reabilitação dos governos ditatoriais recentes no país (1964-1985), recorrendo à justificativa da defesa nacional à luz de marcos sociais e ideológicos construídos com base em fundamentalismos conservadores, educacionais, religiosos, instalados na memória nacional para a defesa da pátria, da família e da propriedade.

No tratamento analítico das produções filmicas da BP, observamos claramente o uso da linguagem cinematográfica na construção de narrativas que mobilizam os espectadores em dimensões ético-políticas, econômicas, sociais e culturais, com o intuito de criar afinidades políticas com o período da ditadura civil-militar. Assim discute Halbwachs (1990) quanto ao processo de construção e mobilização da memória individual-coletiva e social:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que a reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (Halbwachs, 1990, p. 34).

Considerando a dimensão coletiva da memória e seus usos político-ideológicos, com base em Paul Ricoeur poderíamos dizer que a empresa busca arregimentar dada memória social tendo como objetivo manipular as narrativas para construção de uma identidade comum:

As manipulações da memória, [...] devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas de memória. Trata-se do fenômeno da ideologia [...]. Propus distinguir três níveis operatórios do fenômeno ideológico, em função dos efeitos que exerce sobre a compreensão do mundo humano da ação. Percorridos de alto a baixo, da superfície à profundidade, esses efeitos são sucessivamente de distorção da realidade, de legitimação do sistema de poder, de integração do mundo comum por meio de sistemas simbólicos imanentes à ação. (Ricoeur, 2007, p. 95).

Nesse sentido, a categoria “memória manipulada”, presente na tipologia em três planos dos usos e abusos da memória desenvolvida por Ricoeur (2007), no conduz a observar que a narrativa da BP no filme **1964: o Brasil entre armas e livros** e na trilogia de filmes **Pátria Educadora** mobiliza memórias da história oficial que se inscrevem, diríamos, em uma dimensão clara de usos e abusos da memória ligados à manipulação ideológica antiesquerdista e em defesa de certa ideia de nação.

Como veremos, a narrativa costurada pela BP nos materiais em análise se configura como uma tentativa de validação do golpe e da ditadura civil-militar mediante a instrumentalização de elementos fundantes da memória social ligada a militares e civis conspiracionistas, sobretudo calcada em um quadro social do anticomunismo (Motta, 2002), uma vez que, segundo eles, o comunismo seria um risco iminente ainda hoje.

Como esclarece Napolitano (2015), podemos remeter o processo de construção de memórias sociais acerca do golpe e da ditadura civil-militar aos momentos iniciais, desde a tomada do poder até o chamado “milagre econômico” durante o governo Médici (1964-1974), período marcado “por experiências históricas matriciais que servirão de experiência primária para as construções e reconstruções posteriores no campo da memória” (Napolitano, 2015, p. 20).

Destacando o papel da grande imprensa na construção de uma memória social hegemônica sobre o golpe e a ditadura civil-militar, o autor considera que, a partir do final da década de 1970, houve um progressivo distanciamento das vozes liberais como apoiadoras e legitimadoras do golpe. Além disso, começa a se desenhar uma aproximação com os setores de esquerda, como os militantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), conformando uma memória crítica à ditadura, porém de base liberal-conservadora. Como analisa Rollemberg (2006), a memória dos vencidos, que se tornou hegemônica, na verdade, esconde, ou silencia, tantas outras memórias que destoam da conciliação que permeou o processo de abertura política.

Paralelamente, obras memorialísticas de militares e políticos civis defensores da “revolução de 64”, como analisa Cardoso (2012), atuam no contexto de construção de uma “memória do poder”. Essas narrativas, claro, não são necessariamente consonantes entre si ou isentas de contradições, no entanto revelam determinados aspectos comuns, especialmente no que diz respeito às concepções de história e verdade histórica presentes nessas narrativas.

Nesse sentido, como veremos, a narrativa da BP em **1964: o Brasil entre armas e livros** guarda determinadas aproximações com essas “memórias do poder” examinadas por Lucileide Cardoso. Por exemplo, para a pesquisadora os autores dessas obras analisadas almejam escrever “a verdadeira interpretação dos fatos históricos” (Cardoso, 2012, p. 48), e a forma como estruturam suas narrativas “não permite que a sua verdade seja questionada” (Cardoso, 2012, p. 43). Assim, a relação entre memória, história e verdade se torna elemento central para essas narrativas que se propõem a “preservar a ‘memória pública’ e ‘salvar a Nação’” (Cardoso, 2012, p. 49).

A partir da década de 2010, as disputas de memória acerca da ditadura civil-militar adquirem novos contornos em uma conjuntura específica. Ao mesmo tempo em que a luta por verdade, justiça e reparação vai alcançar mais destaque no debate público, principalmente com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, grupos e sujeitos de setores neoliberais e conservadores se organizam, especialmente com a internet e, posteriormente, com a inserção de forma contundente na política institucional. Nos protestos contra o governo de Dilma

Rousseff, entre 2013 e 2015, é possível observar esparsos pedidos por intervenção militar (Freitas, 2023).

De todo modo, a partir dos anos 2010, o ambiente digital passou a atuar, cada vez mais, como um elemento central e capaz de interferir de forma decisiva nos embates de memória, nas representações e nos usos do passado. A atuação da BP se insere justamente nesse contexto de acirramento de disputas políticas e de projetos de poder, onde grupos e sujeitos neoliberais e conservadores mobilizam a memória da ditadura civil-militar para justificar, no presente, a radicalização dos seus posicionamentos. Em seu filme **1964**, como veremos, a empresa lança mão de uma série de questões que permeiam as “memórias do poder” dos militares e de outros grupos que apoiaram a ditadura (Cardoso, 2012), especialmente o anticomunismo, como já mencionamos.

Não obstante, como veremos, em alguma medida, a empresa apresenta produções como material de estudo, ou seja, mais do que entretenimento, o trabalho pretendido é de formação educacional. As pretensões educativas da Brasil Paralelo perpassam a crítica ao sistema de ensino e as concepções críticas de educação e foram sistematizadas principalmente na trilogia **Pátria Educadora**, em que a empresa estabelece uma relação direta entre o período ditatorial e o sistema de ensino que estaria tomado pela esquerda.

Assim, poderíamos falar de revisionismo ideológico, que tensiona a relação entre memória e história, com o intuito de adequar a narrativa supostamente histórico-científica para validação da visão ideológica previamente determinada (Napolitano, 2015). Seria uma releitura da ditadura civil-militar e das concepções de educação historicamente construídas no Brasil, sem vinculação com a historiografia e com objetivos exclusivamente políticos.

1.3 Da estrutura do texto

Nesta primeira seção, situamos a questão de pesquisa e hipóteses, a delimitação do corpus de pesquisa e os fundamentos teórico-metodológicos.

Na segunda seção, contextualizamos as discussões acerca da atuação da BP e suas ligações político-ideológicas e as pesquisas acadêmicas que vêm se desenvolvendo nos últimos anos, a partir de campos do conhecimento e de abordagens distintas, principalmente no que diz respeito às narrativas da empresa sobre história, especialmente sobre a ditadura civil-militar, e sobre a Educação no Brasil. Também situamos as principais iniciativas da empresa no que diz respeito à sua tentativa de inserção nos espaços de Educação formal e informal.

Na terceira seção, apresentamos os aspectos da construção imagética da BP acerca da ditadura civil-militar e da educação, com a utilização de uma linguagem fílmica, com imagens, estáticas ou em movimento, imagens de arquivo, jornais, entrevistas e outros elementos que remetem ao gênero documentário.

Por fim, na quarta seção, exploramos os principais tópicos do filme **1964 – o Brasil entre armas e livros** e dos três capítulos da trilogia **Pátria Educadora**. Destacamos pontos elementares das narrativas no conjunto de filmes, a fim de compreender, em linhas gerais, a abordagem da empresa sobre os temas e as correlações estabelecidas entre a ditadura civil-militar e a educação à luz de recursos comumente mobilizados no campo da história pública, notadamente o audiovisual.

2 A MISSÃO DA BRASIL PARALELO

A Brasil Paralelo (BP) tem se autoatribuído a missão de defender a nação brasileira da visão de mundo de esquerda. Para atender ao objetivo de se tornar o “ecossistema de maior influência cultural do Brasil” (Brasil Paralelo, 2025b), a empresa se posiciona como uma espécie de *outsider*, denunciadora e crítica da grande mídia, escolas, universidades e outros setores socioculturais que, segundo ela, estariam tomados pela esquerda. Apegando-se a uma espécie de necessidade de recuperação de uma memória da ideia de nação, as mensagens expostas nos conteúdos da BP contribuem para manter a hegemonia de um grupo, por meio, inclusive, do uso de uma linguagem de caráter patriótico, religioso e conspiratório, tomado como quadro de referência para construção de uma memória social nacionalista (Alves, 2019).

Os estudos acerca da organização e atuação de grupos e sujeitos das chamadas novas direitas no Brasil (Silveira, 2015; Telles, 2016; Penteado; Lerner, 2018; Rocha, 2019; entre outros) têm destacado o papel fundamental da internet como meio de organização e disseminação de materiais, com destaque para as redes sociais (*Telegram, Whatsapp, Facebook, X* e outros), *sites, blogs, podcasts* e canais no *YouTube*.

Por sua vez, Silveira (2015) discute o papel ambivalente da internet, que frustra as expectativas de construção de um ambiente que fortaleça e faça avançar as práticas democráticas:

Sem dúvida, a internet inverteu o ecossistema comunicacional. Caíram as barreiras e os custos para se tornar um falante, um comunicador. Ao mesmo tempo, aumentaram as dificuldades para ser ouvido, lido ou visto. Assim, as redes passaram a ser ocupadas gradativamente por grupos culturais, religiosos e políticos de diversas matrizes, tamanhos e estilos. A rede beneficiou em um primeiro momento a diversidade de perspectivas, inclusive aquelas contrárias à democracia e à liberdade. A ambivalência é uma característica da maioria das tecnologias e pode ser facilmente verificada na internet. Assim, a internet aumenta o poder de quem se propõem articular suas ideias e realizar conversações. Não aumenta só o poder de quem defende a democracia, a justiça ou as causas mais caras para a humanidade. (Silveira, 2015, p. 215).

Ainda segundo o autor, no caso do Brasil, os partidos políticos tradicionais tiveram dificuldades em angariar espaço no ambiente digital. Assim, novas lideranças e articuladores políticos, principalmente de direita, se destacaram na internet depois das chamadas “Jornadas

de Junho”¹², em 2013, nas eleições de 2014 e no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016.

Diretamente ligado a esse contexto de organização e ascensão de grupos e sujeitos das novas direitas no país na última década, Freitas (2023) destaca a atuação de grupos de “ativismo intervencionista”, que reivindicam a tutela militar sobre o Estado brasileiro. Segundo a autora, esses grupos ganham maior expressão nos protestos pelo já mencionado *impeachment* de Dilma Rousseff e assumem diferentes nuances ao longo do tempo, tendo como uma de suas características a defesa sistemática do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar.

Nesse contexto de intensas disputas políticas, a empresa Brasil Paralelo surge e se consolida, ganhando projeção especialmente com o filme sobre a ditadura civil-militar, o já mencionado **1964: o Brasil entre armas e livros**, de 2019. Depois, ela vai ampliando suas ações por meio de uma série de produções, entre as quais a trilogia *Pátria Educadora*, que discutiremos.

2.1 A repercussão dos materiais publicados pela Brasil Paralelo

Fundada em 2016, a Brasil Paralelo¹³ vem apresentando um crescimento exponencial amplamente documentado pela mídia (Desideri, 2020; Mazza, 2021; Monteiro, 2022) e pela própria empresa (Brasil Paralelo, 2025b), chegando a apresentar um crescimento de 335% em seu faturamento no intervalo de apenas um ano (Zanini, 2021).

No *site* oficial da empresa, os números apresentados demonstram o seu alcance atual: mais de 790 mil membros assinantes; 100% presentes em todos os estados brasileiros; mais de 4,5 milhões de inscritos no canal do *YouTube* e mais de 9,8 milhões de seguidores nas redes sociais somadas (Brasil Paralelo, 2025b) como podemos observar na figura 1.

¹² As mobilizações iniciadas a partir da atuação do Movimento Passe Livre contra o aumento das tarifas de transporte público em São Paulo expandiram-se posteriormente, dando origem a manifestações em todo o país. Não é possível, neste espaço, abordar a complexidade das chamadas “Jornadas de Junho”; interessa-nos, contudo, destacar o papel desempenhado pelas redes sociais, como Facebook e Twitter, tanto na articulação e organização dos atos quanto na construção de um contraponto à narrativa veiculada pela grande mídia sobre os protestos. Nesse contexto, não há como esquecer, a atuação das novas direitas nas redes sociais que, de forma gradual, se fortaleceram e passaram a capitanear o debate político a partir de pautas como a corrupção, a Copa do Mundo e outras críticas ao governo de Dilma Rousseff (Silveira, 2015)

¹³ A empresa foi aberta oficialmente em 09 de agosto de 2016 sob o nome Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, com o nome fantasia Brasil Paralelo e com o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nº 25.446.930/0001-02. Disponível em: <http://cnpj.info/Brasil-Paralelo-Entretenimento-e-Educao-S-A>. Acesso em: 04 jul. 2023.

Figura 1 - Excerto do *site* da Brasil Paralelo – Alcance



Fonte: Brasil Paralelo, 2025b.

A pretensão educativa também é claramente anunciada no *site* “Somos uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e **educação**” (Brasil Paralelo, 2025b, grifo nosso)¹⁴. As diretrizes organizacionais da empresa são expressas na tríade “missão/visão/valores” (Figura 2). Missão: “Resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”; Visão: “Ser o ecossistema de maior influência cultural do Brasil” e Valores: “Verdade, Liberdade, Arte, Ambição, Meritocracia, União, Diplomacia” (Brasil Paralelo, 2025b).¹⁵

Figura 2 - Excerto do *site* da Brasil Paralelo – Missão, Visão e Valores



Fonte: Brasil Paralelo, 2025b.

O *site* também apresenta uma espécie de resumo da história da empresa, narrada por meio de imagens e textos onde se destacam principalmente as produções audiovisuais sobre temas históricos e iniciativas educacionais. Por exemplo, sobre o ano de criação da empresa, 2016, destaca-se a narrativa da força de vontade diante de poucos recursos:

¹⁴ A fonte consultada não é paginada.

¹⁵ A fonte consultada não é paginada.

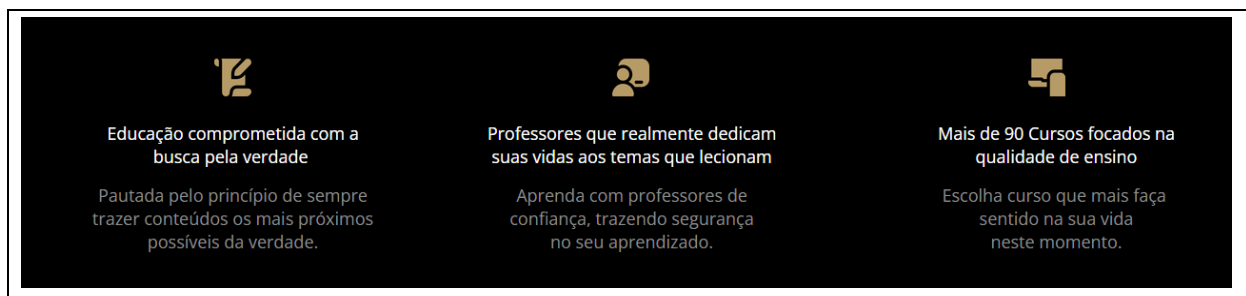
[...] Os recursos eram escassos, a sala era pequena e as câmeras emprestadas. Aos poucos e com a ajuda de quem acreditava no projeto, foram conseguindo entrevistas de quem poderia explicar o cenário brasileiro naquele momento. Assim nasceu a primeira produção, o Congresso Brasil Paralelo. (Brasil Paralelo, 2025b).¹⁶

Nessa espécie de linha do tempo apresentada pelo *site*, aparece também a série **Brasil: a última cruzada**, lançada em 2017, que, segundo a empresa, “constitui ainda hoje o maior resgate histórico já produzido no Brasil” (Brasil Paralelo, 2025b)¹⁷; o **Núcleo de Formação**, criado, em 2018, como a “maior iniciativa educacional da BP” (Brasil Paralelo, 2025b); e o filme **1964: o Brasil entre armas e livros**, de 2019, que teria a intenção de “questionar um período praticamente inquestionável do Brasil: o Regime Militar” (Brasil Paralelo, 2025b).

Aos assinantes de algum dos planos oferecidos¹⁸, é fornecido o acesso à plataforma *on-line* própria da BP, que dá acesso aos cursos e materiais complementares, ao serviço de *streaming* com filmes e animações em geral e às produções da própria empresa.

Na seção do *site* dedicada à publicidade dos planos de assinaturas para membros e dos serviços oferecidos, a propaganda destaca a quantidade de cursos produzidos: “Mais de 90 Cursos focados na qualidade de ensino”, com “Professores que realmente dedicam suas vidas aos temas que lecionam”, como podemos observar na figura 3.

Figura 3 - Excerto da seção Seja membro do *site* da Brasil Paralelo



Fonte: Brasil Paralelo, 2025c.

A pretensão educativa da BP é abertamente declarada pela empresa, cujas peças de propaganda expostas em seu *site* oficial, como as mencionadas, frequentemente remetem e reforçam esse objetivo. Ao longo de, aproximadamente, nove anos de existência, a empresa tem se esforçado na construção de uma narrativa acerca de suas origens e valores morais que

¹⁶ A fonte consultada não é paginada.

¹⁷ A fonte consultada não é paginada.

¹⁸ Em 30 de setembro de 2025, o site oferecia três modalidades de assinatura variando entre R\$ 10,00 e R\$ 65,00 mensais. Disponível em: <https://page.brasilparalelo.com.br/seja-membro/originals-bp/historia-do-fascismo/>. Acesso em: 30 set. 2025.

atestariam sua idoneidade e imparcialidade no tratamento de temas diversos, especialmente no que se refere à história e à educação.

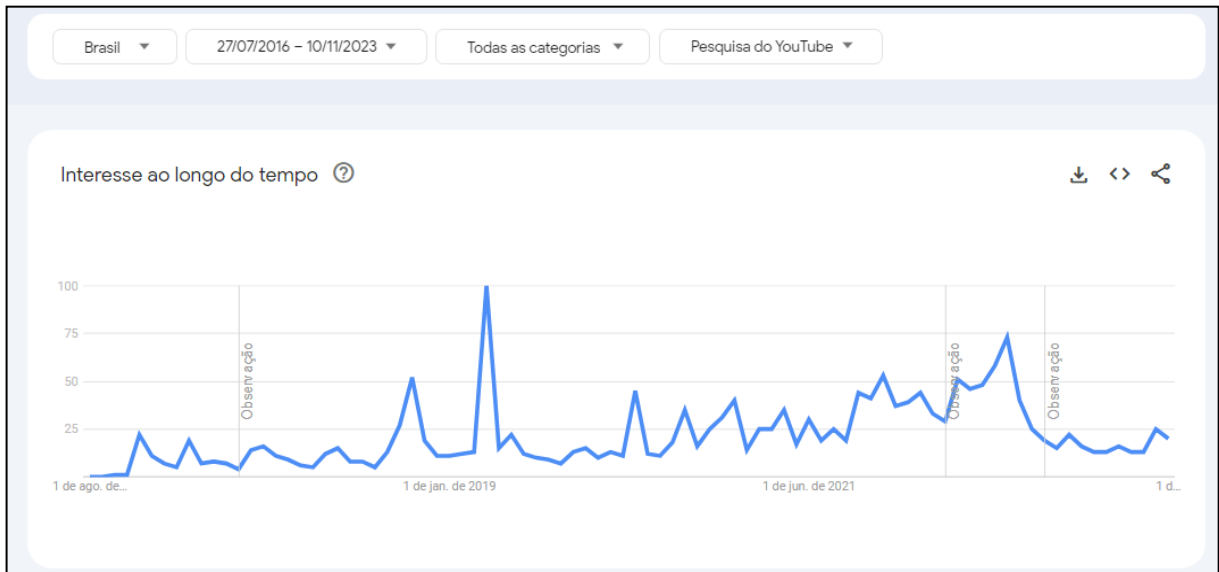
Percebemos, ao consultar as informações sobre a BP em seu próprio *site*, uma narrativa coesa e bem estruturada, que destaca as conquistas e o crescimento exponencial da empresa, ao mesmo tempo em que explora os percalços e as dificuldades superadas em sua busca de “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros” (Brasil Paralelo, 2025b)¹⁹. Conta a história da ascensão de três amigos que, mesmo com poucos recursos, conseguiram concretizar e expandir os seus objetivos, criando uma empresa com uma produção politicamente engajada (embora reivindicuem a alcunha de neutralidade), que busca causar impacto social pela mescla de iniciativas educacionais com entretenimento, cujos números apresentados atestam o sucesso do empreendimento.

Além das informações disponíveis no *site* da empresa, também consultamos dados gerados pela ferramenta *on-line Google Trends*. Disponibilizada pela empresa Google, a ferramenta permite visualizar, por meio de gráficos, a popularidade de termos de busca na internet (pesquisa na *Web*, pesquisa de imagem, pesquisa de notícias, pesquisa do *YouTube* e *Google Shopping*) em determinado período. Tomamos como recorte de pesquisa nesta ferramenta o termo de busca “Brasil Paralelo” em “Pesquisa do *YouTube*”, entre 25 de julho de 2016 (data em que foi criado o canal da Brasil Paralelo no *YouTube*) e 10 de novembro de 2023.

Como podemos visualizar na figura 4, na vertical encontramos a referência para popularidade do termo pesquisado, sendo 100 a referência para a taxa mais alta de popularidade. Os dados obtidos com a ferramenta *Google Trends* indicam o crescimento de buscas pelo termo “Brasil Paralelo” em períodos específicos, como em abril de 2019, mês em que o filme **1964: o Brasil entre armas e livros** foi disponibilizado no canal da empresa no *YouTube*, período correspondente à efeméride de 55 anos do Golpe de 1964. Destacam-se ainda mais dois picos de popularidade, outubro de 2018 e outubro de 2022, meses de culminância dos dois últimos pleitos para a presidência do Brasil.

¹⁹ A fonte consultada não é paginada.

Figura 4 - Resultado de Interesse ao longo do tempo para o termo de pesquisa Brasil Paralelo entre 27/07/2016 e 10/11/2023



Fonte: Google Trends, 2023.

Na ferramenta *Google Trends*, também é possível visualizar os dez estados onde o termo de busca foi mais popular, com preponderância dos estados das regiões Sul e Sudeste e do Distrito Federal²⁰. E, por fim, nos assuntos e pesquisas relacionadas ao termo de busca “Brasil Paralelo”, os termos “1964”, “1964 brasil paralelo”, “educação” e “pátria educadora” figuram entre os mais populares em relação ao termo de busca “Brasil Paralelo”²¹.

Esses dados demonstram que o aumento da popularidade do termo de busca “Brasil Paralelo” no *YouTube* durante o período consultado foi impulsionado pelo lançamento e repercussão de produções da própria empresa, como os filmes **1964: o Brasil entre armas e livros** e **Pátria Educadora**. Porém, também esteve condicionado à conjuntura sociopolítica nacional, sobretudo durante os pleitos eleitorais de 2018 e 2022, contrariando, assim, a narrativa de isenção política e ideológica construída pela empresa.

Do mesmo modo, as principais pesquisas que, até então, têm sido desenvolvidas sobre a BP destacam que, ao longo do tempo, a empresa se consolidou no campo virtual como um agente de atuação político-ideológica das novas direitas no país (Santos, 2021; Araujo, 2023) e do recrudescimento da relevância dos seus produtos para formação e disseminação de valores neoliberais e conservadores (Lima, 2019; Picoli; Chitolina; Guimarães, 2020; Bonsanto, 2022).

²⁰ Apêndice A.

²¹ Apêndice A.

A empresa ganhou projeção justamente por sua produção sobre a ditadura civil-militar, cuja atuação está inserida em um contexto político de curto e longo prazo, que teve diversos marcos ao longo do tempo e vem sendo referendada nas pesquisas acadêmicas. Em linhas gerais, as produções da empresa mesclam elementos de pautas econômicas neoliberais dando projeção, com ares de cientificidade, a diversos tipos de negacionismos históricos, científicos, educacionais.

2.2 A repercussão da Brasil Paralelo e suas manifestações na imprensa

As notícias publicadas em veículos de comunicação na internet, que citam, em alguma medida, a BP, destacam principalmente as controvérsias e polêmicas em que ela vem se envolvendo desde o seu surgimento. Por exemplo, as notificações extrajudiciais e os processos contra pesquisadores e veículos de imprensa perpetrados pela BP. Segundo reportagem de *The Intercept*, a intenção da empresa, no que poderíamos chamar de “investida jurídica” contra seus críticos, seria uma estratégia de *rebranding*, em que a BP procurou dissociar sua imagem da extrema direita bolsonarista e reforçar a noção de uma suposta neutralidade, independência e apartidarismo. Para isso, “Desde 2020, a produtora mandou ao menos seis notificações extrajudiciais para acadêmicos e abriu outros seis processos judiciais contra editoras, sites e até a *Wikimedia Foundation*, que mantém a *Wikipédia*” (Sayuri, 2021a)²².

Durante os pleitos eleitorais de 2018 e 2022, o nome da empresa apareceu ligado à veiculação de informações falsas. Em 2018, foi destaque por ter reproduzido o vídeo de uma entrevista com o procurador Hugo César Hoeschl questionando a confiabilidade das urnas eletrônicas e que foi amplamente divulgado em grupos de *Whatsapp* e outras plataformas digitais (Gragnani, 2018).

Em 2022, a BP foi novamente acusada de veicular conteúdos com informações falsas, dessa vez relacionadas ao candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva. Um vídeo publicado pela produtora em seu perfil no *Twitter* (atual *X*) com uma série de supostas informações sobre corrupção durante os governos Lula foi retirado do ar por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Alcântara, 2022). Além disso, o TSE também ordenou a desmonetização de canais no *YouTube* de apoiadores do então presidente Jair Messias Bolsonaro, entre eles o canal da BP. Após a decisão, a produtora reagiu de forma irônica:

²² A fonte consultada não é paginada.

A produtora Brasil Paralelo postou uma receita de bolo no Twitter após o TSE determinar a remoção de vídeos que vinculam Lula a esquemas de corrupção em seu governo. A decisão editorial remete aos tempos da **ditadura**, quando os jornais ocupavam o espaço vago das **matérias censuradas** com receitas, poemas e outros textos. (Após ..., 2022, grifos do autor).²³

Com o resultado do segundo turno das eleições em 30 de outubro de 2022, a empresa publicou um editorial em vídeo²⁴ reconhecendo o resultado das urnas.

No contexto da pandemia de COVID-19, a atuação da empresa foi citada durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigou a atuação do Governo Federal durante o período de emergência sanitária²⁵. A BP foi uma das empresas e indivíduos alvo de pedido de quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário. Segundo reportagem da Folha:

Em julho de 2020, por exemplo, a empresa lançou o documentário ‘7 Denúncias: As Consequências do Caso Covid-19’, no qual se opôs aos métodos de prevenção do coronavírus mais consagrados: isolamento social, fechamento de comércio, uso de máscaras e respeito a orientações de cientistas e da OMS (Organização Mundial da Saúde). (Alvo..., 2021).²⁶

As possíveis ligações da empresa com o governo Bolsonaro também foram citadas por outros veículos de imprensa. Em março de 2020 em matéria para o *The Intercept*, o jornalista João Filho (2020) revelou como diversos sujeitos e mídias ligadas às novas direitas no país estavam se beneficiando direta ou indiretamente de recursos e cargos públicos já no primeiro ano do governo Bolsonaro. No caso da BP, o jornalista afirmou que a relação com o governo se estabeleceu por vias indiretas, como divulgação dos materiais da empresa pela “máquina bolsonarista” e uma parceria com a TV Escola para veiculação da série **Brasil: a última cruzada**.

Em julho de 2021, uma matéria veiculada pela Agência Pública tratou de dois documentários lançados pela BP naquele ano, que tratavam das temáticas dos povos originários e do desmatamento²⁷. A matéria denunciou a relação dessas temáticas com pautas

²³ A fonte consultada não é paginada.

²⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_Q6-QOyccM. Acesso em 19 jan. 2024.

²⁵ Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em abril de 2021 com o objetivo de investigar a atuação do Governo Federal durante a pandemia de Covid-19.

²⁶ A fonte consultada não é paginada.

²⁷ São eles **Cortina de Fumaça**, produzido pela Brasil Paralelo e disponibilizado gratuitamente em seu canal oficial no *YouTube* e **A esperança se chama liberdade** produzido pela organização **Fé & Trabalho** e veiculada pela Brasil Paralelo exclusivamente para assinantes. Segundo matéria da Pública “os filmes contam com participação, auxílio e divulgação de integrantes do governo federal” (Rudnitzki; Scofield; Oliveria, 2021).

de interesse do governo Bolsonaro e de ruralistas em voga no momento. Segundo a reportagem:

Os fundadores da Brasil Paralelo negam alinhamento ao governo Bolsonaro, mas além da proximidade ideológica do conteúdo, personalidades bolsonaristas apresentam constantemente as produções da empresa como exemplo a ser seguido — e até encomendado pelo governo. (Rudnitzki; Scofield; Oliveira, 2021).²⁸

No primeiro semestre de 2023, de acordo com matéria de Lucas Amorim para a revista *Exame* em 2023, a empresa, que dobrou de tamanho em 2022, está focada em manter o ritmo de crescimento se adaptando à nova conjuntura. A estratégia, segundo a reportagem, seria se afastar de polêmicas ao mesmo tempo em que mantém o viés liberal-conservador das suas produções:

O plano não é mudar a linha editorial para seguir crescendo. Mas evitar polêmicas, reconhece Viana, é essencial daqui para a frente ‘Polêmica cria problema para a empresa e o cliente’, diz. ‘**Temos compromisso de educar o público**, com análises atemporais’. De outubro para cá, desde que Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, a Brasil Paralelo foi criticada por parte de seu público por conteúdos sobre temas menos quentes, digamos assim, como futebol e Varig. (Amorim, 2023, grifos nossos)²⁹.

Apesar disso, a BP foi uma das empresas intimadas a prestar depoimento à Polícia Federal por provável atuação contrária ao PL das *Fakes News*³⁰ (Lima, 2023). Ademais, a trilogia **A direita no Brasil**, lançada em março de 2023 e disponível na íntegra apenas para assinantes, também trata de discussões políticas importantes na então conjuntura brasileira.

Como podemos observar, apesar da construção e divulgação de determinada narrativa sobre as origens e atuação da BP, as matérias veiculadas sobre a empresa destacam as suas ligações político-ideológicas, o conteúdo político e controverso das suas produções e as táticas utilizadas pela empresa para angariar público e se manter relevante e lucrativa.

2.3 Abordagens à Brasil Paralelo no âmbito da pesquisa acadêmica

No âmbito da pesquisa acadêmica, a BP tem sido objeto de análise desde suas

²⁸ A fonte consultada não é paginada.

²⁹ A fonte consultada não é paginada.

³⁰ Projeto de Lei nº 2630 “Estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei” (Senado, 2020).

primeiras produções, as quais se concentram especialmente nas áreas de História e Comunicação, entre outras áreas das chamadas Humanidades. Apesar de matizes teóricos diversos e de diferentes recortes de pesquisa, é possível identificar determinados elementos comuns aos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores que se debruçam sobre a produção da empresa.

Embora a BP exalte em sua narrativa o empreendedorismo dos membros fundadores, que teriam começado com poucos recursos, é notável como, desde sua primeira produção, o Congresso Brasil Paralelo, de 2016, a empresa tenha contado com a participação de nomes de destaque na política nacional. De acordo com Francisco Vasconcelos (2021, p. 14),

Apesar da narrativa de origem ser marcada pela modéstia, a empresa sempre teve um bom ‘catálogo’ de palestrantes em seus cursos, como Mendonça Filho (ex-Ministro da Educação), Gilmar Mendes (Ministro do STF), membros da família Bolsonaro e Olavo de Carvalho. Do mesmo modo, sua primeira série, ‘Congresso Brasil Paralelo’, foi feita a partir de depoimentos em vídeo de personalidades do conservadorismo brasileiro. Comprovando o seu alinhamento político-ideológico, seu primeiro grande produto foi um documentário sobre a destituição do poder da presidente Dilma Rousseff, exibido em cinema de um dos maiores shoppings de Porto Alegre.

Chamam a atenção, pelas pesquisas, as ligações político-ideológicas da empresa, apesar da sua autodeclarada neutralidade, entre as quais Carvalho e Martini (2018); Buzalaf (2019); Lima (2019); Paulo (2020), entre outras. A BP se consolida como um canal de projeção para diversas vozes das novas direitas no Brasil:

Do revisionismo soft de Brasil, a última cruzada, ao revisionismo hard de Brasil, 1964: entre armas e livros, que justifica a ditadura e demoniza seus inimigos, passando pelos ataques a Paulo Freire em Pátria educadora, a BrP mal disfarçava, apesar do recurso retórico à ‘imparcialidade’, sua filiação ideológica e seu papel na construção da hegemonia política e cultural da extrema-direita. (Gruner; Cleto, 2021, p. 363).

Analisando variados temas de relevância social, especialmente nos campos da política, economia e cultura, a BP, no entanto, se insere no debate público, “fornecendo ferramentas retóricas que não visam a complexificar o debate público, tampouco a enriquecê-lo, mas sim miná-lo, cerceá-lo e reduzi-lo à sua própria interpretação da realidade” (Salgado; Jorge, 2021, p. 737).

Belo (2023), em estudo na área de Comunicação, considera que a empresa ampara seu modelo de negócio na exploração econômica das tensões que permeiam a atual conjuntura

política do Brasil. Para o autor, a BP:

[...] busca incentivar o consumo de suas produções através da ativação do imaginário da nova direita brasileira e da caracterização desse consumo como um ato de militância política, beneficiando-se tanto das condições estruturantes do capitalismo digital quanto da polarização ideológica que instala no Brasil contemporâneo uma disputa entre os campos da direita e da esquerda. (Belo, 2023, p. 50).

Por sua vez, Bonsanto (2022, p. 90, grifo do autor), também no campo da Comunicação, discute a produção **1964: o Brasil entre armas e livros** e problematiza a forma como “*Brasil Paralelo* procura se inserir neste embate, na tentativa de legitimar certas ‘verdades’ sobre o período”. O pesquisador trata da relação entre História, Memória e Narrativas Midiáticas, estas últimas assumindo, além do papel de mediação, certa centralidade em torno dos embates acerca da ditadura civil-militar no Brasil:

As narrativas midiáticas, ao produzir uma ideia particular de história à constituição de seus textos, realizam uma série de operações que, seja por analogia e/ou problematização de contextos, inserem-se na memória, moldando-se nela e a partir dela. As mídias legitimam assim um papel que vai além da mera mediação e/ou ordenamento da memória. Se elas portam memórias e se dizem autorizadas a reproduzi-las, a fazem não apenas para explicar fatos que ‘aconteceram’, mas para produzir história, sua própria história sobre os acontecimentos no tempo. (Bonsanto, 2022, p. 5).

No campo da educação, por sua vez, as pesquisas relacionam-se principalmente ao ensino de História e às discussões sobre revisionismo e negacionismo da ditadura civil-militar, concentrando-se no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História. Por exemplo, Carvalho (2021), Breves (2021), Borges (2022) e Freitas (2022) analisam a narrativa da BP sobre a ditadura civil-militar. Para Jorge Luiz Maia de Freitas,

Por emular o *modus operandi* historiográfico (embora o despreze totalmente na realidade), indo aos documentos primários, apresentando testemunhos de homens tidos como professores e historiadores, pinçando textos aqui e ali que “provam” o que estão dizendo, a narrativa se coloca como a VERDADE, e toda a historiografia e conhecimento acumulado sobre o período é logo colocada, de antemão e sem qualquer crítica, como manipuladora e ideológica. (Freitas, 2022, p. 111, grifo do autor).

Também na área da educação, à luz de preceitos teóricos foucaultianos e da História do Tempo Presente, Deborah Gonzalez analisa a narrativa construída pela empresa sobre o “inimigo islâmico” na condição de elemento fundamental do mito fundador do Brasil e sua

origem portuguesa:

[...] cria um mito de origem para o Brasil, ligando-o ao heroísmo português, no qual a colonização, a evangelização e a usurpação territorial figuram de forma apologética [...]. Ao tensionar os atributos apologéticos dos ‘antepassados’ templários e cruzados, simultaneamente à construção de um inimigo histórico, vemos uma estratégia comunicacional, política e pedagogicamente útil desde os fascismos do século XX. (Gonzalez, 2022, p. 14)

Tratando-se da trilogia **Pátria Educadora**, as pesquisas têm observado, ao longo dos três filmes, a tentativa de desmoralização da educação pública, a distorção de dados, de acontecimentos históricos e de correntes filosóficas (Oliveira, 2023), além dos ataques à vida e obra de Paulo Freire, principalmente no Capítulo 2 da trilogia, intitulado **Pelas Barbas do Profeta**:

[...] a alfabetização crítica baseada em uma leitura do mundo, proposta por Paulo Freire, mais especificamente na Pedagogia do Oprimido, vem se configurando como alvo de deturpações de seus sentidos emancipadores, desconstruindo conceitos, despersonificando Freire como educador pela autonomia dos alunos e o personificando como um revolucionário inimigo da democracia, conduzindo o leitor pelo caminho da dúvida: Seria Paulo Freire, um **apaixonado pela educação** ou um **inimigo da democracia**? Esse questionamento é subliminarmente pontuado como um dos argumentos para colocarmos em dúvida os reais objetivos de Freire em relação à emancipação crítica do oprimido na sociedade. (Santos, 2022a, p. 69, grifos do autor).

Os vínculos entre a BP e outras instituições e grupos de setores neoliberal-conservadores e as chamadas novas direitas no Brasil, como os Institutos Millenium e Von Mises Brasil, são tratados, por exemplo, por Mayara Santos à luz de uma perspectiva gramsciana. Considerando a BP como um “aparelho político-ideológico e educativo”, Santos (2021) discute as formas de atuação da empresa com ênfase no seu quadro de intelectuais e nas suas articulações com determinados setores da burguesia brasileira.

Em uma perspectiva multidisciplinar, a instrumentalização da Memória e da História e seus usos políticos pela BP têm sido analisados desde o campo da Sociologia Política (Almeida, 2022), da História (Cleto, 2024), da Comunicação (Mourão, 2019) e da própria Sociologia da Memória, como é o caso da nossa pesquisa desenvolvida durante o mestrado (Santana, 2021).

Concordando com Casimiro (2020), Santos (2021) e Araújo (2023), compreendemos a atuação da BP articulada a diversos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), atuantes no Brasil desde a década de 1980 e se empenhando na construção de consenso a serviço dos

interesses de determinados setores da burguesia nacional.

Assim, a existência e o trabalho da BP não são uma excepcionalidade, um caso único; são indicativos de um processo maior de avanço das novas direitas no país em consonância com uma tendência global de radicalização à direita em meio à crise internacional do capital. Situamos a pretensão educativa da BP em um contexto maior de produção de consenso da burguesia (tanto local, quanto mundialmente) atuante, dialeticamente, nas esferas da sociedade política e da sociedade civil, nesta última, principalmente:

[...] por meio de atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos, instituições educacionais, meios midiáticos e as próprias redes sociais *on-line* (cada vez mais eficazes e sedutoras), que difundem e naturalizam capilarmente pela sociedade sua concepção do mundo e seus valores, constituindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe. (Casimiro, 2020, p. 23).

Nesse sentido, importa destacar que a ascensão da extrema direita na última década, no Brasil e no mundo, tem colocado em xeque a estabilidade das chamadas democracias liberais. Para Löwy (2015), a hegemonia neoliberal do capitalismo financeiro expresso pelo processo de globalização gera uma forte homogeneização cultural que

produz e reproduz, em escala europeia e planetária, os *identity panics* [pânicos de identidade], a obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais. (Löwy, 2015, p. 656-657).

Para o autor, apesar das peculiaridades, com casos que vão desde partidos declaradamente neonazistas até “forças burguesas perfeitamente bem integradas ao jogo político institucional”, em linhas gerais, os movimentos e os partidos de extrema direita europeia se caracterizam por uma espécie de nacionalismo chauvinista xenófobo, racista, islamofóbico e anticomunista, além de, em sua maioria, serem favoráveis ao recrudescimento de medidas autoritárias e repressão policial:

A orientação reacionária nacionalista, na maioria das vezes, é ‘complementada’ com uma retórica ‘social’, em apoio às pessoas simples e à classe trabalhadora (branca) nacional. Em outras questões — por exemplo, neoliberalismo, democracia parlamentar, antisemitismo, homofobia, misoginia ou secularismo — esses movimentos são mais divididos. (Löwy, 2015, p. 653-654).

No caso do Brasil, entre outras características, o autor destaca o culto à violência

policial, uma ideologia repressiva que, no âmbito do Estado, é fortemente representado pela “bancada da bala” e a intolerância a minorias sexuais. No entanto, ainda segundo Löwy (2015, p. 661), a questão mais característica da extrema direita brasileira é o apelo aos militares: “O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura civil-militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil”. Não por acaso, esse saudosismo da ditadura foi um elemento central para a trajetória política de Jair Bolsonaro, ele próprio um militar, inclusive durante sua campanha eleitoral vitoriosa em 2018 e durante o seu mandato (2019-2022).

Não obstante a pauta da educação, analisada e criticada segundo uma óptica moral, o “pânico moral”, também foi um tema expressivo para Bolsonaro e outros grupos e sujeitos das novas direitas que despontaram no cenário político nacional na última década. De acordo com Marcelo Badaró Mattos (2022, p. 26),

Dando especial atenção aos ataques à educação pública, [Bolsonaro] tornou-se um difusor das narrativas de que uma “doutrinação comunista” domina as práticas docentes – assumindo as propostas legislativas do movimento Escola sem Partido. Combinou essa “denúncia” do “esquerdismo docente” com a de que o ambiente escolar é responsável pela difusão de uma “ideologia de gênero”, que confronta os valores da “família tradicional”.

A conjuntura que tornou possível a eleição de um expressivo número de representantes das novas direitas nos mais diferentes níveis dos poderes legislativo e executivo nacionais, segunda Mattos (2022), se insere no contexto de combinação de crises nos planos político, social e econômico, marcado pela crise da economia capitalista global, a partir de 2008, cujo agravamento no Brasil, a partir de 2014, levou ao enfraquecimento da base social dos governos do PT e à expressiva dispersão do apoio de frações da classe dominante. Os protestos que aconteceram em 2013 marcaram o início dessa ruptura ao aglutinar fortes demandas populares ligadas à saúde, à educação e ao transporte ao “o início da ocupação de espaços por parte de um setor organizado de extrema-direita, que se apresentou publicamente com pautas de combate à corrupção” (Mattos, 2022, p. 28).

2.4 As iniciativas da Brasil Paralelo no âmbito da educação

Como mencionado, nas eleições de 2018 a extrema direita alcançou o mais alto escalão do Estado brasileiro com a vitória de Jair Bolsonaro. No entanto, é preciso ressaltar, esta guinada à direita já se desenhava desde o início da década manifestada na ascensão de

movimentos organizados de caráter neoliberal e conservador no contexto das “Jornadas de Junho” de 2013, nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016 e nas vitórias eleitorais que esses grupos e sujeitos vêm galgando desde as eleições de 2014 (Rocha, 2019). Inclusive no pleito de 2022, apesar da apertada vitória de Lula (PT) sobre Bolsonaro (PL), a formação do Congresso se deu por maioria conservadora, em que o Partido Liberal ocupou expressivo número de cadeiras (Sampaio, 2022).

Nessa conjuntura, Lima (2020) analisou, em sua pesquisa, as pautas e propostas para a educação no âmbito governamental perpetrada principalmente por parlamentares de orientação conservadora. Esse projeto educativo das novas direitas, segundo a autora, concentra suas investidas em pautas e propostas para a educação, referentes, entre outros, à militarização das escolas, a regulamentação do *homeschooling* e a projetos de lei ligados ao Escola Sem Partido:

Aliando as duas grandes pautas da nova direita brasileira para a educação – guerra cultural e privatizações – diferentes propostas foram apresentadas por seus sujeitos no último período, entre as quais destacam-se três, que representam sínteses da defesa neoliberal-neoconservadora, quais sejam: o programa Escola sem Partido; o Homeschooling; e as Escolas Cívico-Militares. (Lima, 2020, p. 165).

No entanto, a construção desse projeto de educação de viés conservador não está circunscrita ao trabalho de parlamentares na estrutura estatal. Proliferam, especialmente no meio digital, diversos projetos de cunho formativo em *blogs*, canais no *YouTube*, clubes de livro, cursos de formação, entre outros. Com destaque para o curso daquele que se tornaria uma das personalidades mais influentes para a extrema direita contemporânea no Brasil, Olavo de Carvalho. Em 2009, seguidores de Olavo de Carvalho fundaram o Curso *On Line* de Filosofia (COF) com aulas ministradas pelo próprio Carvalho (Calil, 2021).

Esse modelo de atuação de grupos ou frações de classe por meio dos seus APHs não se inaugura com a ascensão da internet. No contexto de gestão do golpe de 1964, por exemplo, Dreifuss (1981) deslinda as ações de APHs, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (o complexo IPES/IBAD), principalmente por meio da propaganda político-ideológica e da mobilização de recursos financeiros.

Atualmente, como demonstrou Mayara Santos, a BP estabelece relações com diversas APHs, atuando como um aparelho político-ideológico e educativo no esforço de dar legitimidade histórica, “produzir consenso e formar quadros intelectuais que compactuam com seus ideais, suas visões de mundo e o seu projeto político ideológico-conservador”

(Santos, 2021, p. 67-68). A BP vai assim se estabelecendo como um importante expoente das novas direitas no país, atuando, segundo a própria empresa, nos campos do entretenimento e da educação, lançando mão de diversas estratégias para disseminação da sua visão de mundo e dos seus interesses.

Propondo-se a estabelecer um contraponto à educação escolar, os conteúdos das entrevistas, programas, textos, filmes, cursos e outros materiais da BP apresentam, em geral, uma postura de contraposição à educação escolar fornecida pelo Estado em todos os níveis, desde os primeiros anos de escola até a pós-graduação. Além de se preocupar em emitir ou divulgar opiniões sobre a educação no Brasil, a empresa também se ocupa em pautar estratégias de educação e instruir seu público através, por exemplo, dos cursos que têm disponibilizado em sua plataforma³¹.

Uma das estratégias de engajamento social da empresa é o plano de assinatura **Mecenas**. Ao optar por assinar esse plano, o usuário financia “bolsas de estudos” para instituições indicadas pelo próprio assinante ou escolhidas pela empresa. Segundo informações do *site* da empresa, reproduzidas na figura 5, “Atualmente, o plano beneficia pessoas em todos os estados brasileiros. São mais de 23 mil pessoas beneficiadas com o projeto Mecenas, chegando a mais de 300 instituições” (Brasil Paralelo, 2024)³².

³¹ Segundo informações disponíveis no site da empresa, a Brasil Paralelo (2025) possui mais de 90 cursos em áreas como filosofia, ciência política, guerra cultural, bioética, história, entre outros.

³² A fonte consultada não é paginada.

Figura 5 - Plano Mecenaz

O início do projeto Mecenaz

Desde o início, começamos a ser procurados por membros que queriam levar nossos conteúdos a mais pessoas. O Plano Mecenaz foi a nossa resposta a essa demanda.



Por meio do projeto Mecenaz, nossos Membros podem conceder acesso à plataforma BP para centenas de crianças, jovens e adultos por meio da doação de bolsas de estudos. A gratuidade dos conteúdos da Brasil Paralelo no formato de assinatura colabora na formação, no acesso à educação de qualidade e entretenimento seguro.

Atualmente, o plano beneficia pessoas em todos os estados brasileiros. São mais de 23 mil pessoas beneficiadas com o projeto Mecenaz, chegando a mais de 300 instituições.

Fonte: Brasil Paralelo, 2024.

Ainda dentro do que estamos considerando como um projeto de educação da empresa, um de seus empreendimentos mais recentes é o “programa de formação educacional”, **Travessia** (Figura 6). Anunciado em abril de 2023, o programa é definido como “o novo passo que a Brasil Paralelo quer dar em prol do resgate da cultura e da educação no Brasil. Uma jornada com início, meio e fim, que reúne o essencial em um só lugar” (Brasil Paralelo, 2023c)³³ e tem como principal diferencial a emissão de certificado de conclusão de curso. A empresa estabelece como objetivos do curso: expandir a visão de mundo, aumentar a bagagem cultural, entender os temas relevantes da atualidade, entre outros.

³³ A fonte consultada não é paginada

Figura 6 - Anúncio do programa de formação educacional Travessia



Fonte: Brasil Paralelo, 2023a.

Esses projetos mencionados, **Mecenas** e **Travessia**, se desenvolvem no âmbito do que poderíamos chamar de educação informal. São iniciativas da empresa com o objetivo de se colocar como um contraponto à educação escolar regulamentada ou fornecida pelo Estado. Trata-se da produção e difusão de cursos de formação em oposição à educação escolar: “Todos nós, fomos vítimas desse acinte que é a escola moderna. [...] Perdemos um tempo sendo doutrinados na escola, perdemos mais tempo tentando construir tudo que a escola destruiu, até começar realmente uma formação intelectual” (Brasil Paralelo, 2022a)³⁴.

Esse excerto é uma fala de Paulo Kogos em sua participação no programa de entrevistas “Contraponto”, da Brasil Paralelo. Paulo Kogos ganhou notoriedade com os vídeos publicados em seu canal no *YouTube*, onde se descreve como “Católico Apostólico Romano, estudante de Filosofia no Mosteiro de São Bento, economista austro-libertário, e conservador de extrema direita nos moldes medievais”³⁵.

Apesar das críticas incisivas à educação escolar, a BP também tem se empenhado em iniciativas voltadas para a educação formal. Em uma *live* transmitida pela empresa por ocasião do lançamento do filme sobre a ditadura civil-militar, as intenções da empresa de pautar o debate sobre essa temática dentro das instituições de ensino são expostas de forma muito clara:

³⁴ A fonte consultada não é paginada

³⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/@paulokogos/about>. Acesso em: 24 abr. 2023. Paulo Kogos também chegou a se candidatar ao cargo de Deputado Estadual pelo PTB de São Paulo no pleito de 2022. Mesmo não sendo eleito, obteve 33.109 votos, sendo o candidato do PTB mais votado no estado. Disponível em: <https://portaldobitcoin.uol.com.br/paulo-kogos-o-candidato-ancap-e-defensor-do-bitcoin-nao-se-elege-em-sp/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

[...] nós achamos imprescindível que o Brasil Paralelo leve esse filme, que oxigena e revigora essa narrativa, que traz novos fatos à luz, que pega coisas que não foram exploradas e abre pra debate, pra dentro desse mesmo campo de batalha que é as universidades do Brasil [...]. (Brasil Paralelo, 2019b).³⁶

Podemos citar também uma espécie de projeto educacional lançado por ocasião do bicentenário da Independência, em 2022. Na ocasião, houve o lançamento de uma nova edição da série audiovisual **Brasil: a última Cruzada**³⁷ e uma ação promovida em uma escola de ensino fundamental não identificada.

Na figura 7, é possível visualizar uma peça de publicidade da época relacionada a esta campanha, onde se lê, entre outras coisas: “Uma iniciativa que tangibiliza o nosso trabalho que busca unir educação e entretenimento. Tudo feito com um único propósito: resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração das próximas gerações” (Brasil Paralelo, 2022b)³⁸.

Figura 7 - Excerto da seção Seja membro do site da BP sobre a iniciativa BP nas escolas



Fonte: Brasil Paralelo, 2022b.

Ainda tratando de parcerias no âmbito da educação formal, destacamos a parceria com o Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro, uma instituição privada de ensino superior. A partir do segundo semestre de 2022, a instituição passou a promover vestibular para o curso de Licenciatura em História na modalidade de Educação a Distância (EAD) em parceria com

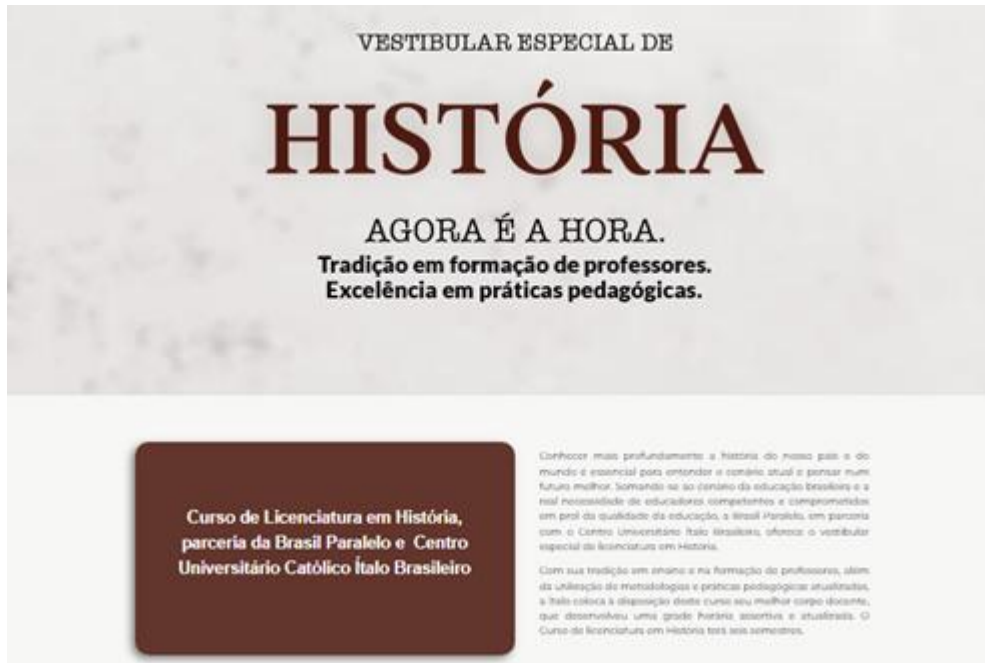
³⁶ A fonte consultada não é paginada

³⁷ Lançada originalmente entre 2017 e 2018.

³⁸ A fonte consultada não é paginada

a BP³⁹ (Figura 8).

Figura 8 - Excerto do *site* do Centro Univ. Católico Ítalo Brasileiro – Vestibular de História



Fonte: Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro, 2025.

Segundo reportagem de Amanda Audi para a Pública, o curso foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) ainda no governo Bolsonaro e atualmente é coordenado por Rafael Nogueira (ex-presidente da Biblioteca Nacional entre 2019 e 2022 e membro assíduo da BP):

O curso de licenciatura em história, ligado à Brasil Paralelo, forma professores de história com uma ‘visão cristã’. Aprovado pelo governo Bolsonaro quando o coordenador era presidente da Biblioteca Nacional, o curso defende, por exemplo, a atuação dos jesuítas contra indígenas, que os reis eram enviados divinos e as Cruzadas promovidas pela Igreja Católica foram algo necessário. (Audi, 2024b).⁴⁰

Após a publicação dessa reportagem, “a produtora Brasil Paralelo divulgou que vai financiar cursos de história, geografia e ciências sociais para estudantes de baixa renda para ‘formar a próxima geração de professores’ do país” (Audi, 2024a)⁴¹.

³⁹ Disponível em: <https://seja.italo.com.br/historia-vestibular/> Acesso em: 26 ago. 2024.

⁴⁰ A fonte consultada não é paginada

⁴¹ A fonte consultada não é paginada

Por fim, ainda relacionado a essas aproximações que a empresa tem feito com a educação formal, ou escolar, é interessante destacar uma promoção lançada especificamente para professores. Segundo a propaganda veiculada em redes sociais, foi oferecido um desconto de 20% na assinatura anual em 2023 para professores, como podemos observar na figura 9.

Figura 9 - Excerto do site da Brasil Paralelo com uma propaganda exclusiva para professores



Fonte: Brasil Paralelo.

Como vimos, entre grupos e sujeitos das novas direitas brasileiras, a preocupação em estabelecer um projeto de educação se dá através das disputas entre as vias institucionais, como demonstrou Lima (2020), mas, também, com a construção de uma espécie de educação alternativa, paralela, que, por meio de iniciativas, como o curso de filosofia de Olavo de Carvalho e as produções da BP, entre outros, busca-se contrapor à educação escolar.

A BP, nesse caso, se preocupa não apenas em denunciar o que seria, segundo ela, as mazelas da educação no país, mas em agir propositivamente com a disseminação de conteúdos, seja de forma gratuita, com assinaturas, bolsas de estudos ou parcerias com instituições de ensino, seja com a oferta de dezenas de cursos, seja com atuação social, – “auxiliar na educação de brasileiros com pouco acesso à informação e infraestrutura básica” (Brasil Paralelo, 2024). Assim, a BP busca se consolidar como uma referência de estudos, tendo como uma de suas estratégias de *marketing* a contraposição à educação escolar, ao mesmo tempo em que utiliza uma semiótica que remete ao trabalho e à credibilidade acadêmica.

3 O AUDIOVISUAL NA CONSTRUÇÃO NARRATIVA DA BRASIL PARALELO

Desde as décadas de 1970 e 1980, com o processo de abertura política e, particularmente, com as efemérides dos 40 anos (2004) e 50 anos (2014) do Golpe Militar no Brasil, há um crescente processo de discussão pública em torno da história e da memória desse passado recente. O interesse midiático pelo tema se manifesta, por exemplo, com a repercussão de obras como **Brasil: nunca mais** e a do jornalista Élio Gaspari⁴², mas, também, por produções voltadas para o entretenimento, como filmes, documentários e novelas, entre outros (Santos, 2022b).

No âmbito legislativo, uma série de leis ao longo dos anos 1990 e 2000 procurou responder às reivindicações e mobilizações sociais em torno da criação de políticas públicas de memória e justiça: a Lei nº 9140/1995, que instituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; a Lei nº 10559/2002, que criou a Comissão de Anistia; a Lei nº 12528/2011, que estabeleceu a criação da Comissão Nacional da Verdade, concomitante a movimentos civis, como o grupo Tortura Nunca Mais, ainda atuante, que aglutinam reivindicações de familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar.

Em paralelo, as chamadas novas direitas, como vimos, banalizam essas discussões e operam principalmente por intermédio do uso de mídias sociais e da criação de organizações que despolitizam e se apropriam de memórias coletivas religiosas, familiares, ancoradas em valores conservadores. Reificando os relatos positivistas desse passado, buscam torná-lo edificante e defensivo contra memórias sociais e coletivas problematizadoras e denunciadoras dos abusos de poder e dos quadros sociais oficiais que encobriram as violências do Estado ditatorial.

Diríamos que a BP trata da recuperação de memórias históricas (Halbwachs, 1990), portanto não vividas, mas recebidas de quadros sociais (Halbwachs, 2004), no caso, de base nacionalista, anticomunista e antiesquerdista, monopolizados por grupos econômicos e de poder que têm as condições de mobilizar recursos fílmicos, por exemplo, para construir narrativas de temas sensíveis, como a ditadura civil-militar e a educação. Utilizam-se, principalmente, de recursos midiáticos, sonoros e imagéticos para dar sentido ao passado, ressaltando as relações do Estado ditatorial como guardião da moral e defensor incontestado contra uma suposta ameaça aos valores sociais de uma sociedade conservadora. Apropriando-

⁴² O jornalista tratou da história da ditadura civil-militar em quatro volumes lançados entre 2002 e 2004: *A Ditadura Escancarada*, *A Ditadura Envergonhada*, *A Ditadura Derrotada* e *A Ditadura Encurralada*. O quinto volume, *A Ditadura Acabada*, foi lançado posteriormente, em 2016.

nos das palavras de Elizabeth Jelin (2002, p. 22), trata-se de interações que supõem que:

Lo colectivo de las memorias es el entretejido de tradiciones y memorias individuales, en diálogo con otros, en estado de flujo constante, con alguna organización social – algunas voces son más potentes que otras porque cuentan con mayor acceso a recursos y escenarios - y con alguna estructura, dada por códigos culturales compartidos.

Desse modo, são construídas redes de relações entre memórias sociais com os conteúdos veiculados, adquirindo uma adesão afetiva no processo de recordar (Jelin, 2002) e de elaborar dado saber.

Não obstante, o discurso público construído pela BP a posiciona, em alguma medida, como uma das empresas que se incluem como uma organização social (Chauí, 2020)⁴³, um aparelho de hegemonia, que atua para mercantilização da educação e legitimação das estruturas de poder.

Utiliza-se do ambiente digital, de formatos interativos, especialmente do audiovisual e das redes sociais para a organização de produtos e projetos educativos fomentada por interesses empresariais, religiosos, civis-militares. Faz da história e da educação campos especulativos, revisitados e mobilizados a partir de conflitos político-ideológicos presentes na sociedade e cujo debate tem marcado de modo decisivo questões públicas a partir dos anos 2010. Utilizando-se de recursos metafóricos, cinematográficos, midiáticos e tecnológicos, diríamos que, em geral, pouco rigorosos, a empresa opera no conjunto de filmes – que trataremos a seguir – por meio de uma lógica formal que se contrapõe à historiografia crítica da ditadura civil-militar em suas diversas abordagens e à educação emancipatória e social, particularmente a de base freiriana. Realiza uma espécie de cruzada (inclusive moral e religiosa) em defesa de valores conservadores e de políticas neoliberais de “fragmentação e desarticulação de todas as esferas da vida social” (Chauí, 2020, p. 314).

Empregando uma mesma linguagem ideológica para avivar a memória contra o “perigo vermelho”, a empresa vale-se de novos argumentos e recursos, como a internet e o audiovisual, somados ao uso de imagens, documentos e testemunhos ou narrativas de intelectuais do campo da história e de outros saberes para discutir o passado recente (1964-

⁴³ Para a autora, o neoliberalismo se sustenta, entre outras coisas, na prática administrativa elevada a todas as dimensões da vida social e transforma as instituições em organizações: “Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade [...]. Está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular, [...] a operações, isto é, estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define” (Chauí, 2020, p. 320).

1985) e transmitir um caráter de verossimilhança entre esse passado e o presente recente. Lembremos que as duas produções analisadas foram lançadas pela produtora no contexto do governo Bolsonaro, com o qual a empresa acabou estabelecendo determinadas conexões, conforme reportagem do jornalista João Filho para o *Intercept Brasil*:

[...] A divulgação incessante dos vídeos pela máquina bolsonarista ampliou o alcance do site. [...] Durante a última campanha presidencial, o canal ajudou na tática bolsonarista de desacreditar as eleições, publicando um vídeo repleto de informações falsas que supostamente comprovariam uma fraude nas eleições de 2014. A mentira foi desmascarada pelo Projeto Comprova, mas já tinha sido vista por mais de 2 milhões de pessoas (João Filho, 2020).⁴⁴

A BP propõe a recuperação da história e da memória da ditadura civil-militar como uma âncora duradoura, capaz de oferecer as condições para “endireitar” o Estado e a nação contra a suposta decadência moral, que, segundo a empresa, deriva-se das concepções de esquerda, principalmente transmitidas pelas opções teóricas e visão de professores e intelectuais que, em sua grande maioria, atuam nas escolas e universidades. Recupera particularmente os fundamentos da educação que corroboram a defesa da civilização cristã-ocidental, que precisa ser protegida e não pode ser tomada pelo esquerdismo, supostamente atuante no país de então.

A seguir, veremos como a empresa apresenta sua visão da ditadura civil-militar e da educação aos espectadores por meio do recurso audiovisual, do uso de imagens, estáticas ou em movimento, imagens de arquivo, jornais, entrevistas e outros elementos que remetem ao gênero documentário. Como ressalta Ferro (1992, p. 87), é preciso estar atento não só à narrativa em si, mas à forma como ela é montada, considerando autoria, público-alvo, contexto político, entre outros: “Só assim se pode chegar à compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa”.

3.1 A mobilização do gênero documentário e sua relação “indexativa” com a realidade

O surgimento da BP se dá em um contexto, do ponto de vista da comunicação, em que a produção e o acesso ao audiovisual se tornam cada vez mais simples e, mais do que entretenimento, eles se tornam mediadores para acesso à realidade (Lipovetsky; Serroy, 2009). A essa constatação, pode-se somar a ponderação de Gramsci (2001) sobre a eficiência

⁴⁴ A fonte consultada não é paginada

dos meios audiovisuais⁴⁵ como instrumento para difusão da ideologia e da construção de hegemonia. Uma vez que a hegemonia é mantida pela relação dialética entre coerção e coesão, sendo construída também pela propalação de uma visão de mundo apresentada como natural e universal, diríamos que a BP atua como produtora de consenso, utilizando uma linguagem acessível e profusamente disseminada nas sociedades contemporâneas. Assim, o audiovisual torna-se um instrumento privilegiado, um recurso pedagógico por meio do qual intelectuais orgânicos interpelam o público com sua narrativa histórica.

O uso do “ecrã”, como sugerem Lipovetsky e Serroy (2009), não apenas molda o olhar do indivíduo contemporâneo, mas, também, se torna terreno estratégico para a disputa de valores, identidades e memórias. Almeida (1999, p. 13), por sua vez, destaca o caráter de “catecismo visual” que os filmes e os programas de televisão adquirem como “alegorias do tempo presente e da história repassada nesse tempo presente”. A BP, portanto, dá indícios de que compreende o poder pedagógico do audiovisual e o utiliza propositadamente como instrumento de luta ideológica.

Em outras palavras, a escolha do audiovisual como atividade prioritária da BP parece refletir uma tendência que Gramsci (2001) identificava já na primeira metade do século XX. Assim, podemos dizer que, em sua atuação como um aparelho privado de ação política e ideológica, a BP recorre ao audiovisual⁴⁶ justamente pelo seu raio de alcance que, no século XXI, tem se multiplicado exponencialmente, como o hábito de leitura dos brasileiros (público-alvo da empresa), que vem apresentando uma refração considerável. A 6ª edição da pesquisa **Retratos da Leitura no Brasil**, realizada em 2024, identificou um aumento de cinco pontos percentuais no número de não leitores em relação ao último levantamento, de 2019: “53% dos entrevistados não leram **nem mesmo parte de uma obra** nos três meses anteriores à pesquisa” (Santos, 2024, grifos do autor). Em contrapartida, os conteúdos em vídeo alcançam cerca de 99,63% dos brasileiros⁴⁷. Nesse cenário, o audiovisual parece ser uma escolha estratégica, principalmente se o consideramos como um meio privilegiado para as disputas de narrativas.

No trabalho que realizamos anteriormente, ficou evidente que há uma intensa

⁴⁵ Em seu contexto, o autor falava do teatro, cinema, rádio e televisão.

⁴⁶ Os produtos audiovisuais da empresa não se restringem aos “documentários”; também exploram outros formatos, como podcasts, programas de entrevistas, telejornal e até animações infantis e ficção. Em matéria publicada em seu *site* oficial, em 25 de setembro de 2023, a BP anunciava a estreia de nova programação diária com nove programas de “Conteúdo diário e gratuito para se informar, descobrir, aprender, divertir e emocionar” (Brasil Paralelo, 2023b).

⁴⁷ O consumo de conteúdos em formato de vídeo não se restringe ao uso da internet; ao contrário, a pesquisa concluiu que, “Na média diária, 5h14min foram dedicadas a televisão linear (TVs aberta e paga), enquanto 2h23min foram desfrutadas por meio de plataformas de vídeo online” (Conteúdo ..., 2024).

mobilização do anticomunismo como um quadro de memória que sensibiliza determinados públicos. Como diria Traverso (2023, p. 279), “Gracias a una ida y vuelta incesante entre historia y memoria, se forja una representación del pasado en el seno del espacio público”. No caso, a empresa utiliza amplamente os elementos do audiovisual e da história pública para construir e difundir o seu relato sobre o período ditatorial e sobre a educação no país, explorando a tensão entre história e memória para colocar-se no debate público acerca de temas sensíveis e latentes, como é o caso do período ditatorial e do sistema de educação.

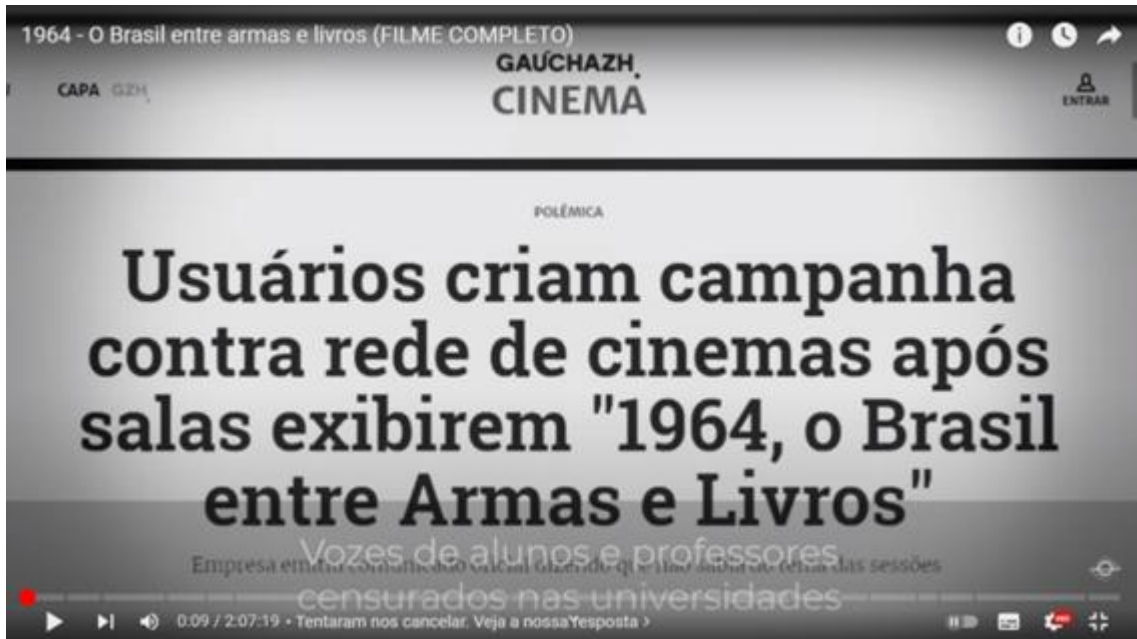
A empresa se apropria especificamente de elementos da linguagem audiovisual própria do documentário, explorando principalmente a suposta representação direta da realidade que este gênero cinematográfico suscita (Rosenstone, 2010). Ao tratar de um evento real, como é o caso do filme sobre o golpe de 1964, ou de uma questão que é de interesse público e notório como a educação, a empresa vende aos seus espectadores produções que se colocam como narrativas não ficcionais. No entanto, apesar de serem apresentados como documentário⁴⁸, as pesquisas têm destacado as fragilidades e distorções históricas presentes nas produções audiovisuais da empresa (Borges, 2019; Lima, 2019; Paulo, 2020, entre outros).

Significa dizer que, apesar de serem apresentados como materiais informativos e pautados em documentos e entrevistas com “especialistas”, supostamente resultando em uma representação fidedigna da realidade, o que comparece de forma veemente nessas produções é um papel de “viés de confirmação” que esses filmes desempenham, ao ignorar a vasta produção sobre o período ditatorial e sobre a educação. Indo além, podemos dizer que a empresa em alguma medida explora esse contraponto à produção acadêmica como um elemento de autolegitimação. Essa parece ser a função, por exemplo, do prelúdio que aparece na versão para o *YouTube* do filme **1964: o Brasil entre armas e livros**.

Nesse prelúdio, a BP incorporou a repercussão do filme na imprensa. Essa parte inicial apresenta um compilado de notícias acerca do próprio filme e sobre a querela envolvendo sua exibição em salas da Cinemark e em universidades como pode ser observado nas figuras 10 e 11.

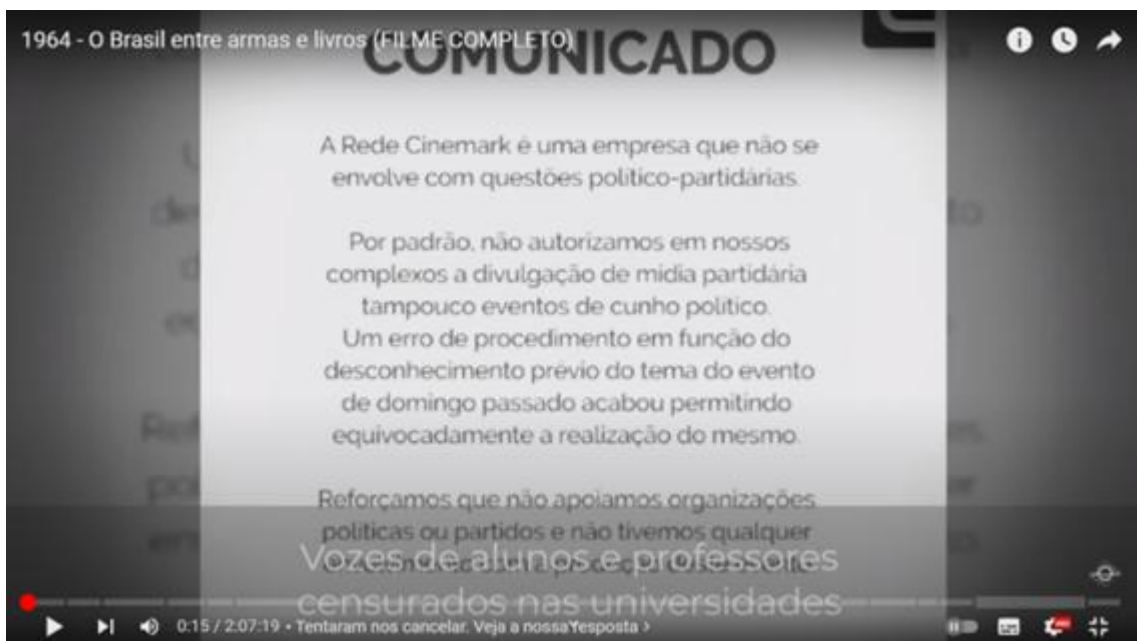
⁴⁸ Em entrevista ao programa *The Noite*, do humorista Danilo Gentili, em 05 de abril de 2019, a produção *1964: o Brasil entre armas e livros* é tratada por entrevistador e entrevistados como documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-cbyRJnZExk> Acesso em: 10 mar. 2025.

Figura 10 - Cenas da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros”



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Figura 11 - Excerto de cenas da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros”



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Observamos, nas figuras reproduzidas, a legenda “Vozes de alunos e professores censurados nas universidades”. A exibição de imagens de notícias sobre o filme é acompanhada da reprodução de supostos áudios com depoimentos e *prints* de conversas de alunos e professores que tentaram, sem sucesso, exibir o filme em instituições de ensino superior: “Eu me manifestei como voluntário para reproduzir esse filme na minha faculdade e

eles me disseram que não era possível reproduzir esse filme porque eles não... esse filme ele não condiz com a diretriz da faculdade” (Brasil Paralelo, 2019a)⁴⁹.

Na sequência, a cena composta por Filipe Valerim, sócio-fundador da empresa, ao centro, em um modelo de apresentação da produção, que aparece em alguns filmes da empresa, se encarrega de interpretar as imagens e áudios expostos anteriormente: “Esse é o porquê da Brasil Paralelo existir” (Brasil Paralelo, 2019a)⁵⁰. Além disso, a imagem de Valerim em preto e branco (Figura 12) parece ter o efeito de reforçar a atmosfera de denúncia e seriedade que permeia o filme.

Figura 12 - Excerto de cenas da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” - Filipe Valerim



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

A abordagem de enfrentamento da empresa à produção intelectual, às universidades, às escolas e à própria grande imprensa, ou seja, contra o “sistema”, apesar de ser alardeada como uma postura disruptiva, não é uma grande novidade, mas um lugar comum nos modos de atuação de grupos e sujeitos neoliberais e conservadores.

Meirelles (2024) identifica a gênese de um discurso anti-intelectual, antiacadêmico e anticientífico na imprensa brasileira na década de 1990. À luz de um artigo de Frias Filho, herdeiro da **Folha de S. Paulo**, publicado em 1997, a autora argumenta que, no bojo dos acontecimentos daquele período, a figura do “polemista” na imprensa reflete a rejeição às

⁴⁹ A fonte consultada não é paginada

⁵⁰ A fonte consultada não é paginada

narrativas totalizantes e à força moral adquirida pela intelectualidade acadêmica, jornalística e artística como figuras de resistência ao regime ditatorial. A partir da década de 1990, vamos assistir a uma oposição mais marcada por parte dos “polemistas” na grande imprensa, ligados ao pensamento conservador e liberal, contra os “intelectuais progressistas da USP”. O próprio Olavo de Carvalho começa a ganhar projeção justamente nesse contexto ao se tornar colunista de diversas revistas e jornais de grande circulação em fins dos anos de 1990 (Calil, 2021).

Com a popularização da internet, além do espaço em grandes veículos jornalísticos, Olavo de Carvalho vai galgar a sua legitimidade como filósofo autodidata, radicalizando o discurso anti-intelectual:

Olavo de Carvalho, que se tornou uma espécie de guru do governo Bolsonaro, vislumbrava posições, reconhecimentos e legitimidade intelectual – historicamente associada à universidade no Brasil [...]. Olavo não se contentava mais em criticar os professores e as universidades nas páginas dos jornais, como um representante da imprensa em busca da autoridade cultural no debate público. Buscava ser levado a sério como filósofo e professor. Percebendo que tal reconhecimento jamais viria por parte dos setores legitimados da vida intelectual brasileira e que havia na internet uma possibilidade de atuação, potencializou os anti-intelectualismos e negacionismos já presentes. (Meirelles, 2024, p. 253).

Sob essa perspectiva, podemos dizer que o discurso de *outsider* da BP reflete, na verdade, a lição que a empresa aprendeu com o “professor” Olavo. Se não há a possibilidade de validação da sua narrativa nos ambientes socialmente reconhecidos como redutos e produtores de conhecimento, como as universidades, se colocar no debate público em um sentido oposto e combativo ao que vem da academia, da educação e da grande imprensa se torna uma estratégia de autolegitimação. Por isso é tão importante para a empresa enfatizar, para os seus espectadores, logo no início dos filmes, esse distanciamento. A universidade aparece, assim, como um ambiente de censura – “Vozes de alunos e professores censurados nas universidades” (Figura 10) – para, em seguida, justificar a existência da empresa justamente para combater “o sistema” – “Esse é o porquê da Brasil Paralelo existir”.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se opõe à universidade e aos grandes meios de comunicação, a BP reivindica o papel do intelectual no processo de formação da opinião pública. Essa questão é evidenciada, por exemplo, na maneira como a empresa emula o ambiente acadêmico e o destaque, em determinados momentos, para as credenciais acadêmicas dos entrevistados (Cleto, 2024), como veremos à frente. A própria fala introdutória de Filipe Valerim chama a atenção do espectador para elementos que remetem ao documentário ou à narrativa não ficcional: “Dezenas de especialistas nos ajudaram a navegar

pela bibliografia e documentação” (Brasil Paralelo, 2019a)⁵¹. Além da referência ao uso de documentos, a fala destaca a participação de “especialistas”, ou seja, sujeitos que teriam algum tipo de autoridade para tratar do tema.

De modo semelhante, todos os episódios da trilogia **Pátria Educadora** são iniciados por uma fala de Filipe Valerim, que faz uma espécie de introdução aos temas que serão abordados ao longo dos filmes e conclama os espectadores a cumprirem a sua parte na tarefa de “mudar a cultura do Brasil”, se tornando membro-assinante da BP:

Sejam todos bem-vindos a estreia da trilogia Pátria Educadora. Você está prestes a assistir a maior produção que já fizemos até aqui. [...] Você está prestes a embarcar nessa jornada de conhecimento e essa introdução tem uma última etapa que é a mais importante. [...] E agora é você quem vai decidir se estamos no início ou no final dessa jornada. [...] Estamos lançando esses filmes de graça pra população e você agora precisa fazer a sua parte [...]. (Brasil Paralelo, 2020b).⁵²

Após a fala introdutória, são exibidas reportagens (em texto e imagem) sobre os diversos problemas ligados à educação no país. Desde notícias de atos de vandalismo por parte de alunos, doutrinação por parte de professores, até matérias e outras imagens acerca dos índices de avaliação da educação no Brasil. Seguindo a fórmula utilizada em **1964: o Brasil entre armas e livros**, a fala de Filipe Valerim (Figura 13) e a reprodução de reportagens acerca da educação no país (Figura 14) parecem ter a função de embasar e fortalecer a narrativa que se seguirá.

⁵¹ A fonte consultada não é paginada

⁵² A fonte consultada não é paginada

Figura 13 - Trecho inicial do capítulo “O fim da história”, da trilogia “Pátria Educadora”



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

Figura 14 - Trecho de um telejornal reproduzido no capítulo “O fim da história”, da trilogia “Pátria Educadora”



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

A BP se propõe a construir uma narrativa não ficcional, com respaldo em fontes, documentos e analistas, além de apresentar, ao espectador, as produções da empresa como

fonte de informação: “As nossas produções já levaram informação para mais de 20 milhões de brasileiros” (Brasil Paralelo, 2020b)⁵³. Este prelúdio atua como uma espécie de autopromoção ou de autopropaganda e, em alguma medida, se relaciona com o formato documentário que, de acordo com Rosenstone (2010, p. 110), carrega uma espécie de mistificação, uma “noção de que aquilo que você está vendo na tela é, de alguma forma, uma representação direta do que aconteceu no passado”.

De fato, para a construção dessas produções, a BP recorre ao uso de imagens e documentos reais, principalmente entrevistas ou testemunhos para construir cronologicamente as linhas argumentativas, tanto em **1964: o Brasil entre armas e livros**, quanto em **Pátria Educadora**. Como pontuou Márcia Neme Buzalaf (2019, p. 34):

[...] *1964* é construído com os mesmos elementos utilizados tradicionalmente nos documentários historiográficos – jornais da época, imagens do passado e entrevistas com pesquisadores e pessoas que viveram o período - o que lhe confere um caráter de verossimilhança à narrativa revisionista enviesada.

Assim, com uma construção discursiva e imagética, de antemão o público é avisado ou induzido a pensar que, neste filme, ele será exposto à “verdade” sobre o golpe e à ditadura civil-militar, inclusive sendo conclamado a participar diretamente da produção e divulgação dessa verdade: “Nunca esqueça: nós não recebemos dinheiro público. Você é quem financia esse projeto. A busca pela verdade depende do seu engajamento” (Brasil Paralelo, 2020b)⁵⁴.

Poderíamos dizer que a empresa se utiliza de uma linguagem que já está estabelecida na contemporaneidade, e a forma de tecer sua narrativa – cronológica, com inserção de imagens de época e testemunhos – na verdade obedece a uma construção já clássica na linguagem televisiva e cinematográfica, que sempre transmite uma mensagem, seja religiosa, seja política, seja moral, exercendo, segundo Almeida (1999), uma espécie de “catecismo visual” – poderíamos dizer função pedagógica – porque estabelece para o espectador um “estatuto de verdade”, que se relaciona diretamente com a construção de memórias individuais e coletivas: “Essas representações visuais e sonoras são imagens e palavras que, ancoradas na memória do espectador, passam a construir um repertório de *História e Verdade* com o qual ele opina e age sobre a sociedade em que vive” (Almeida, 1999, p. 13-14, grifos do autor).

Para compreender a mobilização de recursos típicos do gênero documentário,

⁵³ A fonte consultada não é paginada

⁵⁴ A fonte consultada não é paginada

podemos recorrer a Rosenstone (2010) e seu estudo acerca da relação entre cinema e história. Consideremos as características desse gênero cinematográfico citadas pelo autor:

O documentário, considerado um modo de entendimento histórico, tem muito em comum com o longa-metragem dramático: conta uma história linear e moral, muitas vezes (sobretudo recentemente) trata de grandes tópicos por intermédio da experiência de um pequeno grupo de participantes, gasta muito tempo com a materialidade dos objetivos e visa suscitar emoções por meio não apenas da seleção, enquadramento e justaposição de imagens paradas e em movimento, mas também a utilização de uma trilha sonora repleta da linguagem, efeitos sonoros e música da era retratada. Ao contrário do filme dramático, a maioria de suas imagens não é encenada para a câmera (embora algumas ocasionalmente sejam), mas coletada em museus e arquivos fotográficos e cinematográficos – a grande exceção são as entrevistas com os participantes dos acontecimentos históricos ou especialistas, muitas vezes professores de história, cujas palavras são usadas para moldar e criar o sentido mais amplo do passado. (Rosenstone, 2010, p. 35).

Os elementos citados por Robert Rosenstone podem ser resumidos da seguinte maneira: a) seleção, enquadramento e justaposição de imagens aliadas à trilha sonora; b) ampla utilização de imagens de arquivos, estáticos ou em movimento; e c) utilização de entrevistas, de testemunhas ou especialistas, para “moldar e criar o sentido mais amplo do passado”.

Vejamos, em linhas gerais, como esses elementos estão presentes no *corpus* selecionado das produções em análise: imagens de arquivo, fontes documentais, arquivos jornalísticos, entrevistas, entre outros para construir o enredo pretendido acerca da ditadura civil-militar e da educação no país.

3.1.1 Seleção, enquadramento e justaposição das imagens aliadas à trilha sonora

O recurso de imagens aliado à trilha sonora foi largamente utilizado pela empresa em ambas as produções em análise. É interessante notar que, além das imagens de arquivo, as imagens e animações construídas especificamente para cada uma dessas produções, aliadas à trilha sonora, cumprem o papel de ambientar a atmosfera de mistério que, aos poucos (a partir das falas dos entrevistados e da narração), vai sendo desvelado.

Dos momentos iniciais do filme **1964: o Brasil entre armas e livros**, destacamos o título de abertura, que consiste na apresentação de uma espécie de brasão. A utilização dessa imagem na abertura liga essa produção a uma série sobre a História do Brasil produzida pela

BP entre 2017 e 2018. A série **Brasil: a última cruzada** analisa, em seis capítulos, desde os antecedentes das Grandes Navegações e a História de Portugal até a Era Vargas. É interessante notar que, embora no canal da empresa no *YouTube* o filme sobre a ditadura civil-militar conste como uma produção à parte, ou seja, não aparece diretamente vinculada como um episódio da série **Brasil: a última cruzada**, o uso do mesmo brasão na abertura estabelece essa conexão.

Mais do que isso, a utilização do mesmo brasão apresenta de forma sutil, para os espectadores mais assíduos e atentos, a decadência social que a BP tanto apregoa. Na primeira imagem (Figura 15), que é a da abertura do primeiro capítulo de **Brasil: a última cruzada**, o brasão aparece em dourado, imponente, iluminado e novo. São apresentados, gradativamente, detalhes, que vão aparecendo na tela, sempre dourados e lustrosos. No entanto, no filme sobre 1964 uma animação semelhante, também mostrando diversos ângulos e revelando o brasão paulatinamente, ao invés do brilho, o dourado vai sendo corroído pela ferrugem até se apresentar completamente desgastado (Figura 16). O título do filme também é apresentado em um fundo escuro, com as letras em tons cinzentos, se assemelhando a concreto (Figura 17).

Figura 15 - Excerto de cena da abertura do filme “Brasil: a última Cruzada” – capítulo 1 – A Cruz e a Espada - Brasão



Fonte: Brasil Paralelo, 2017.

Figura 16 - Excerto de cena da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” - Brasão



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Figura 17 - Excerto de cena da abertura do filme “1964: o Brasil entre armas e livros”



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Apresenta-se ao espectador, de forma ilustrada, indireta, com a mudança de tons e desgaste da imagem do brasão, uma das teses defendidas pela produtora, que é justamente a decadência da civilização ocidental, a qual vai sendo tomada por visões de mundo e por

valores considerados esquerdistas. Como sugere Moerbeek (2024), a BP trata a “civilização ocidental” não como hegemônica, colonizadora, mas como uma espécie de vítima que vem sofrendo constantes ataques e precisa ser protegida. No caso do Brasil, como veremos, a ditadura civil-militar se converte em um importante marco, pois, de acordo com essa narrativa, foi nesse período que a chamada guerra cultural atribuída à esquerda passou a operar de forma mais incisiva, especialmente em razão de sua presença nos meios de comunicação e, de maneira mais acentuada, no campo educacional.

É preciso destacar que essas produções da BP se inserem em um contexto específico de aumento da demanda de mercado por produções sobre história, um movimento sensível a nível global. Como nos lembra Malerba (2014), no caso do Brasil, uma das produções mais expressivas de uma abordagem midiática e conservadora da história, certamente foi o livro **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**, de 2009, que se tornou um *bestseller* e foi posteriormente adaptado para o audiovisual⁵⁵. Mas, ele próprio é uma versão nacional de um tipo de literatura que já havia se popularizado, por exemplo, nos Estados Unidos (EUA) com uma abordagem francamente à direita e “politicamente incorreta” de temas sensíveis⁵⁶.

Considerando essas questões, podemos dizer que os temas históricos tratados pela empresa, assim como o formato prioritário das suas abordagens (audiovisual) e o meio de veiculação dessas produções (internet) correspondem a uma dimensão da história pública que, segundo Santhiago (2016), está relacionada à ampliação de audiências, ou seja, a um nicho mercadológico. Como nos ensinam Ferro (1992) e Rosenstone (2010), qualquer obra cinematográfica (documentário ou ficção) que trate de temas históricos, carrega, necessariamente, a visão de mundo e os interesses daqueles que a produzem. No entanto, o *modus operandi* da BP, escrutinado por Mayara Balestro Santos (2021), Murilo Cleto (2024), entre outros, nos permite inferir que, ao produzir materiais como os filmes analisados, a empresa tem, de antemão, um objetivo político-ideológico delimitado de modo que a utilização de recursos comuns à chamada história pública e ao audiovisual podem ser lidos como a produção de um material didático baseado em um revisionismo ideológico da história para compor uma espécie de “programa educativo” da empresa francamente neoliberal e conservador.

Seguindo o mesmo padrão de cores, a abertura da trilogia **Pátria Educadora** (a mesma para os três episódios) é composta por tons escuros, em cenas lentas, impregnadas de

⁵⁵ O livro do jornalista Leandro Narloch foi adaptado para uma série televisiva pelo canal *History*. Na pesquisa de mestrado, exploramos o episódio que trata especificamente do período ditatorial.

⁵⁶ Ver nota 9.

uma espécie de neblina que, somada ao tema musical, transmite ao espectador uma sensação asfíxiante. A sequência de cenas da abertura se inicia com um lápis isolado. A seguir uma sala de aula vazia, sem cores ou ornamentos. Em sequência, em transição para a cena seguinte, aparece no quadro da sala de aula a imagem do Palácio do Congresso Nacional.

O nome Ministério da Educação aparece na tela e é sucedido por outras imagens que parecem representar cartilhas dispostas em uma espécie de esteira de fábrica, sugerindo padronização. Essas cartilhas se mesclam a pilhas de dinheiro culminando em outra imagem que mostra uma mesa com um desenho do mapa-múndi sobre a qual dois homens apertam as mãos (Figura 18).

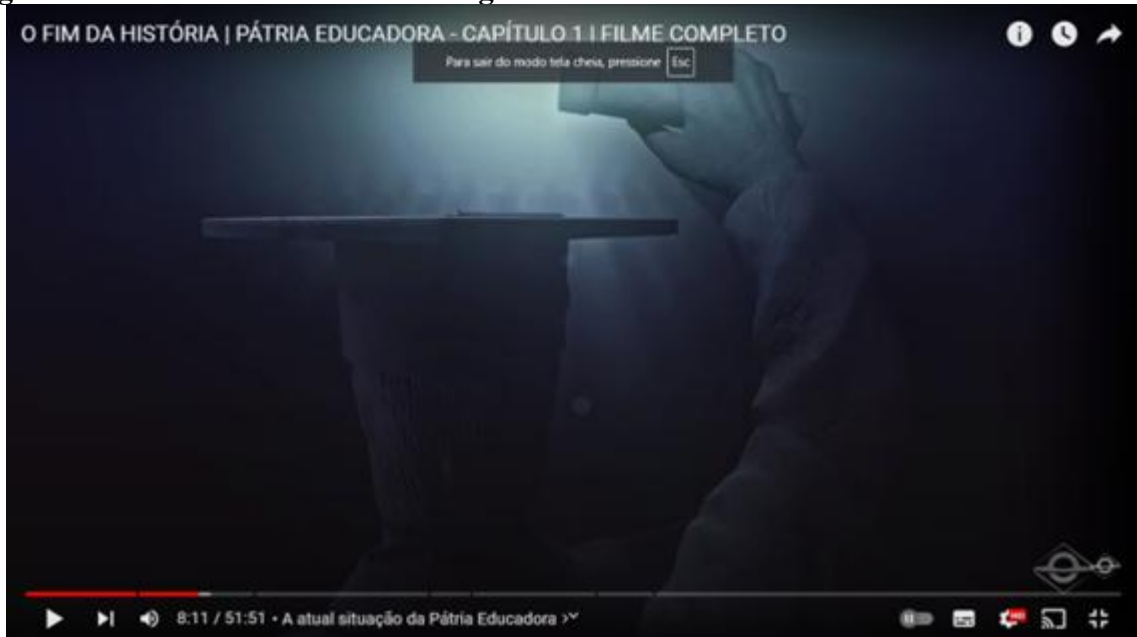
Figura 18 - Cena da abertura da trilogia “Pátria Educadora” – Dois homens apertam as mãos



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

Na cena seguinte, aparece um estudante se formando. Com capelo e diploma, sob holofotes e *flashes*, uma comemoração (Figura 19). Na sequência, este formando se transforma em um professor, com uma camisa da União Nacional dos Estudantes (UNE) e um semblante raivoso. Em uma sala de aula extremamente desordenada, com cadeiras caídas, materiais escolares jogados pelo ar, os alunos correm em direção à porta, ao que parece, atendendo às ordens e incitações do professor (Figura 20).

Figura 19 - Cena da abertura da trilogia “Pátria Educadora” – Formando



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

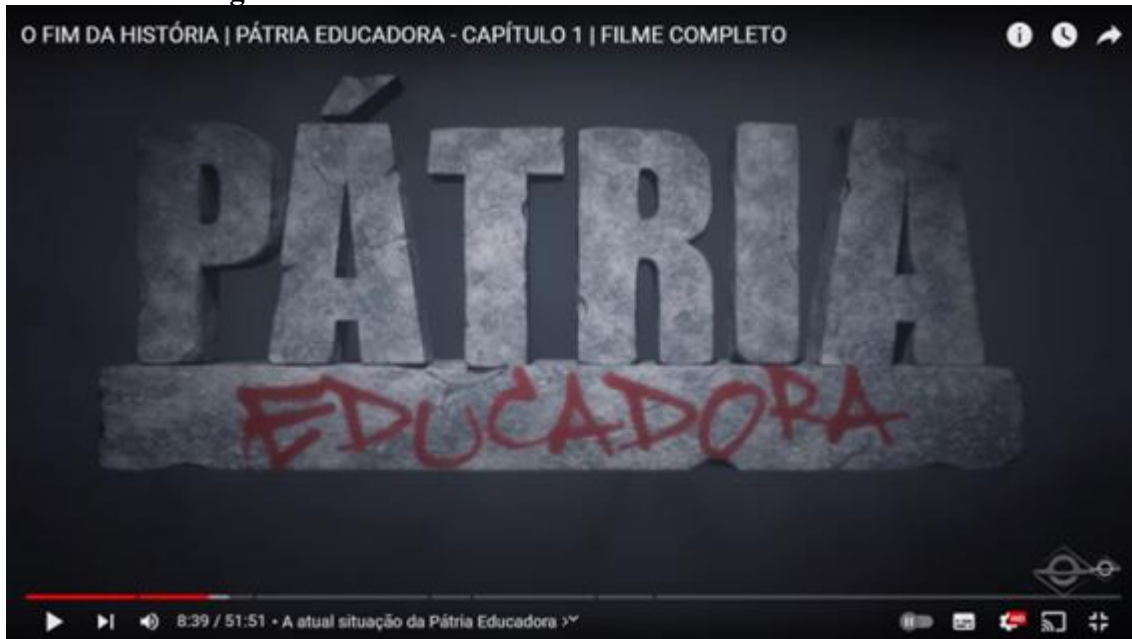
Figura 20 - Cena da abertura da trilogia “Pátria Educadora” – Professor e alunos em sala de aula



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

O nome da trilogia, **Pátria Educadora**, ironicamente copiado do lema do segundo mandato de Dilma Rousseff, aparece em um fundo escuro e esfumado. A representação gráfica do nome **Pátria** remete a uma construção desgastada, descuidada, e o nome **Educação** é uma pichação em vermelho (Figura 21).

Figura 21 - Cena da abertura da trilogia “Pátria Educadora” – Representação gráfica do título da trilogia



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

Como sugere Robert Rosenstone, uma obra do gênero documentário histórico naturalmente seleciona vestígios do passado para a construção de uma narrativa específica de modo a “dar destaque a imagens, entrevistas e narrações que respaldam aquela interpretação específica” (Rosenstone, 2010, p. 119) e, nos casos aqui estudados, podemos inferir que essa narrativa começa a ser estruturada nos momentos iniciais dos filmes em que as imagens aliadas à trilha sonora ambientam o espectador e apresentam de forma subliminar (como o brasão se desgastando em **1964...**) ou mesmo diretamente (a sequência de imagens da abertura de **Pátria Educadora**) um direcionamento interpretativo.

A abertura da trilogia **Pátria Educadora**, por exemplo, expõe os principais elementos, ou teses, desenvolvidos ao longo dos três capítulos. Temos a sala de aula representada como um lugar inóspito, negativo; a ligação da educação com o Estado de forma negativa, representada pelas imagens que remetem à padronização fabril, à corrupção e aos homens negociando sobre o mapa, e a figura do universitário que, depois, se torna um professor doutrinador, incitando seus alunos a se rebelarem, também, em uma espécie de retroalimentação, que reinicia o ciclo. Em síntese, a sequência de abertura de ambas as produções situa o espectador, em linhas gerais, sobre quais temas e em que perspectiva serão abordados.

Do ponto de vista da memória, poderíamos dizer que a construção narrativa da sequência de abertura em ambas as produções, a partir da fala de Filipe Valerim e das

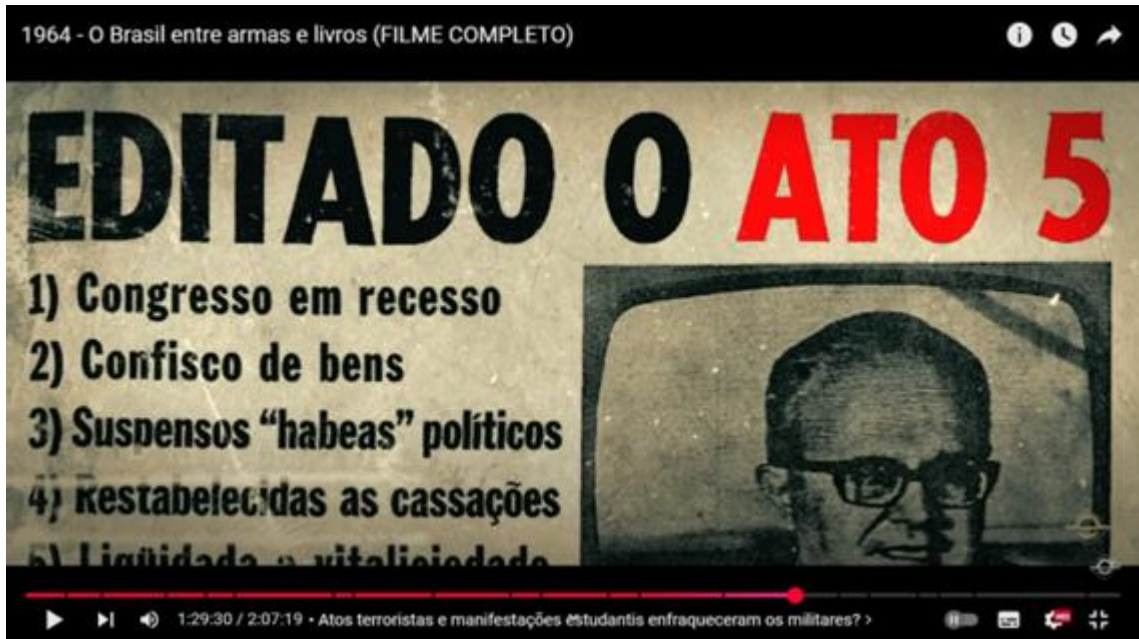
imagens que vão se revelando ao espectador já nesse primeiro momento, dialoga com determinada memória social acerca da ditadura civil-militar e do próprio processo de formação de uma identidade nacional, que, em grande medida, envolve o modelo de educação que vem se desenvolvendo ao longo da história do país. Lembremos do brasão nas Figuras 15 e 16 que, em conjunto, são a representação imagética e sintética da crítica que a empresa faz em suas produções sobre a história do Brasil: da glória de pertencer à civilização cristã-ocidental à decadência de ser tomada pelo esquerdismo.

Ricoeur (2007), quando trata dos usos e abusos da memória, observa que a problemática da “memória manipulada” está ligada justamente à questão da identidade, do ponto de vista tanto individual, quanto coletivo e, como vimos na segunda seção, a missão declarada da empresa é justamente “Resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”. Em outras palavras, a empresa está empenhada na construção ou reformulação de uma identidade e de uma memória nacional.

3.1.2 Ampla utilização de imagens de arquivos

A ampla utilização de imagens de arquivos, estáticos ou em movimento, é característico de ambos os materiais em análise. Como demonstrou Santos (2022), a utilização de alguns elementos específicos tem sido comum nas representações imagéticas de produções audiovisuais sobre a ditadura civil-militar, entre eles, o emprego de determinado contraste de cores, com o vermelho se sobrepondo a tons mais escuros de preto, cinza e sépia, a utilização de fontes que remetem à máquina de datilografia e o uso de fotografias e recortes de notícias da época. O filme **1964: o Brasil entre armas e livros** explora esses elementos como podemos observar nas figuras 22 e 23.

Figura 22 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – recorte de jornal 1



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Figura 23 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – recorte de jornal 2



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

A utilização do contraste entre cores, especialmente entre o azul e o vermelho e entre tons de sépia e imagens coloridas é largamente utilizado ao longo do filme, principalmente nos trechos que tratam de temas relacionados à Guerra Fria. A sequência de imagens reproduzidas a seguir é representativa dessa questão.

As figuras 24 e 25 são *prints* do filme *1964* em um trecho que trata da expansão da União Soviética, desde a Revolução de 1917 até a Guerra Fria. Na Figura 24, observamos a montagem com uma imagem da família imperial Romanov, executada em 1918, coberta por uma mancha de sangue.

Figura 24 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – representação da família Romanov

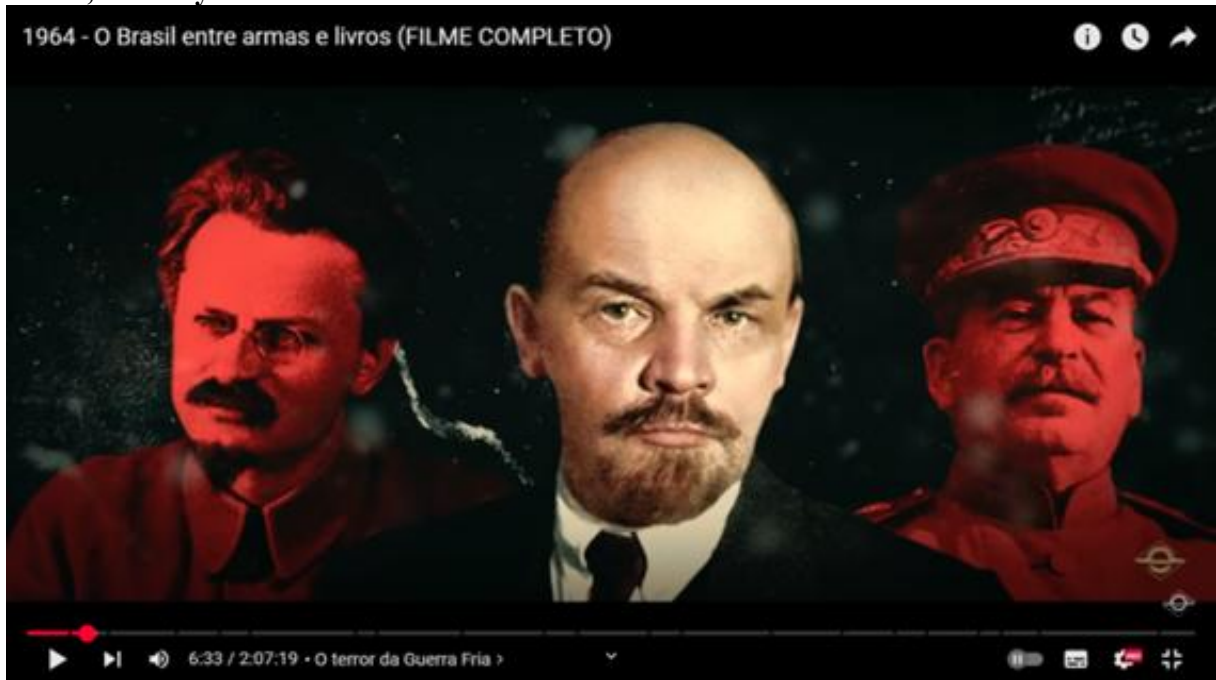


Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Na Figura 25, temos a projeção de uma imagem de Lênin em primeiro plano, com Trotsky e Stalin em vermelho e em segundo plano. Essa sequência de imagens é acompanhada pela narração *in off*, que apresenta “Lenin como Deus e Stálin e Trotsky como Papas vermelhos” na implantação de um “reino do terror vermelho” (Brasil Paralelo, 2019a)⁵⁷.

⁵⁷ A fonte consultada não é paginada.

Figura 25 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – representação de Lenin, Trotsky e Stálin



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

As imagens, embora históricas (reprodução de trechos de jornais de época, fotografia da família Romanov e imagens reais de Lenin, Trotsky e Stálin), são editadas para, em conjunto com a narração, despertar determinados sentimentos no espectador, seja de comoção pela execução da família imperial russa, seja de medo do “reino do terror vermelho”. É notável, já na primeira parte do filme, a intensa mobilização do que poderíamos chamar de uma memória do anticomunismo, que é muito presente na história do país e teve papel substancial na estruturação e justificativa das duas ditaduras recentes no Brasil (Motta, 2002).

Certamente a noção do que seria comunismo, envolto em mistificação e senso comum, ainda é capaz de despertar intensos debates e medos, de modo que o termo, esvaziado do seu significado histórico, se torna uma espécie de xingamento genérico. A alegoria do “fantasma do comunismo” parece ser, ainda, bastante eficiente e, como veremos, foi explorada nesta produção da BP, inclusive como fio condutor da narrativa. Como ressalta Rodrigo Pato Sá Motta (2021a, p. 112):

O anticomunismo muitas vezes serviu de guarda-chuva para abrigar frentes de direita integradas por grupos heterogêneos, servindo de língua franca para expressar (e incrementar) a mobilização contra a esquerda, contra movimentos sociais orientados para a esquerda e contra políticas voltadas ao combate às desigualdades em geral.

Mais um aspecto importante a ser observado na maneira como a empresa mobiliza os recursos cinematográficos neste filme é o claro contraste entre a maneira como a União Soviética e o Ocidente são apresentados ao espectador. Para representar a União Soviética ou outros países do bloco socialista, as imagens são, frequentemente, apresentadas em tons de cinza ou sépia (Figura 26). Por outro lado, as representações imagéticas dos Estados Unidos e do Ocidente de forma recorrente remetem a cores mais suaves, como o brilho que emana da bandeira dos EUA no mapa, contrastando com o vermelho intenso do mapa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Figura 27).

Figura 26 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – frame de soldados soviéticos



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Figura 27 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – representação dos mapas dos EUA e URSS



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Ao contrário das representações da URSS em escala de cinza ou sépia, as imagens que representam os EUA e o Ocidente geralmente são coloridas, como fica evidente na figura 28.

Figura 28 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – frame de pessoas circulando na rua, possivelmente nos EUA



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Além disso, é simbólico que uma das primeiras imagens referentes ao Ocidente

capitalista explorada no filme seja justamente de uma cena de compras em que uma das mercadorias é um fardo de Coca-Cola⁵⁸ (Figura 29).

Figura 29 - Excerto do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” – frame de compras em caixa de mercado



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Notamos que as imagens de arquivo, estáticas ou em movimento, são largamente utilizadas no filme **1964**; no entanto a forma como essas imagens são editadas e apresentadas ao público revelam a intenção de transmitir determinada mensagem que vai se tornando mais clara à medida que a narrativa vai se desenrolando. Quando o filme apresenta imagens, provavelmente, da União Soviética, em que as figuras que se destacam são justamente a de militares, a narrativa remete a controle e vigilância. Em contrapartida, quando a fala do narrador sobre o Ocidente é acompanhada, nesse primeiro momento, por imagens coloridas que apresentam pessoas em seu cotidiano relacionado ao consumo (na Figura 28 há um homem tomando sorvete e, na Figura 29, há uma compra de mercado). Em seu conjunto, essas imagens formulam, poderíamos dizer, uma espécie de alegoria dos valores neoliberais, principalmente relacionados ao consumo como um valor elementar (Harvey, 2005).

Nesse primeiro momento do filme **1964: o Brasil entre armas e livros**, poderíamos dizer, as imagens convergem para explorar um quadro social do anticomunismo que perdura e se atualiza (Motta, 2021b) para abarcar as transformações sociopolíticas que ocorreram desde o fim do período ditatorial no Brasil. Com a queda do Muro de Berlim e o fim do chamado

⁵⁸ Sobre a Coca-Cola como símbolo do capitalismo ver Pendergrast (1993).

socialismo real, o discurso anticomunista se desloca para o inimigo infiltrado, para a guerra cultural e para as pautas morais (Motta, 2022).

Em **Pátria Educadora**, os momentos iniciais do capítulo **O fim da história**, após a abertura, também se utilizam de uma sequência de imagens históricas que, da maneira como são expostas, apresentam de forma indireta a noção de que o fascismo seria de esquerda. A sequência é composta por uma montagem de diversas cenas. São elas, manifestações antifascistas no Brasil atual e trechos de reportagens de telejornais que atestam a ligação dessas manifestações com estudantes e professores universitários.

Essas imagens são mescladas a imagens históricas de manifestações e marchas com o intuito, ao que parece, de estabelecer uma correlação entre os comportamentos dos fascistas no passado com os antifascistas no presente (Figuras 30, 31, 32 e 33). Este momento do filme culmina em uma cena de Benito Mussolini em uma aparição pública, com um semblante demonstrando bastante satisfação (Figura 34).

Figura 30 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Cena de agressão em uma manifestação não identificada



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

Figura 31 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Mais uma cena de agressão em uma manifestação não identificada



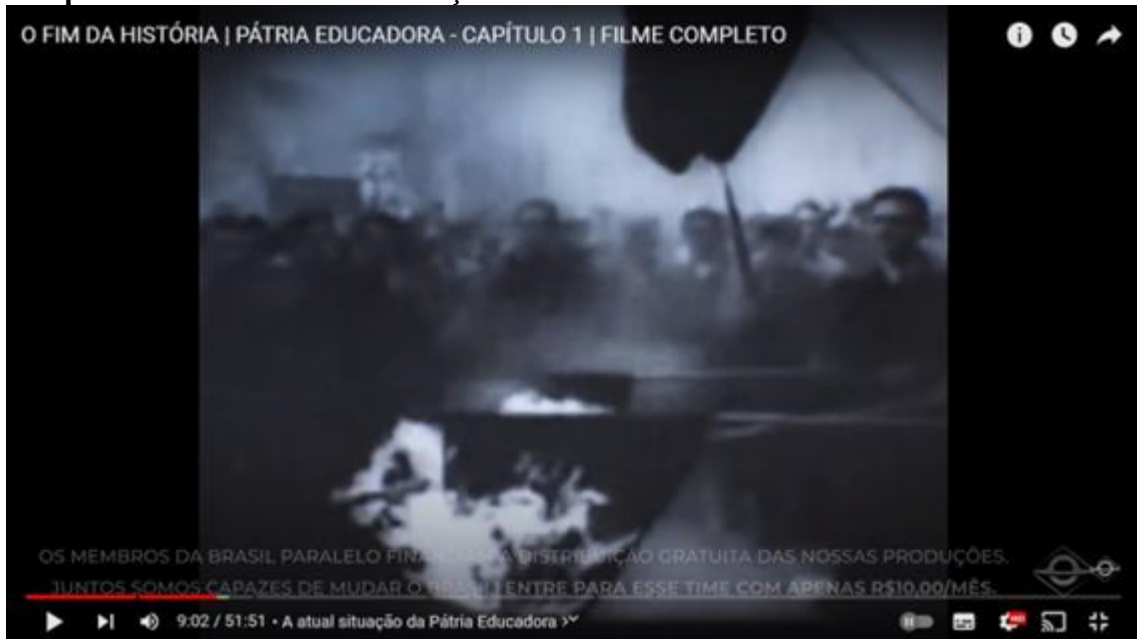
Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

Figura 32 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Cena de uma bandeira sendo queimada em uma manifestação não identificada



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

Figura 33 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Mais uma cena de uma bandeira sendo queimada em uma manifestação não identificada



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

Figura 34 - Capítulo 1 da trilogia “Pátria Educadora” - Cena de Mussolini

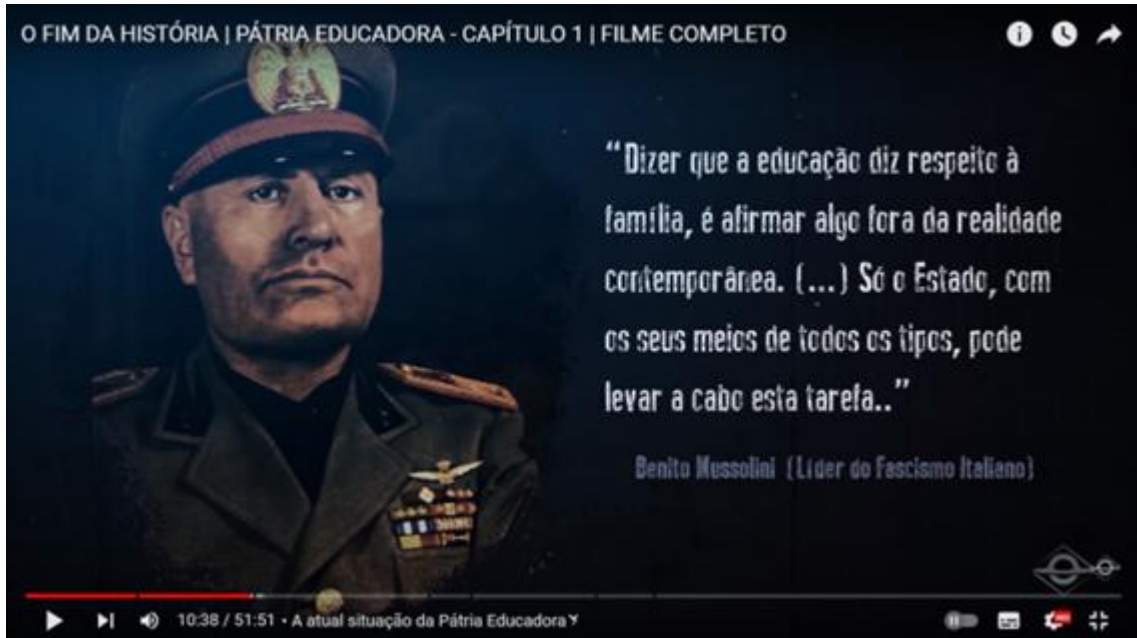


Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

O quadro que fecha essa sequência de cenas (Figura 35) e, podemos dizer, arremata a ideia geral que se quer passar já nos primeiros minutos do filme, é uma imagem de Benito Mussolini com a seguinte frase atribuída ao ditador italiano: “Dizer que a educação diz respeito à família, é afirmar algo fora da realidade contemporânea. [...] Só o Estado, com os

seus meios de todos os tipos, pode levar a cabo esta tarefa”.

Figura 35 - Imagem e citação de Mussolini



Fonte: Brasil Paralelo, 2020b.

A associação entre a esquerda (representada nesse primeiro momento por imagens de manifestações antifascistas), o autoritarismo (representado nesse primeiro momento pelo fascismo, na figura de Mussolini) e a educação sob regulação estatal (representado nesse primeiro momento pelas aspas atribuídas a Mussolini), explorada ao longo dos três filmes, já se estabelece claramente nos primeiros instantes desse episódio. Essa correlação entre fascismo e esquerda é um elemento que ganha força nos escritos de Olavo de Carvalho (Cruz, 2020) e que ressoa entre grupos e sujeitos diretamente influenciados pelo seu pensamento, como a própria BP.

Para Cleto (2024), a tese do fascismo de esquerda é explorada em outras produções da empresa e reflete, na verdade, uma generalização que procura colocar à esquerda qualquer forma de extremismo. Em um contexto de mudança na “paisagem memorial” após a queda do Muro de Berlim, Traverso (2012, p. 124) considera que “Se o nazismo e o comunismo são inimigos irredutíveis do Ocidente, este deixa de constituir o seu berço para se tornar a sua vítima, erigindo-se o liberalismo como seu redentor”.

Em ambas as produções, apesar da utilização de elementos que remetem ao documentário, o que sobressai na forma como a narrativa é construída, tanto do ponto de vista da concatenação de ideias expostas pela locução *in off* e pelas falas dos entrevistados, quanto

nas imagens e trilha sonora, é o objetivo de sensibilizar o público para que este receba uma suposta “verdade” até então oculta por interesses escusos. Como debatemos na segunda seção, a empresa investe na construção de uma imagem de neutralidade e idoneidade, e a mobilização de recursos do documentário perpassa essa questão uma vez que, como sugere Robert Rosenstone, esse tipo de gênero cinematográfico suscita correlação entre imagem e realidade. No entanto, o mesmo autor assegura que “[...] sejam quais forem as suas afirmações, o objetivo real é um tipo específico de verdade, uma verdade calculada para fazer com que o espectador se sinta fortemente afetado por algum aspecto do passado” (Rosenstone, 2010, p. 132).

3.1.3 Utilização de entrevistas, de testemunhas ou especialistas para “moldar e criar o sentido mais amplo do passado”

O terceiro elemento estudado por Rosenstone (2010, p. 132) se refere à utilização de entrevistas, de testemunhas ou especialistas, para “moldar e criar o sentido mais amplo do passado”. Nas produções analisadas, o destaque é para as entrevistas. As falas dos participantes guiam a narrativa enquanto a locução em *off* se encarrega de amarrar essas falas às imagens que são exploradas ao longo dos filmes. Como mencionamos, destaca-se a apresentação desses participantes como um elemento de legitimação, como “especialistas”, “renomados professores”.

Apesar do empenho em construir uma imagem de *outsider*, não passa despercebido o fato de que, desde suas primeiras produções, a BP tem angariado a participação do que poderíamos chamar de “personalidades” do conservadorismo e do liberalismo nacional – de jornalistas e políticos a polemistas e ativistas – cujo membro mais destacado foi Olavo de Carvalho (Calil, 2021).

Desse modo, as ligações político-ideológicas da empresa, apesar da sua pretensa neutralidade, têm consolidado a BP como um canal de projeção para diversas vozes neoliberais e conservadoras no Brasil (Carvalho; Martini, 2018; Buzalaf, 2019; Dias, 2019; Lima, 2019; Paulo, 2020, entre outros).

Notamos, assim, uma espécie de mimetização da figura do intelectual e da produção do conhecimento. Como mencionado anteriormente, em sua pesquisa, Cleto notou que, apesar da instrumentalização de certo anti-intelectualismo recorrente nas produções da BP, há uma mobilização de elementos comumente associados ao ambiente acadêmico:

Nas produções da *Brasil Paralelo*, não são chamados a depor os usuários comuns que, como reza a cartilha da reorganização epistêmica promovida pela plataforma, desbancariam as elites culturais e científicas corruptas, mas pretensos pares supostamente libertos de seu aliciamento ideológico. Esse não se trata de um elemento distintivo trivial, afinal as entrevistas configuram a principal parte do corpus documental das séries e dos filmes. No documentário *1964 – O Brasil entre armas e livros*, os entrevistados são apresentados como jornalistas, escritores, presidentes de institutos, autores, pesquisadores, filósofos, diretores de arquivos e cientistas políticos. (Cleto, 2024, p. 47).

Na trilogia **Pátria Educadora**, a apresentação dos entrevistados segue a mesma lógica do filme **1964**, apontada por Cleto (2024). Ao mesmo tempo em que rechaça a universidade e a produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar, a narrativa construída pela empresa se apresenta como um material de estudos pelo qual o espectador terá a oportunidade de aprender sobre o tema com “renomados **professores** e **especialistas** nacionais e internacionais” (Brasil Paralelo, 2019a, grifos nossos)⁵⁹.

Indo além, na já mencionada *live* de lançamento do filme **1964**, o sócio da BP Luan Licidonio chega a afirmar que “não teve estudo tão aprofundado quanto o que estamos fazendo para produzir essa série. E é fundamental que o maior número de alunos, seja de faculdade ou escola, tenha acesso a esse material [...]” (Brasil Paralelo, 2019b)⁶⁰.

Porém, ao contrário de “renomados professores e especialistas”, o corpo de entrevistados neste filme é composto, especialmente, por conhecidos ativistas de extrema direita ou conservadores, como é o caso de Flávio Morgenstern, Bernardo Küster⁶¹ e Olavo de Carvalho. Também participam do filme nomes ligados a outros aparelhos privados de hegemonia, como Hélio Beltrão (presidente do Instituto Mises Brasil e filho de Hélio Marcos Pena Beltrão, ministro nos governos Costa e Silva e Figueiredo), Alexandre Borges (diretor do Instituto Liberal) e os jornalistas Percival Puggina (colunista do Instituto Millenium) e Lucas Berlanza (colunista do Instituto Liberal)⁶².

A trilogia **Pátria Educadora**, por sua vez, apresenta um corpo de entrevistados que pode ser dividido em três conjuntos, levando em consideração que alguns participantes fazem parte de mais de um conjunto⁶³. O primeiro conjunto refere-se a nomes de projeção nacional ligados à extrema direita ou ao conservadorismo no Brasil, como Olavo de Carvalho,

⁵⁹ A fonte consultada não é paginada

⁶⁰ A fonte consultada não é paginada

⁶¹ Sobre a atuação de Bernardo Küster, *influencer* católico conservador atuante, sobretudo no *YouTube*, ver: Mayrink e Meimaridis (2024).

⁶² A lista completa do corpo de entrevistados do filme **1964: o Brasil entre armas e livros** encontra-se em apêndice neste trabalho.

⁶³ A lista completa do corpo de entrevistados da trilogia **Pátria Educadora** encontra-se em apêndice neste trabalho.

Abraham Weintraub, Ana Caroline Campagnolo, Luiz Felipe Pondé, Flávio Morgenstern, Miguel Nagib, entre outros.

No segundo conjunto, estão os participantes diretamente ligados a setores do Governo Federal (na época, governo Bolsonaro), em cargos comissionados ligados principalmente às áreas da educação e cultura ou com mandatos na Câmara dos Deputados. Por exemplo: Ricardo da Costa e Daniel Emer, que foram assessores no Ministério da Educação (MEC); Carlos Nadalim, que foi secretário de Alfabetização do MEC; Ilona Becskeházy, ex-secretária de Educação Básica (SEB); Marcelo Hermes⁶⁴, que assumiu o cargo de diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e Rafael Nogueira, ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional⁶⁵.

O terceiro conjunto é composto pelos participantes da produção que têm algum trânsito no ambiente acadêmico, desde cursos de pós-graduação até aqueles que, de fato, atuam em universidades. Entre eles, Ilona Becskeházy, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); e Carlos Nadalim, mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Lecionando em universidades públicas podemos citar, por exemplo, Ricardo da Costa, doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Marcelo Hermes, doutor em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor da Universidade de Brasília (UnB); e Sandra Ramos, doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e professora da mesma instituição⁶⁶.

Apesar da preocupação da BP em se autoafirmar como uma empresa independente, livre de amarras político-ideológicas e, sobretudo, uma crítica do Estado, como observou Vasconcelos (2021), a produtora conta com a participação e apoio de expoentes de setores neoliberais e conservadores no Brasil, desde reconhecidos intelectuais até personalidades políticas. De fato, as relações e articulações da empresa com diversos sujeitos e grupos de

⁶⁴ Marcelo Hermes também é fundador, em 2019, da associação Docentes pela Liberdade (DPL). O Grupo Docentes Pela Liberdade surgiu em 2019 e, de acordo com Barbosa (2021, p. 2-3), pode ser definido como “uma organização criada por iniciativa de militares e civis, articulados ao governo Bolsonaro, estruturada para atuar no campo da cultura e desenvolver condições para reforma administrativa e curricular no âmbito do Ministério da Educação e das instituições de ensino, fundamentada numa perspectiva conservadora, liberal e antidemocrática, como sugerem as evidências levantadas pelas fontes primárias analisadas”.

⁶⁵ Neste mesmo conjunto podemos acrescentar ainda os deputados Caroline de Toni (PL-SC), Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) e Ana Caroline Campagnolo (PL-SC) e o ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub.

⁶⁶ Neste grupo também estão incluídos Gustavo Maultaschi, doutor em Administração Pública pela Universidade de Illinois-Chicago; Fausto Zamboni, que é doutor em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Simon Schwartzman, doutor em Ciências Políticas pela *University of California Berkeley* e professor aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

setores neoliberais e conservadores, demonstram que:

A capacidade de difusão de seus pressupostos e sua concepção de mundo vão para além da atuação dentro do B.P., perpassam os Institutos, a mídia, redes sociais e os espaços acadêmicos, isso permite o B.P. avançar em sua difusão. É justamente nessa sua capacidade de composição de quadros, atuantes e, no essencial, partindo do mesmo propósito e princípios, que reside sua principal força enquanto intelectual coletivo, torna-se, portanto, importante para a renovação da ‘nova direita’ no Brasil. (Santos, 2021, p. 85).

Assim como o corpo de participantes de **1964: o Brasil entre armas e livros**, os entrevistados na trilogia **Pátria Educadora** ratificam esse papel aglutinador da empresa quando se trata de reunir os representantes dos setores neoliberais e conservadores para divulgar suas narrativas e interesses sobre os mais diversos temas, nesse caso específico, a educação. O conjunto dos entrevistados é particularmente interessante pois, como demonstramos, longe de representar um pensamento minoritário e marginalizado, a narrativa da produção foi construída por representantes do Legislativo (todos vinculados ao partido do então presidente, o Partido Liberal), além de cargos importantes no campo da educação, como a chefia do próprio MEC, e outros relacionados à CAPES e à SEB. Parte dos entrevistados também tem formação acadêmica além da graduação, com alto nível de especialização, e alguns atuam em universidades públicas. A narrativa de *outsider*, antissistema e de neutralidade político-ideológica propagada pela empresa não se sustenta, pois os vínculos estabelecidos com grupos e sujeitos de altos escalões do Estado são evidentes⁶⁷.

Nos materiais e discursos mobilizados no filme citado, há uma espécie de “implosão” de versões sobre a ditadura civil-militar, cujas interpretações teóricas e metodológicas de certo modo desqualificam a história crítica, optando por um subproduto historiográfico que visa transformar a história e a memória dos processos vividos ou escritos em uma profusão de “verdades” próximas do neopositivismo científico. Aposta na crítica à chamada historiografia acadêmica, mas convoca, cita e explicita diferentes vertentes teórico-analíticas de intelectuais orgânicos de algum modo, direta ou indiretamente, vinculados às suas interpretações para consolidar suas preocupações e interesses revisionistas.

O que se torna patente, na verdade, é a atuação da empresa como aparelho privado de hegemonia (Gramsci, 2001) capaz de reunir e amplificar vozes de intelectuais orgânicos de

⁶⁷ Embora parte destas pessoas tenha ocupado cargos apenas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), é relevante notar que, no caso dos deputados, Caroline De Toni, Ana Caroline Campagnolo e Luiz Philippe de Orleans e Bragança, os três foram eleitos em 2018 e reeleitos no pleito de 2022, portanto, ainda exercem função legislativa. De todo modo, no período de lançamento da trilogia, boa parte dos entrevistados estava diretamente ligada ao governo federal.

matriz neoliberal e conservadora para construção e sustentação das políticas econômicas neoliberais que se inscrevem também no campo da educação. O papel assumido pela trilogia **Pátria Educadora**, ao que tudo indica, seria o de desmoralizar e descredibilizar o sistema de ensino. A empresa reúne intelectuais orgânicos apresentados ao público por meio das suas credenciais acadêmicas, profissionais que, em seu conjunto, demonstram consenso predominante no que diz respeito às críticas à concepção de escola voltada para a universalização e igualdade de acesso, comprometida com questões sociais, em uma perspectiva crítica e engajada politicamente. No âmbito do Estado, entretanto, parte desses mesmos intelectuais atuaram no governo Bolsonaro para o desmonte da educação (Saviani, 2020a).

Poderíamos dizer que a BP utiliza o audiovisual com elementos que remetem ao documentário como atividade prioritária. Esses materiais mobilizam documentos, entrevistas, conteúdos jornalísticos e imagens para criar uma narrativa que convença o espectador de estar diante de uma representação fidedigna da realidade. Com uma retórica que reivindica uma linguagem científica, oferece ao espectador um itinerário interpretativo específico. Portanto, concordando com Ferro (1992, p. 87), nos debruçamos sobre os filmes da BP considerando-os “como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Ele não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza”.

Em suma, se o passado sempre é reconstruído conforme as necessidades do presente (Halbwachs, 1990), está em evidência como o passado ditatorial está sendo usado (Ricouer, 2007) e como os seus efeitos foram didaticamente construídos pela BP, demonstrando como os sentidos desse passado permanecem claramente em disputa (Jelin, 2002) pela atuação de aparelhos de hegemonia. A mobilização do revisionismo ideológico e do negacionismo com o uso abundante de imagens, documentos e fontes de várias naturezas, implica objetivamente o ato fundacional de **1964** como valorativo do contexto nacional da última década e se converte em uma forma de recuperação e validação da história oficial da ditadura civil-militar.

A seguir, na seção quatro, apresentamos os principais conteúdos eleitos pela empresa para justificar a necessidade de revisão das teorias acerca da ditadura civil-militar e da presença de visões emancipatórias na educação brasileira, por meio das falas dos intelectuais orgânicos entrevistados nos filmes da BP sobre a ditadura civil-militar e sobre a educação.

4 DITADURA CIVIL-MILITAR E EDUCAÇÃO NA “BRASIL PARALELO”

A Brasil Paralelo, como vimos, se tornou um espaço aglutinador e amplificador de vozes representantes das chamadas novas direitas no Brasil. A empresa reúne, sistematiza e organiza pautas político-pedagógicas, atua como um aparelho privado de hegemonia no interior de um ecossistema político-ideológico mais amplo e promove uma plataforma educativa que passa, aparentemente, à margem do sistema de ensino, mas que, como vimos na Seção 2, cada vez mais se organiza para disputar o espaço da educação formal.

Em sua atuação, observamos a formulação e difusão do que poderíamos chamar de “produtos educativos políticos”, alinhados a um projeto de recuperação e evocação de uma memória constituída segundo quadros sociais (Halbwachs, 2004) ideológicos que se referenciam na ditadura de 1964, como um “regime”⁶⁸ em defesa da nação contra os comunistas. Há o enfretamento evidente às teorias historiográficas e educacionais críticas, que desvelam a realidade e os processos políticos e sociais da história e da educação nacional, como uma das condições para o avanço da própria história e da memória de nossa sociedade.

Nesta seção, nos interessa particularmente a correlação que vai se estabelecendo entre o passado ditatorial recente e o presente em relação ao campo educacional e a forma como a BP atua na instrumentalização de recursos, de certo modo utilizados como um dos procedimentos da história pública, notadamente o audiovisual. Nas narrativas de **1964: o Brasil entre armas e livros** e da trilogia **Pátria Educadora**, vamos encontrar as fortes correlações entre a história crítica da ditadura civil-militar e os fundamentos da educação emancipatória, visando operar um deslocamento de sentido das teorias histórico-críticas. Com a projeção de imagens e falas reafirmam-se valores dominantes, que facultam a reiteração de uma memória social construída acerca da manutenção da ordem, compreendida como controle dos perigos que ameaçam a nação – incluindo, além do comunismo, outras visões progressistas que defendem uma sociedade democrática, em suas amplas manifestações.


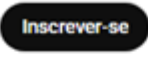
⁶⁸ Embora o uso dos termos “regime militar” ou “regime ditatorial” para se referir à ditadura civil-militar seja recorrente na literatura especializada (ver nota 12) no contexto das produções da BP o seu uso está alinhado ao sentido de abrandamento, justificação e normalização da ditadura empreendido por grupos e sujeitos das novas direitas, como aludimos na primeira seção deste trabalho. Um exemplo emblemático desse artifício semântico aconteceu durante a atuação de uma comissão criada pelo governo Bolsonaro com a finalidade de inspecionar o Banco Nacional de Itens para sugerir intervenções na elaboração da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Entre elas, a sugestão de substituição do termo “ditadura” por “regime militar” (Fraga; Matiulli, 2023).




4.1 O discurso de legitimação da ditadura civil-militar

Em 02 de abril de 2019, a BP disponibilizou gratuitamente, em seu canal no *YouTube*, o filme **1964: o Brasil entre armas e livros**. Ao visualizar a página no site, temos acesso a um painel que contém, além de dados, como número de visualizações e data de *upload*, uma descrição dos tópicos temáticos abordados no filme e outras informações disponibilizadas pela própria empresa. A Figura 36, apresenta parte das informações disponíveis na descrição do filme, como os tópicos temáticos abordados.

Figura 36 - Excerto da descrição do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” no canal da Brasil Paralelo no *YouTube*

1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO)

 Brasil Paralelo 
4,62 mi de inscritos 

 735 mil   Compartilhar 

11.541.862 visualizações 2 de abr. de 2019
Gostariamos de saber sua opinião sobre este documentário. Aperte aqui: <https://sitebp.la/opinioao-1964>

- 00:00 - Tentaram nos cancelar. Veja a nossa resposta
- 4:44 - O terror da Guerra Fria
- 8:46 - Os planos secretos de Stalin para espalhar o comunismo
- 16:19 - KGB: a força oculta da Rússia para destruir o Ocidente
- 20:48 - A conspiração para transformar o Brasil em um país comunista
- 24:05 - A União Soviética planejou um plano maligno para o Brasil
- 35:50 - Brasília aproximou o Brasil do Reino do Terror
- 37:58 - Jânio Quadros, o presidente que virou amigo dos comunistas
- 47:20 - Jango e a sua aliança com a Cuba revolucionária
- 56:31 - A marcha onde milhões de brasileiros disseram "Não" ao comunismo
- 59:53 - 31 de março de 1964: o dia do Golpe Militar
- 1:07:46 - A CIA foi responsável pelo Golpe Militar?
- 1:11:18 - Os generais de 64 foram ditadores?
- 1:21:12 - O terror propagado pelos comunistas: terroristas que hoje são reverenciados
- 1:28:58 - Atos terroristas e manifestações estudantis enfraqueceram os militares?
- 1:34:39 - Maio de 68: jovens usados como massa de manobra pelo comunismo
- 1:38:01 - A estratégia da esquerda para se infiltrar na mídia, escola e televisão
- 1:43:37 - O erro dos militares em subestimarem os comunistas
- 1:45:50 - O que nunca te contaram sobre a censura do Regime Militar
- 1:49:54 - O Fim do Regime Militar: apagaram a história de 1964
- 2:03:15 - O que fizeram os heróis?

Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

As linhas argumentativas do filme **1964: o Brasil entre armas e livros** e dos filmes da trilogia **Pátria Educadora**, como demonstrado na seção anterior, se amparam em uma contraposição, segundo a BP, a uma versão da esquerda sobre a ditadura civil-militar e a uma concepção de educação esquerdista. Uma suposta ação de conspiração comunista para tomar o poder no Brasil é constantemente evocada: “A conspiração para transformar o Brasil em um país comunista” e “A União Soviética planejou um plano maligno para o Brasil” (Brasil

Paralelo, 2019a)⁶⁹. Fica subentendido o apelo ao Golpe de 1964 como necessário para salvar o país da ameaça de um inimigo externo. Comunismo e terrorismo são termos utilizados como correlatos: “O terror propagado pelos comunistas: terroristas que hoje são reverenciados” (Brasil Paralelo, 2019a)⁷⁰. Assim, o golpe militar é justificado como um contragolpe, como uma resposta a uma ameaça presumida. O anticomunismo é, de fato, uma categoria importante para compreender a narrativa do filme em questão.

Com o intuito de legitimar essa justificativa e, extrapolando a análise supostamente histórica que eles se propõem a fazer, asseguram que o risco comunista não só existia naquele momento como ainda hoje ronda a nossa sociedade. O que o filme faz, na verdade, é explorar um argumento amplamente mobilizado no que Cardoso (2011, 2012) identifica como “memórias do poder” constituídas pelos militares e civis golpistas desde os primeiros momentos do golpe.

A descrição do filme **1964: o Brasil entre armas e livros**, apresentada na Figura 36, sumariza os principais tópicos tratados ao longo do filme, enquanto a construção das frases desses tópicos direciona o espectador às conclusões que estão postas de antemão. Uma “exposição linear de fatos por relação direta de causa e efeito” (Napolitano; Junqueira, 2019, p. 2) não deixa margem para outras interpretações. Por outro lado, a participação dos Estados Unidos é apresentada como um questionamento: “A CIA foi responsável pelo Golpe Militar?” (Brasil Paralelo, 2019a)⁷¹. Do mesmo modo, o apelo a palavras e frases de efeito conecta a esquerda a uma conspiração mundial para destruir o Ocidente: “Os **planos secretos** de Stalin para espalhar o comunismo”, ou “Maio de 68: jovens usados como **massa de manobra** pelo comunismo” (Brasil Paralelo, 2019a, grifo nosso). A abordagem à ditadura civil-militar aparece como uma indagação, direcionada para causar a dúvida ou a negação de que os militares teriam implementado uma ditadura no país: “Os generais de 64 foram ditadores?” (Brasil Paralelo, 2019a)⁷².

Na descrição do filme no *YouTube*, também são elencados tópicos que, segundo a empresa, ofereceriam ao espectador a oportunidade de “aprender” sobre o que foi a ditadura civil-militar, numa clara destituição do papel da historiografia crítica. No excerto a seguir (Figura 37), são elencados conteúdos que direcionam a narrativa do filme com a afirmação de que este “conta a história da Ditadura Militar” (Brasil Paralelo, 2019a). Com o intuito de demonstrar a veracidade das interpretações apresentadas, há uma clara evocação educativa:

⁶⁹ A fonte consultada não é paginada

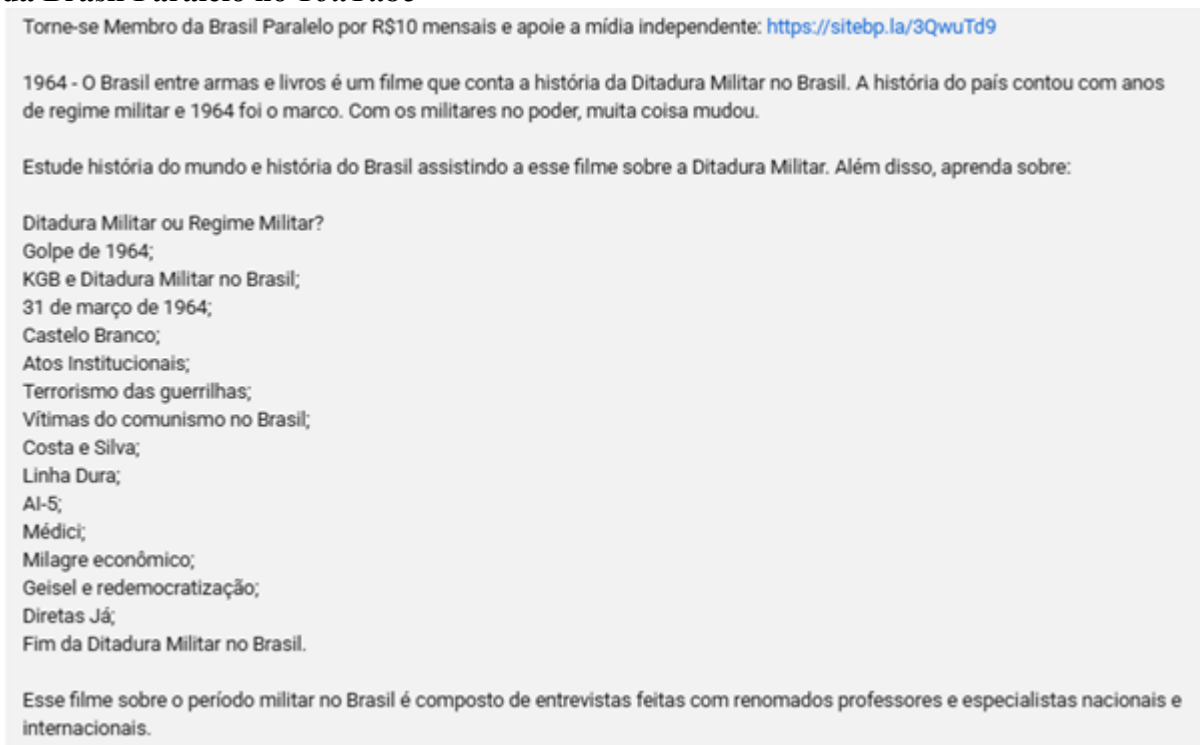
⁷⁰ A fonte consultada não é paginada

⁷¹ A fonte consultada não é paginada

⁷² A fonte consultada não é paginada

“Estude história do mundo e história do Brasil assistindo a esse filme [...]” e “Este filme sobre o período militar no Brasil é composto de entrevistas feitas com renomados professores e especialistas nacionais e internacionais” (Brasil Paralelo, 2019a) ⁷³.

Figura 37 - Excerto da descrição do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” no canal da Brasil Paralelo no *YouTube*



Fonte: Brasil Paralelo, 2019a.

Nota-se uma espécie de mimetização da figura do intelectual e da produção do conhecimento. Ao mesmo tempo em que rechaça a universidade e a produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar, a narrativa construída pela empresa se apresenta como um material de estudos através do qual o espectador terá a oportunidade de aprender com “renomados **professores e especialistas** nacionais e internacionais” (Brasil Paralelo, 2019a, grifos nossos) ⁷⁴. Porém, como abordamos na seção anterior, o grupo de “renomados professores e especialistas” enunciados na descrição do filme é composto, especialmente, por conhecidos ativistas de extrema direita ou conservadores.

O filme sustenta parte de sua argumentação em documentos do Serviço de Inteligência da República Socialista da Tchecoslováquia (StB), que foram explorados, a princípio, no livro

⁷³ A fonte consultada não é paginada

⁷⁴ A fonte consultada não é paginada

1964 – O elo perdido: o Brasil nos arquivos do Serviço Secreto Comunista⁷⁵, de Mauro Kraenski e Vladimir Petrilak, e que sugerem a presença de agentes soviéticos no Brasil desde os anos 1950. Como observa Cleto (2024), em análise acerca da narrativa da empresa a respeito da ditadura civil-militar, esse material constitui o principal trunfo do filme. Os produtores da BP visitaram o Arquivo de Serviço de Segurança de Praga, na atual República Tcheca, e contaram com a participação dos autores do livro no filme sobre 1964.

Esses autores se apresentam como pesquisadores independentes – inclusive, em sua participação no filme da BP, Vladimir Petrilák afirma, em uma de suas falas, que não recebeu apoio de nenhum tipo de instituição, científica ou governamental, e enfatiza a sua atuação como de “pessoas privadas”⁷⁶. Em conformidade com a mesma perspectiva da BP, reafirmam o distanciamento proposital em relação às “instituições científicas” com o intuito de conferir certa credibilidade e franqueza de análise, tática utilizada também pela BP e outros intelectuais orgânicos das novas direitas, como mencionamos. Curiosamente, ainda que adotem um discurso de denúncia e revelação, corroborando a narrativa revisionista da BP, os próprios autores, em seu livro, sublinham a necessidade de cautela ao analisarem os documentos apresentados no livro:

É preciso lembrar que ao acessar os acervos de arquivo da StB estamos sob certa unilateralidade, e na medida do possível nos esforçamos para verificar as informações contidas nas pastas consultando também outras fontes, porém, não tivemos condições de fazer isso em todos os casos. É necessário, portanto, declarar que não é possível afirmar que as informações existentes neste livro, que demonstram como os oficiais da *rezidentura* da StB no Brasil, a Central em Praga ou os informantes, agentes, contatos ou pessoas não comprometidas com uma colaboração consciente (ver Capítulo VII) compreendiam determinadas questões, sejam necessariamente objetivas e as únicas corretas. (Kraenski; Petrilak, 2017, loc. 486-494, grifos dos autores).

No entanto, a abordagem extraída dessas fontes, ao que tudo indica, tem a função de validar a noção de que havia uma conspiração e uma ameaça real de revolução comunista no Brasil. Essa suposta conspiração seria capitaneada pelas alianças estabelecidas entre agentes

⁷⁵ O levantamento bibliográfico realizado não identificou artigos ou outros trabalhos acadêmicos que abordem especificamente o livro **1964: o Elo Perdido**, de Kraenski e Petrilak. A obra aparece, de forma geral, relacionado ao filme da BP, e não como objeto principal de análise. Contudo, identificamos uma crítica publicada em um site especializado em arte (cinema, literatura, televisão, entre outros) de autoria de Luiz Santiago (2023). De modo geral, o autor observa que o livro apresenta fontes até então pouco exploradas sobre o período, contudo, aponta falhas de natureza metodológica, bem como a sobrevalorização da força e do nível de organização da chamada “esquerda radical”, aspecto que, segundo sua análise, compromete o rigor científico pretendido pelo livro.

⁷⁶ “Acho importante dizer que não temos apoio de nenhuma instituição, órgão científico ou governamental. Nós somos pessoas privadas que se ocupam de um tema que até hoje ninguém mais estudou” (Brasil Paralelo, 2019a).

comunistas estrangeiros e brasileiros. No filme, Andrzej Wojtas – apresentado como escritor e redator-chefe da revista *Komandos*⁷⁷ – ratifica a interpretação construída pela BP: “este é um livro muito importante porque é primeiramente verdadeiro: somente a verdade interessa. Graças a este livro, qualquer tipo de mito elaborado torna-se falsificação [...]” (Brasil Paralelo, 2019a)⁷⁸.

A interpretação dos documentos da StB como prova inequívoca de que havia o risco iminente de revolução comunista no Brasil, construída pela narrativa da BP e validada pelos participantes do filme, se aproxima do tom conspiratório adotado por Olavo de Carvalho ao prefaciar o livro:

A importância vital deste livro reside em que demole a porretadas esse mito⁷⁹, mostrando que, em contraste com a ausência total de homens da CIA operando no Brasil naquela ocasião, os agentes da KGB nas altas esferas da República eram, documentadamente, centenas, talvez milhares. O governo Goulart nunca foi senão uma ponta-de-lança do imperialismo soviético. (Carvalho, 2017, loc. 140).

Este é um exemplo da operação revisionista de cunho ideológico que a empresa empreende para compor sua narrativa. Como nos lembram Napolitano e Junqueira (2019), a utilização de excertos de fontes sem, no entanto, investir na devida crítica e contextualização dessas fontes, é uma característica do revisionismo ideológico e se explicita na produção da BP à medida em que elas são tratadas como um viés de confirmação. De fato, os documentos apresentados por Kraenski e Petrilak se caracterizam como uma fonte inédita no Brasil; no entanto, não é possível supor, sem uma análise mais aprofundada, que esses documentos, *per se*, refutem a produção historiográfica sobre o golpe e a ditadura civil-militar.

O filme apresenta, portanto, um superdimensionamento da inserção e do poder de espões soviéticos no Brasil, ao mesmo tempo em que o recurso audiovisual, as imagens de arquivo e as entrevistas vão compondo o tom de denúncia e de ineditismo desses materiais. Mas não há, de fato, uma abordagem crítica. Ao contrário, enquanto o destaque, em termos de documentação, é dado aos arquivos soviéticos, a atuação norte-americana é subestimada a ponto de Olavo de Carvalho questionar a presença de agentes estadunidenses no Brasil:

Mil vezes eu desafiei essa gente [...] dizer assim, se a Cia tramou todo esse

⁷⁷ Ao que tudo indica, esta é uma revista polonesa especializada em temáticas militares e de operações especiais publicada entre 1991 e 2012.

⁷⁸ A fonte consultada não é paginada

⁷⁹ O mito a que Olavo de Carvalho se refere seria a ideia de que não há indícios de uma infiltração comunista relevante no governo Goulart e, portanto, não existiria o risco de uma revolução comunista naquele momento.

negócio, então vocês, por favor, me indiquem o nome de pelo menos um agente da Cia lotado no Brasil na época. Nunca apontaram nem um único, né? Então quer dizer, toda a história da Cia é ficção do começo ao fim, e isto é vendido assim por professores universitários, por professores de história, pessoas que aparentemente se dizem respeitáveis. (Brasil Paralelo, 2019a)⁸⁰.

Essa abordagem desconsidera as pesquisas e publicações que tratam da presença estadunidense e sua influência na conjuntura que culminou no golpe de 1964, como demonstram, por exemplo, Moniz Bandeira (1978), ao realizar robusto balanço acerca das relações estabelecidas entre Brasil e EUA desde o período colonial até a queda de João Goulart; Phyllis R. Parker (1977), que, em meados dos anos de 1970, teve acesso inédito à documentação que expôs a existência da Operação *Brother Sam*; e, mais recentemente, Carlos Fico em pesquisa realizada em 2008 com documentos inéditos do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, quando demonstrou as relações estabelecidas entre os dois países desde o processo de desestabilização do governo Goulart e durante todo o período ditatorial, concluindo que:

[...] se o golpe foi brasileiro, não há dúvida de que o apoio norte-americano foi essencial, em função dos milhões de dólares gastos para desestabilizar o governo de João Goulart, da ‘Operação *Brother Sam*’ e do farto apoio financeiro, material e técnico ao governo de Castelo Branco [...]. (Fico, 2008, p. 277-278).

A narrativa do filme investe, portanto, em uma abordagem maniqueísta, que reduz a complexa conjuntura política da época à defesa contra uma suposta ameaça comunista. Os documentos da StB e as relações internacionais estabelecidas pelo Brasil, tanto com os EUA, quanto com a URSS e outros países do bloco socialista, são mobilizados como evidências desse “risco comunista”. Para tanto, como demonstramos, essas relações são superdimensionadas ou menosprezadas para se enquadrarem na narrativa da BP.

Todavia, o acirramento das disputas político-ideológicas não é o único fator que deve ser levado em consideração para compreender o Golpe de 1964. Como enfatiza Caio Navarro de Toledo, o governo de João Goulart, apesar de curto, esteve envolto em uma complexa conjuntura sociopolítica:

⁸⁰Os excertos das falas do narrador e dos participantes nos filmes analisados foram transcritos de forma literal, na medida do possível. Por esse motivo, marcas de oralidade, palavras repetidas e concordâncias equivocadas (gênero, número e grau), comuns na oralidade, foram mantidas nas transcrições, conforme as possibilidades. As reticências [...] foram utilizadas para indicar pausas prolongadas ou interrupções na fala. Para evitar o prejuízo à fluência do texto, optamos por não sinalizar nas citações, com [*sic*], por exemplo, essas incongruências. A fonte consultada não é paginada.

Durante seus dois anos e meio de existência (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa e prolongada crise econômico-financeira (recessão e uma inflação com taxas jamais conhecidas); constantes crises político-institucionais; ampla mobilização política das classes populares (as classes médias, a partir de meados de 1963, também entram em cena); fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo; crise do sistema partidário e um inédito acirramento da luta ideológica de classes. (Toledo, 2014, p. 39-40).

Considerando tal aspecto, uma das estratégias político-ideológicas das chamadas novas direitas, ao se contraporem à historiografia crítica, têm sido recuperar de modo contundente as memórias sociais construídas à luz de uma memória nacional identificada com o golpe e a ditadura subsequente, operando a partir de uma argumentação maniqueísta que simplifica e moraliza as disputas de memória em torno da ditadura civil-militar:

[é] o conflito entre o ‘bem’ e o ‘mal’, ‘direita’ e ‘esquerda’ que tenciona tanto os escritos memorialísticos como os estudos acerca do período ditatorial. A palavra democracia sempre é empregada em oposição ao comunismo, evidenciando memórias em disputa e não consensuais. (Cardoso, 2018, p. 10).

Diríamos que a narrativa do filme mobiliza dadas memórias sociais (Halbwachs, 2004), que se amparam na “tradição do anticomunismo” como disputa de memória (Ricoeur, 2007), que se converte em um importante elo de reconstituição dos sentidos do passado (Jelin, 2002) de acordo com os interesses de continuidade de determinadas visões políticas e de mundo. Incorporando o anticomunismo como elemento basilar para sua narrativa, o tom adotado pelo filme, tanto na narração, quanto nas falas dos participantes, ao se referir a manifestações e pautas democráticas, assume sempre uma conotação de desaprovação, apelando para o senso comum acerca do debate sobre o comunismo. A fala do jornalista Lucas Berlanza – atualmente presidente do Instituto Liberal, portanto, representante de uma posição institucional e ideológica ligada ao campo neoliberal e conservador – sobre o Comício da Central do Brasil é representativa dessa questão:

Numa plateia que tinha bandeiras do PCB, que era um partido ilegal na época. [...] O que que Brizola e João Goulart falaram ao microfone? [...] João Goulart falou assim ‘esta democracia que está aí, na verdade é um sistema político pra beneficiar os poderosos, as elites e nós precisamos encampar refinarias... nós precisamos impedir remessa de lucro... nós precisamos fazer um plebiscito pra dissolver o Congresso’, né? O Brizola falando isso. Era isso que estava se falando. Então as pessoas pintam ‘foi uma injustiça tremenda, porque o discurso era democrático’ ... balela,

mentira. (Brasil Paralelo, 2019a).⁸¹

A fala de Berlanza evidencia a estratégia discursiva para releitura revisionista de um episódio de mobilização popular, visando enquadrá-lo como o prenúncio de uma suposta tendência autoritária alinhada ao comunismo e exógena aos anseios da sociedade brasileira naquele momento histórico. Em contraposição, as manifestações, de forte cunho anticomunista, contra o governo Goulart, são retratadas como expressão de um sentimento generalizado e parte de um movimento de alcance global:

Ao redor de todo o globo, diversos países davam eco a essas manifestações e diziam não ao comunismo. O Brasil também fez parte desse movimento. [...] A primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu 500 mil pessoas em São Paulo no dia 19 de março. **O nome da marcha e seus cartazes deixaram claro o seu adversário: o risco comunista** [...]. (Brasil Paralelo, 2019a, grifos nossos)⁸².

As falas dos participantes se intercalam construindo uma narrativa linear sobre o golpe, que culmina em uma justificativa final, como uma consequência inevitável para a manutenção da “liberdade”. Essa noção é claramente expressada por Lucas Berlanza ao afirmar que “O golpe viria. O golpe de esquerda viria. Temos que reagir, temos que derrubar o governo e deflagrou, né? a **rebelião militar** [...]” (Brasil Paralelo, 2019a, grifos nossos)⁸³. Dessa forma, a deposição de Goulart é convertida em um gesto preventivo de autodefesa da nação, reafirmando o enquadramento ideológico que sustenta toda a narrativa do filme.

As falas dos participantes vão seguindo a mesma lógica de apresentação das imagens, que discutimos na seção anterior, de construção de uma narrativa linear, cronológica e de fácil entendimento, pensada para se relacionar, sobretudo de forma afetiva, com o espectador, de modo que “Enquanto a historiografia acadêmica e escolar é vista como fria, conceitual, abstrata e enganadora, a narrativa histórica oferecida pela empresa é percebida como afetiva, emocionante, surpreendente, verdadeira” (Turin, 2020, p. 28).

A desqualificação de João Goulart e o apagamento do apoio popular que o então presidente recebia, evidenciado nos excertos mencionados anteriormente, indicam uma leitura dualista, de luta entre bem e mal, e “Assim, mascara a existência de classes sociais e passa a ‘naturalizar’ o processo social, ocorrendo a afirmação e a negação de valores contraditórios: ordem *versus* caos” (Cardoso, 2011, p. 135).

⁸¹ A fonte consultada não é paginada

⁸² Fala do narrador.

⁸³ A fonte consultada não é paginada

De fato, no filme da BP, há uma rejeição às análises estruturais ou à perspectiva de classes a respeito do golpe de 1964. Não se discutem, por exemplo, as contradições entre capital e trabalho ou as disputas entre projetos de classe, ou de frações de classe e sua relação direta com os eventos que culminaram na deposição de Goulart (Dreifuss, 1981; Fernandes, 1980; Coggiola, 2001). Essa discussão é apresentada segundo o ponto de vista meramente moral, o que permite enquadrar o golpe de 1964 como uma espécie de reação patriótica genuína que recupera e legitima justamente a narrativa salvacionista de militares e civis golpistas.

No entanto, como adverte Florestan Fernandes, o discurso de defesa da soberania nacional e da democracia contra o comunismo, na verdade, mascara, no plano interno, a necessidade de conter “o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras [...] contavam com crescente espaço político próprio” (Fernandes, 1980, p. 113) e, no plano externo, a necessidade de “controle político e policial-militar”, que se desloca do centro para as periferias do sistema capitalista, a fim de “solapar e destruir a mudança política revolucionária que não pudesse ser contida ao nível dos interesses conservadores e reacionários” (Fernandes, 1980, p. 114).

Assim, ao reduzir a conjuntura da época à disputa ideológica, o golpe militar, na chave interpretativa da BP, se torna moralmente justificável, inclusive como uma possibilidade real e desejável no contexto atual, haja vista os pedidos de intervenção militar recorrentes em manifestações políticas desde os protestos contra Dilma Rousseff até a centralidade do tema nas campanhas e no próprio governo Bolsonaro (2019-2022):

Nessa presença marcante do golpe e da ditadura militar nas falas da elite política, em discursos de youtubers e em manifestações de rua, percebem-se uma politização e uma manipulação ideologicamente orientada da história, com o objetivo de construir versões moldadas para justificar a ditadura e, eventualmente, dar fundamento a novos projetos autoritários [...]. (Motta, 2021b, p. 14).

Apesar de a narrativa do filme reconhecer a deposição de Goulart como um golpe de Estado, essa constatação é permeada por ressalvas, como evidencia a fala de Lucas Berlanza, que endossa o enquadramento proposto pela produtora BP, ao reconhecer o golpe apenas em termos “técnicos” e relativizá-lo no plano político e moral:

[...] do **ponto de vista técnico, houve um golpe parlamentar** ali dentro daquela sessão, porque a Constituição não pregava aquilo. **Foi a solução que as forças políticas encontraram naquele momento pra equacionar o**

problema. É muito fácil a gente julgar as coisas do ponto de vista de hoje, **mas tecnicamente houve um golpe em 1º de abril** quando o Auro de Moura Andrade decreta a vacância do cargo. (Brasil Paralelo, 2019a, grifos nossos)⁸⁴.

Embora o termo “golpe” seja amplamente empregado no filme, constatamos a utilização de termos eufemísticos em referência ao período, como “movimento de 64” e “movimento revolucionário”. O termo “revolução”, de acordo com Bauer (2019), foi recorrente entre os próprios militares em seu esforço de construção de uma imagem de legitimidade, que veio a influenciar a formação de uma memória social sobre o período e que tende a relativizar e justificar a “revolução de 64” como um contragolpe necessário para manutenção da democracia e contra o comunismo. A fala de Silvio Grimaldo em participação no filme da BP é ilustrativa: “É que hoje a narrativa é de que assim: ‘ah, que os militares eram a direita’. O que no meu entender é errado, os militares eles eram um **movimento revolucionário**” (Brasil Paralelo, 2019a, grifos nossos).

Grimaldo é apresentado no filme como cientista político; de fato, ele é graduado em ciências sociais pela USP. No entanto, sua atuação se destaca principalmente por suas filiações políticas e ideológicas⁸⁵: é discípulo e divulgador do pensamento de Olavo de Carvalho, figura central para as novas direitas no país, como apresentamos anteriormente. Desse modo, o papel de Grimaldo no filme da BP não se sustenta pela autoridade acadêmica, como um especialista ou estudioso da ditadura civil-militar, mas se justifica por suas posições políticas e ideológicas em consonância com a própria produtora, à semelhança do que ocorre com Berlanza.

Podemos dizer que essa terminologia (revolução, movimento) é um indicativo da disputa simbólica e ideológica sobre o significado do golpe e o esforço para a sua legitimação. Um exemplo claro desse alinhamento pode ser observado no apoio imediato da chamada grande imprensa ao golpe de 1964, frequentemente referido, na época, como “revolução” (Dias, 2019). A expressão “regime revolucionário” aparece também entre os documentos norte-americanos analisados por Fico (2008). Mais uma vez, o movimento que se configura na narrativa do filme da BP é, na verdade, de reabilitação de narrativas próximas às memórias de militares e civis golpistas que aparecem, tanto em publicações memorialísticas (Cardoso, 2011, 2012), quanto em manifestações públicas, em que o termo “revolução” adquire, sob a óptica dos militares, significado próprio interpretando o regime autoritário como uma

⁸⁴ A fonte consultada não é paginada

⁸⁵ Sobre a relação entre Grimaldo e Olavo de Carvalho, ver Sayuri (2021b).

“revolução democrática” (Castro, 2008).

O filme também levanta questionamento acerca do caráter ditatorial dos governos militares instaurados a partir de 1964. As falas mais uma vez justificam a ação dos militares e evocam novamente o apoio popular, na tentativa de demonstrar certo caráter “democrático” do primeiro governo militar, o governo de Castelo Branco. Nesse contexto, a fala de Lucas Berlanza, cujas credenciais políticas e ideológicas já mencionamos anteriormente, contribui para essa narrativa, ao destacar a suposta ambiguidade que, de acordo com ele, não permitiria classificar esse período como uma ditadura:

Então existe uma força, embora ela não tenha o poder total, ela não exerça o poder total, ela se sente no direito de obrar acima da Constituição. Então você pode falar é **uma meio ditadura**, vamos dizer assim. Uma **ditadura abstrata, uma ditadura... iminente** pairando sobre as regras. (Brasil Paralelo, 2019a, grifos nossos).⁸⁶

Há um malabarismo retórico para não evidenciar o caráter ditatorial dos governos militares desde o seu início. A tentativa de enquadrar a ditadura como uma espécie de regime de exceção necessário para manutenção da ordem e estabilidade da nação reflete o projeto revisionista de reabilitação do golpe de 1964. Esse é o momento do filme em que a narrativa mais se aproxima do negacionismo, no sentido mesmo de negar a existência de uma ditadura, um “negacionismo bolsonarista”, nos termos propostos por Bauer (2022). Segundo a autora, em um contexto de pós-verdade⁸⁷, onde os valores, crenças e sentimentos têm maior influência na opinião pública do que fatos objetivos, o negacionismo bolsonarista investe na “atualização da política de estado de negação do período ditatorial, aliado a uma propaganda que o mobiliza como estratégia de politização” (Bauer, 2022, p. 146-147). Não à toa o lançamento do filme foi celebrado por figuras centrais do bolsonarismo (Roxo; Leali, 2019).

De forma semelhante, Cardoso (2012, p. 232) afirma que, “em momentos de crises institucionais, a memória do ano de 1964 e dos acontecimentos políticos que neles transcorreram, continua a ser catalisadora dos imaginários sociais presentes na sociedade”. É justamente a conjuntura de ascensão de grupos e sujeitos das chamadas novas direitas, que se articularam em torno a Olavo de Carvalho (inclusive a própria Brasil Paralelo), que permite que a ditadura se torne “uma meio ditadura”, “abstrata”, “iminente” ou, em termos mais diretos, uma não-ditadura. Portanto, considerando o movimento feito pela empresa, tanto na

⁸⁶ A fonte consultada não é paginada

⁸⁷ Eleita a palavra do ano de 2016 pelo Dicionário Oxford, pós-verdade refere-se à influência preponderante das crenças e sentimentos na formação da opinião pública em detrimento dos fatos objetivos. Para uma discussão mais aprofundada, ver D’Ancona (2018).

narrativa do filme, quanto nas articulações para a sua propagação (entrevistas, aluguel de salas de cinema, *lives*, textos), não é surpreendente que, mesmo alegando que a produção é crítica ao período ditatorial, o que existe na verdade é uma identificação muito clara com determinada memória social que normaliza e justifica a “revolução de 64” e a atuação do regime ditatorial.

Durante todo o período da ditadura civil-militar, os seus articuladores tentavam a todo custo se livrar da pecha de ditadores. A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN), elaborada, de acordo com Maria Helena Moreira Alves, em estreita colaboração com o IPES e o IBAD, sistematizava o corpo teórico e o aparato ideológico que davam sustentação e direção ao planejamento político e econômico da ditadura civil-militar, mas se estendiam também a questões da vida cotidiana, da coleta de informações e de combate à oposição. A implementação da DSN, em meio a disputas internas entre setores que priorizavam a segurança e outros que buscavam a legitimação por meio do apoio popular, resultou nos chamados “ciclos liberalizantes” (Alves, 2005) como uma espécie de abertura política controlada, refletida sobretudo por meio de instrumentos, como os Atos Institucionais, o controle do Congresso, a eleição presidencial indireta, o bipartidarismo e a manutenção das eleições legislativas e municipais. Entretanto, de acordo com a autora, tanto a Constituição de 1967, que incorporou preponderantemente os aspectos autoritários dos Atos Institucionais, quanto o Ato Institucional nº 5 (AI-5), como o fechamento do Congresso, acabaram escancarando as contradições e as práticas repressivas do Estado, ocultas sob o discurso de democracia.

De fato, no filme da BP, as críticas aos governos militares e a sua caracterização como uma ditadura começam a aparecer nas falas que discutem o AI-5 e a atuação dos chamados militares “linha-dura”. Lucas Berlanza, em sua fala, reconhece o caráter ditatorial dos governos pós-64 apenas a partir do enfraquecimento das lideranças civis golpistas e do acirramento do controle e repressão, expressos no AI-5 e no fechamento do Congresso, em 1968:

[...] Ou seja, começa a tomar forma de uma maneira mais definitiva e irresgatável, não é?, a aniquilação das lideranças civis. O regime começa a assumir a cara que a linha dura queria. Um regime tecnocrático, um regime dos militares, promovendo desenvolvimento de cima da sociedade, das instituições, da economia. **A partir daí não há como tratar essa situação política, tecnicamente falando, de outra forma que não como uma ditadura. Há uma ditadura militar no Brasil a partir de 68.** (Brasil

Paralelo, 2019a, grifos nossos).⁸⁸

A partir desse momento, os governos militares passaram a ser tratados, “tecnicamente falando”, como uma ditadura. No entanto, as justificativas permanecem, como evidencia a fala de Silvio Grimaldo: “É uma vanguarda que tem que reconstruir a sociedade, né? representar a sociedade e reconstruí-la, e pra isso eles precisam do poder centralizado” (Brasil Paralelo, 2019a)⁸⁹.

A periodização da ditadura civil-militar é um tema que, de certo modo, aparece no debate historiográfico com Marco Antonio Villa (2009), ao propor, em artigo *on-line* publicado pela Folha de São Paulo, que a ditadura só pode ser considerada a partir da promulgação do AI-5, e com Daniel Aarão Reis Filho (2000), ao defender que, a partir de 1979, com a revogação do Ato Institucional nº 5 e a Lei da Anistia, o país deixou de ter um governo ditatorial e passou, a partir desse ano, a viver um período de transição democrática.

No entanto, esse debate acerca da periodização, que vinha sendo delineado desde o contexto dos 40 anos do golpe, mesmo partindo de reconhecidos pesquisadores, não encontra ressonância entre seus pares. Na verdade, como destacou Toledo (2004), teses de caráter revisionistas, como as propostas por Villa e Reis Filho, foram utilizadas por setores conservadores e, “Sintomaticamente, contribuíram para levar ‘água para o moinho’ dos ideólogos que ainda justificam o movimento político-militar de 1964” (Toledo, 2004, p. 34).

De qualquer modo, não há referência direta às proposições de Villa e Reis Filho, ou a qualquer debate que apareça à luz da historiografia. Ao contrário, a historiografia acerca do período ditatorial é citada, de modo geral, de forma indireta e homogeneizada. Ignoram-se todas as nuances, correntes teóricas e processos do fazer histórico. Inclusive, o profícuo debate que vem se desenvolvendo acerca do revisionismo histórico da ditadura civil-militar⁹⁰ nos últimos vinte anos não é referenciado em momento algum do filme. O que se oferece ao espectador é uma oposição simplificada entre uma suposta “historiografia de esquerda” e a versão defendida pela produtora. Essa leitura fica clara na fala de Flávio Morgenstern⁹¹ – apresentado no filme como escritor –, mas cuja notoriedade deriva sobretudo de sua militância vinculada ao pensamento olavista:

Os professores de história, a teoria da panela de pressão do general Golbery

⁸⁸ A fonte consultada não é paginada

⁸⁹ A fonte consultada não é paginada

⁹⁰ Uma discussão mais ampla sobre o assunto encontra-se em Sena Júnior, Melo e Calil (2017).

⁹¹ Flávio Morgenstern também é citado na reportagem do *site Intercept Brasil* sobre as ligações entre a editora Cedet e Olavo de Carvalho e outros nomes da extrema direita no país referenciada na nota 47.

vai dizer exatamente isso, ou seja, lá eles precisam falar livremente. O que viraram as universidades brasileiras? Pessoas que falam ‘eu estudei história’ sendo que elas estudam historiografia marxista pra tudo. (Brasil Paralelo, 2019a).⁹²

O fato é que, ao relativizar o golpe de 1964 e a ditadura subsequente, a BP se coloca em posição de enfrentamento à historiografia crítica sobre a ditadura civil-militar e, mais do que isso, se propõe a construir um “novo” e “verdadeiro” conhecimento histórico. Como adverte Sônia Meneses ao analisar a problemática da difusão de narrativas históricas reacionárias,

[...] na medida em que tanto a autoridade do historiador como a competência do saber histórico produzido nas últimas décadas têm sido seguidamente questionadas a partir de parâmetros totalmente externos a essa produção, [é] como se houvesse uma história verdadeira a ser contada, em oposição àquela produzida pela historiografia dos historiadores. (Meneses, 2019, p. 73).

Nos momentos finais do filme, a BP se encarrega de estabelecer conexão entre a principal tese defendida ao longo de cerca de duas horas de produção: a ameaça comunista, e a educação que passa a ser uma espécie de agente passivo na guerra cultural. Segundo a versão construída pela empresa, a suposta revolução cultural gestada pela esquerda a partir dos anos de 1960 teria chegado ao Brasil nessa mesma década, e, ao final da ditadura civil-militar, encontra-se plenamente infiltrada em todos os espaços sociais (educação, cultura, valores, instituições), sendo a educação, especialmente a universitária, o principal foco das atividades esquerdistas. A fala do narrador, ao final do filme, sintetiza toda a narrativa construída ao longo da produção e reforça, para o espectador, o papel central das mídias e da educação na suposta guerra cultural da esquerda:

Que fim teve a guerra fria? Se fizemos parte dessa guerra, se impedimos uma revolução, foi com a ajuda do quarto poder do Brasil, o exército. Por 21 anos essa justificativa manteve o poder nas mãos dos militares e foi berço de novas consequências. **A revolução se transmutou das armas para os livros, transformou um lado da guerra em mártir, fez da história propaganda, panfletou nas escolas, na mídia, nas universidades. Formou a nova geração brasileira. Essa geração foi trabalhar nos meios de comunicação, nas editoras, e na educação do Brasil. A hegemonia quase apagou o passado e perpetuou uma narrativa.** Um lado da guerra foi herói, e o outro, opressor. O que fizeram os heróis? (Brasil Paralelo, 2019a, grifos nossos).⁹³

⁹² A fonte consultada não é paginada

⁹³ A fonte consultada não é paginada

Pode-se dizer que o filme **1964: o Brasil entre armas e livros** não é uma produção do campo da história, mas pode ser considerado como uma peça de propaganda político-ideológica, como sugerem Casimiro (2020) e Santos (2021). E, mais do que isso, o seu conteúdo foi construído com o intuito de ser recebido pelo público como um material educativo, didático.

Certamente, não podemos exigir a mesma profundidade e acuidade intelectual de um trabalho acadêmico a uma produção dessa natureza; no entanto, é a própria BP que apresenta esse material como fonte de uma verdade histórica e, como vimos na pesquisa de mestrado, de fato, muitos dos seus espectadores consideram esse filme como uma espécie de história definitiva da ditadura civil-militar. Ao que tudo indica, a empresa está ciente e trabalha para estabelecer essa relação afetiva e educativa com o espectador, operando sobretudo no campo das disputas de memória (Jelin, 2002), ao alinhar a sua narrativa com as “memórias do poder” de militares e civis golpistas.

Como mencionamos, em meio às discussões públicas acerca da história e da memória da ditadura civil-militar, a narrativa da BP reabilita os relatos positivistas e fatalistas do passado ditatorial, reforçando a retórica de militares e civis golpistas que, em alguma medida, continuam encampando mobilizações e discursos das novas direitas contra o “risco comunista”, segundo eles, ainda premente:

Assim, o sentido atribuído a história é o da veracidade dos fatos centrado na ideia de que a história, por definição, se repete. Esta forma particular de pensar o passado envolve uma concepção de tempo histórico que busca na origem dos fatos um sentido fatalista para a história. Assim, o componente ideológico busca convencer para homogeneizar um discurso capaz de justificar a ‘Revolução de 1964’, considerando até mesmo os seus desvios. (Cardoso, 2018, p. 5).

Para compreender o papel dessa narrativa acerca da ditadura civil-militar na esfera de atuação da BP, na condição de um aparelho privado de hegemonia de ação ideológica, como mencionamos, é preciso considerar que o raio de alcance desse filme e de outras produções da BP – lembremos que esse filme específico alcançou cerca de 11 milhões de visualizações no *YouTube* e que a empresa conta com cerca de 790 mil assinantes, de acordo com dados fornecidos por ela própria – está diretamente ligado aos modelos de comunicação e difusão eleitos pela empresa para a sua atuação.

Lembremos que o gênero documentário deve ser analisado em relação ao contexto de produção e reflete, sobretudo a visão de mundo de quem o produziu (Buzalaf, 2019). Ainda

assim, é notável a relação “indexativa” com a realidade que faz com que o espectador se coloque diante de uma obra desse tipo como se estivesse frente à realidade, diria Rosenstone (2010). Ao que tudo indica, essa relação não é ignorada pela BP; ao contrário, o formato documentário contribui para, de algum modo, potencializar a sua recepção por parte do público como um material educativo e confiável.

O foco nas produções audiovisuais, especialmente no formato documentário, e a sua difusão por meio da internet nos permitem situar a discussão no âmbito de uma história pública voltada para a ampliação de audiências (Santhiago, 2016). Compreender que o mesmo cenário que permite a democratização do acesso ao conhecimento e uma participação mais direta da população com a produção de conhecimento histórico, como resalta Bauer (2022), nos obriga a reconhecer que grupos e sujeitos neoliberais e conservadores também se inserem nesses ambientes e disputam esses espaços, e isso, necessariamente, traz algum tipo de impacto para a educação:

Existe a difusão de narrativas conservadoras, negacionistas e reacionárias sobre a ditadura a partir de práticas de ‘história publica’ que são bastante apreciadas por nossas alunas e nossos alunos, como certas publicações autodenominadas ‘incorretas’ ou certos youtubers etc. (Bauer, 2022, p. 148).

A disputa do campo educacional, nesse contexto, se torna um canal privilegiado para a mobilização de determinada memória social acerca da ditadura civil-militar compatível com os projetos ideológicos alardeados por setores das novas direitas atuantes no país desde a década de 2010. Nesse sentido é que passamos a analisar, no tópico a seguir, em linhas gerais, a narrativa da BP acerca da educação para contrapor as concepções historiográficas críticas à ditadura civil-militar e as tendências pedagógicas emancipatórias como um dos meios de instrumentalização da educação e do conhecimento histórico.

4.2 A suposta revolução cultural e a hegemonia nas escolas e universidades: a trilogia “Pátria Educadora”

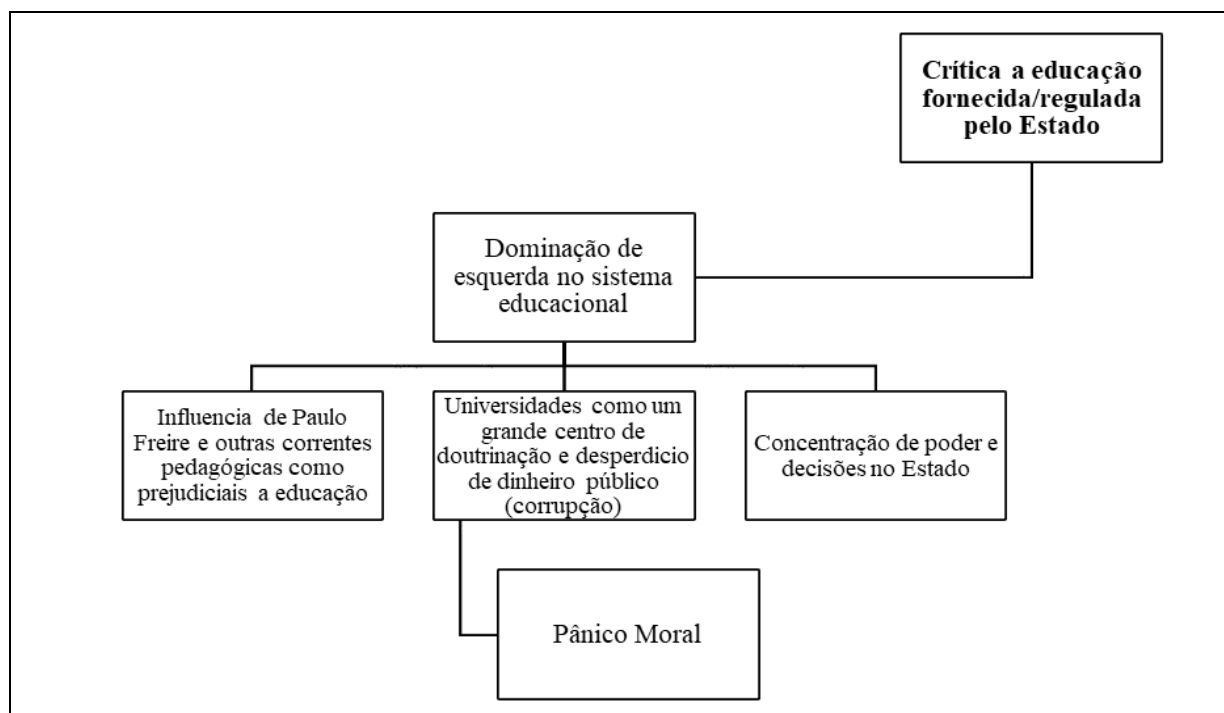
Na trilogia **Pátria Educadora**, a empresa se propõe a fazer uma “denúncia contundente”, uma espécie de diagnóstico da educação brasileira que, invariavelmente, perpassa pela visão conspiratória propalada pela BP, de dominação esquerdista e guerra cultural. Assim, a narrativa da trilogia, em linhas gerais, desloca a discussão acerca dos problemas enfrentados pelo sistema de educação no país para o campo moral e valorativo, utilizando fontes, dados, pesquisas e se respaldando, sobretudo no argumento de autoridade

que as credenciais dos participantes podem conferir, como veremos. Apresenta-se, assim, uma abordagem acerca do sistema de ensino como uma espécie de agente passivo da esquerda, que passou a ser cooptado ainda no período ditatorial, estabelecendo uma correlação direta entre a educação regulamentada pelo Estado e a ditadura civil-militar.

Os três capítulos de **Pátria Educadora** sistematizam a visão preconizada pela empresa acerca do sistema educacional brasileiro. Os capítulos foram disponibilizados no canal oficial da empresa no *YouTube* nos dias 31 de março, 1º de abril e 04 de abril de 2020, respectivamente. Mas, ao contrário do filme sobre a ditadura civil-militar, como vimos no tópico anterior, a trilogia sobre a educação não teve a mesma repercussão midiática e não alcançou o mesmo sucesso no *YouTube* (somados, os três filmes têm aproximadamente 8,4 milhões de visualizações contra mais 11 milhões de **1964: Brasil entre armas e livros**), ainda assim figura entre as produções de destaque da empresa.

O conjunto de filmes realiza uma crítica à educação fornecida e regulada pelo Estado com base na abordagem de cinco temáticas principais: a) a dominação de esquerda no sistema educacional; b) a influência de Paulo Freire e outras correntes pedagógicas como prejudiciais à educação; c) as universidades como um grande centro de doutrinação e desperdício de dinheiro público (corrupção); d) a concentração de poder e decisões no Estado; e) o pânico moral. Estes são alguns dos argumentos centrais dessa produção, como podemos visualizar na figura 38.

Figura 38 - Principais temáticas abordadas na trilogia “Pátria Educadora”



Fonte: Organizado pela autora com base nos filmes da trilogia **Pátria Educadora**, 2025.

No primeiro capítulo da trilogia, a empresa se propõe a fazer uma retrospectiva histórica a fim de entender as origens da educação e da busca pelo conhecimento. No entanto, ao restringir a sua análise ao que denomina “sociedade ocidental”, a preocupação da BP é delimitar a trajetória europeia como eixo estruturante do desenvolvimento civilizatório. Segundo Stuart Hall (2016), podemos compreender a noção de “Ocidente” como um conceito histórico que, atualmente, refere-se a qualquer sociedade que compartilhe das características ditas “modernas”, a partir de uma visão eurocêntrica (industrialização, urbanização, capitalismo e secularidade), que legitima relações de poder e hierarquias culturais.

Nos discursos das novas direitas no Brasil, refletindo uma tendência global, o apelo ao “Ocidente” procura recuperar também o elemento moral e religioso em uma operação hegemônica para naturalização de determinadas visões de mundo sob uma aparência de superioridade moral e de universalidade. A BP demonstra, de forma sintética, essa visão em artigo do seu site, onde afirma que:

A cultura ocidental é um tipo de civilização e cosmovisão formada na Europa a partir da junção da Filosofia Grega e sua cultura artística, literária e poética; do Direito Romano com seu sistema de organização jurídica e ética governamental e dos princípios espirituais da Religião Católica, especialmente sua doutrina sobre a transcendência, caridade e respeito a

dignidade humana. (Pelucio, 2021).⁹⁴

Essa visão acerca de um ideal de civilização que apresenta o Ocidente como origem e ápice do desenvolvimento humano encontra eco já no título do primeiro capítulo da trilogia: **O fim da história**. A expressão é comumente associada ao ensaio de mesmo nome do cientista político Francis Fukuyama, publicado em 1989, cuja tese central propunha a democracia liberal como horizonte último da humanidade, como “el punto final de la evolución ideológica de la humanidad y la universalización de la democracia liberal occidental como la forma final de gobierno humano” (Fukuyama, 1990, p. 6-7). Esse modelo de pensamento reflete-se na total impossibilidade de uma política anticapitalista com uma perspectiva de emancipação humana, “implicando que é impossível conceber um mundo que seja ao mesmo tempo distinto e melhor do que o mundo atual” (Traverso, 2012, p. 124).

Possivelmente, o uso da expressão como título do primeiro capítulo se relacione justamente com uma memória social e histórica da vitória do Ocidente frente ao socialismo real, cujo marco foi a queda do muro de Berlim, em 1989. No entanto, o seu sentido parece se deslocar para o campo da “guerra cultural” quando, em linhas gerais, o eixo argumentativo de toda a trilogia gira em torno de uma suposta hegemonia de esquerda na educação. Ou seja, apesar do triunfo do capitalismo frente aos projetos socialistas do século XX, essa ameaça ainda ronda a sociedade ocidental.

Na retrospectiva histórica proposta pela BP no primeiro capítulo é, a partir da Reforma Protestante, no século XVI, que a relação entre educação e Estado passa a ser tratada em larga escala. Segundo a fala do narrador no filme, neste período “as escolas começavam a ser submetidas aos governos locais, mas os objetivos e métodos continuavam semelhantes aos anteriores. A vida intelectual buscava a verdade e essa verdade eram as escrituras sagradas” (Brasil Paralelo, 2020b)⁹⁵.

A Revolução Francesa, com a separação entre Igreja e Estado, é criticada e rechaçada como um ponto de inflexão, segundo a narrativa apresentada no filme, entre um modelo de educação pautado em valores cristãos-ocidentais na busca pela verdade e liberdade e a educação capitaneada pelo Estado, ideologizada e massificada, como podemos observar no excerto reproduzido na fala do narrador:

⁹⁴ A fonte consultada não é paginada

⁹⁵ A fonte consultada não é paginada.

A ditadura francesa estabeleceu a instrução obrigatória para todos na constituição e submeteu todas as escolas, públicas ou privadas, ao comando do governo. Ninguém podia abrir uma escola ou ensinar em público sem a licença da universidade oficial. As escolas estavam obrigadas a ensinar de forma apologética as ideais de Rousseau e dos líderes do governo revolucionário. (Brasil Paralelo, 2020b).⁹⁶

Como observaram Hasmann e Carvalho (2025), a empresa apresenta uma visão generalizada e panorâmica da história, com destaque para elementos que atestam sua narrativa. A intensão, de forma geral, parece ser traçar um histórico da trajetória dos modelos de sistema de educação ocidental, que culminaria na educação compulsória como uma das responsáveis pela suposta desvirtuação da ordem social. A escolha de termos, como “radicalizou”, “submeteu” e “ditadura”, segundo os autores, contribui para compor o efeito valorativo da Revolução Francesa, evento nodal para a chamada civilização ocidental, e a educação compulsória, como eminentemente negativas. Assim, a Revolução Francesa aparece no episódio **O fim da história** como uma espécie de equívoco histórico:

A Revolução Francesa, ela é uma espécie assim de abuso da liberdade. Ela não é um marco na história de que o conhecimento ou a racionalidade aflora ao ponto em procurar os interesses maiores da humanidade. Mas é uma tentativa assim, meio descabida de quebrar contra tudo que foi construído previamente. E o legado intelectual deixado pela Revolução Francesa ela leva também a uma visão equivocada do que é governo, autoritarismo e tudo mais. Então, muitos bebem na revolução francesa como se fosse um poço de lucidez, quando, na realidade, ela representa uma cisterna de obscuridade. (Brasil Paralelo, 2020b).⁹⁷

Esta fala é de Francisco Solano Portela, apresentado no filme como Diretor Educacional da Universidade Mackenzie (2009-2019). Portela é mestre em teologia e doutorando em Liderança em Educação pela *Liberty University*, Estados Unidos. Também é presbítero da Igreja Presbiteriana do Brasil e se apresenta como escritor, tradutor e conferencista, abordando temas, como educação e cristianismo. No filme, como discutimos na seção anterior, este e outros participantes são apresentados como autoridades intelectuais, que conferem verniz teórico à narrativa da trilogia **Pátria Educadora**. Cumprem a função de intelectuais orgânicos das novas direitas, ao colocarem seu discurso a serviço da construção de uma narrativa hegemônica, que qualifica a Revolução Francesa como um “abuso da liberdade”, e atuam para naturalizar a ideia de ordem e a tradição como fundamentos legítimos da civilização ocidental e rejeitam as matrizes iluministas e humanistas que

⁹⁶ A fonte consultada não é paginada.

⁹⁷ A fonte consultada não é paginada.

sustentam as concepções modernas de educação.

O tratamento dado no filme a esse período histórico nos remete ao debate levantado, principalmente pelo historiador francês François Furet, que questiona a ideia da Revolução Francesa como uma revolução burguesa. Segundo Hobsbawm (1996), o revisionismo histórico da Revolução Francesa, orientado por Furet, gira em torno de uma crítica à historiografia marxista, procurando atrelar a Revolução Russa de 1917 como herdeira direta da Revolução Francesa de 1789 e seu legado jacobino, de modo que:

[...] o revisionismo criticava (e critica) o conceito de que a Revolução Francesa foi essencialmente uma revolução social necessária, um passo essencial e inevitável no desenvolvimento histórico da sociedade moderna e, é claro, a transferência de poder de uma classe para outra. (Hobsbawm, 1996, p. 23).

Assim como em **1964: o Brasil entre armas e livros**, as referências bibliográficas utilizadas ao longo do filme não estão disponíveis na versão gratuita⁹⁸, e Furet não é referenciado. No entanto, é possível perceber certa aproximação na maneira como os entrevistados se referem à Revolução Francesa e as teses defendidas por esse historiador que, segundo Hobsbawm (1996) e Traverso (2012), apresentam um viés profundamente conservador, influenciando uma corrente de pensamento que se aproxima da noção elaborada também por Fukuyama (1990) do liberalismo como horizonte último da humanidade e que rechaça a possibilidade de qualquer mudança mais profunda:

Depois de ter assimilado o movimento e os aparelhos políticos, a revolução e o regime, as suas utopias e a sua ideologia, os soviets e a Tcheca, os historiadores da nova Restauração empreenderam a condenação em bloco do comunismo como uma ideologia e uma prática intrinsecamente totalitária. Desprendida de toda a dimensão libertadora, a sua memória foi alojada nos arquivos do século dos tiranos. (Traverso, 2012, p. 124).

É importante destacar esse ponto, porque essa interpretação da Revolução Francesa está ligada ao que Traverso (2012, p. 124) denominou de “eclipse da memória do comunismo”. Após o fim da Segunda Guerra e a Queda do Muro de Berlim, começa a haver uma espécie de indissociabilidade entre as memórias do fascismo, do nazismo e do comunismo como símbolos de uma “era de tiranos”. De acordo com o autor, “a elaboração da memória dos passados fascista e nazi, iniciada alguns anos antes em vários países europeus, – enleou-se com o fim do comunismo” (Traverso, 2012, p. 123) e, como consequência direta

⁹⁸ A “lista bibliográfica” está disponível apenas para assinantes.

desse movimento, ao serem caracterizados como um bloco homogêneo, o nazismo, o fascismo e o comunismo passaram a ser vistos como fenômenos históricos exógenos ao Ocidente, como já aludimos na seção anterior.

Na interpretação apresentada na trilogia **Pátria Educadora**, a Revolução Francesa torna-se um marco negativo, “uma cisterna de obscuridade”, um “abuso da liberdade” e é levada às últimas consequências como a gênese dos regimes totalitários do século XX, todos eles, é claro, supostamente, como expressões à esquerda do espectro político. A educação escolar, nesse contexto, passa, segundo a BP, a ser amplamente utilizada pelos Estados como ferramenta de controle político, ideológico e social: “com a educação delegada para as escolas e as escolas delegadas para o governo, os objetivos educacionais estavam sofrendo uma transformação” (Brasil Paralelo, 2020b)⁹⁹.

Na parte final desse episódio, depois de os entrevistados abordarem aspectos das principais correntes filosóficas da Europa pós-1789, o tema do fascismo, tratado nos momentos iniciais do filme, é retomado. Nesse momento, a intenção do narrador e dos participantes é claramente estabelecer um paralelo entre fascismo e comunismo, principalmente com a comparação entre o papel do Estado e o da educação em cada uma dessas correntes de pensamento. A fala de Flávio Morgenstern, divulgador do pensamento olavista, corrobora essa interpretação:

Mas toda a ideia do fascismo, do nacional-socialismo, das falanges, de todos esses movimentos fascistas era a ideia da classe trabalhadora se unir nacionalmente, criar um estado extremamente eficiente, nacionalizar propriedades, nacionalizar indústrias, nacionalizar um plano de educação, a educação como libertadora porque ela que vai fazer a classe trabalhadora se libertar daquela alienação marxista, da ideologia, da propriedade [...]. (Brasil Paralelo, 2020b).¹⁰⁰

Como mencionamos na seção anterior, a equiparação entre fascismo e comunismo é um elemento comum nas narrativas de grupos e sujeitos das novas direitas que procuram se afastar da alcunha de “extremistas”. De acordo com Natália Cruz, principalmente sob a influência de Olavo de Carvalho, diversos desses grupos guardam vínculos com elementos ideológicos do fascismo sem, no entanto, corresponder integralmente às formas do fascismo clássico ou histórico. Ao contrário, hodiernamente,

Nos chamados neofascismos, há uma combinação entre defesa do

⁹⁹ Fala do narrador. A fonte consultada não é paginada.

¹⁰⁰ A fonte consultada não é paginada.

liberalismo econômico com um antiliberalismo político e social. A liberdade da iniciativa privada no mercado é defendida, mas não a liberdade individual em questões morais e comportamentais e as liberdades políticas, visto que em seu discurso, os adversários são tratados como inimigos e não como forças legítimas na disputa política, revelando-se assim um caráter autoritário desse movimento, embora procurem mascarar seu autoritarismo atuando no sistema liberal democrático. (Cruz, 2020, p. 347).

Por fim, todo esse esforço em defesa da ideia de que o fascismo seria de esquerda culmina na crítica à “esquerda brasileira” e, assim como em **1964: o Brasil entre armas e livros**, esta é uma das preocupações centrais da produção. Nesse sentido, a fala de Olavo de Carvalho é exemplar: “Não é coincidência que a esquerda brasileira, quer dizer, o modelo, o ídolo dela, seja o Getúlio Vargas. O Lula vive dizendo que o modelo dele foi o Getúlio Vargas. Então o que que é? Um fascista” (Brasil Paralelo, 2020b)¹⁰¹.

Segundo a argumentação de Hasmann e Carvalho (2025), nos modelos argumentativos utilizados pela BP na trilogia **Pátria Educadora**, existe, na verdade, um raciocínio diretivo. Na fala de Olavo de Carvalho, por exemplo, não há informações que permitam verificar a veracidade do que foi dito. Os autores Hasmann e Carvalho (2025, p. 213) sugerem que esse é um elemento da retórica olavista: “a falta de informações suficientes para corroborar a tese”, ao mesmo tempo em que o que é dito, de forma direta e taxativa, não deixa margem a outras interpretações.

Nos estudos a respeito da Era Vargas, o que se destaca é justamente a complexidade e a ambiguidade das influências nazi-fascistas sobre os governos de Getúlio Vargas, de modo que não é possível reduzi-las a uma simples assimilação ideológica (Fausto, 1999; Capelato, 2003; Cruz, 2013, entre outros). Essa incorporação de aspectos do fascismo enleou-se às condições históricas e sociais brasileiras em busca de uma “homogeneização étnica e racial do povo” (Cruz, 2013, p. 09). Além disso, um aspecto importante do varguismo, negligenciado por Olavo e Carvalho em sua fala, é justamente o seu caráter anticomunista (Motta, 2002). A exemplo dos regimes autoritários europeus, o Estado Novo rejeitava os fundamentos da democracia liberal, enquanto buscava construir uma unidade nacional. Nesse contexto, a incorporação de políticas sociais e trabalhistas se dá segundo uma visão corporativista e conciliatória que busca se afastar dos ideais emancipatórios comunistas e tutelar a classe trabalhadora (Fernandes, 2006).

Em uma síntese preliminar, seguindo a retrospectiva histórica feita pela empresa no primeiro capítulo da trilogia, destacamos a narrativa a respeito de 1789 como elemento

¹⁰¹ A fonte consultada não é paginada.

premente para a linha argumentativa que se pretende desenvolver ao longo de toda a trilogia e que liga a problemática da educação a uma suposta herança, à esquerda, tanto da Revolução Francesa, quanto dos regimes nazifascistas e comunistas do século XX. Essa abordagem está diretamente ligada aos entrecruzamentos entre a problemática do revisionismo ideológico e histórico e seus usos políticos e manipulações da memória, que Ricoeur (2007) situa na esfera das relações de poder. Seguindo Hobsbawm (1996) e Traverso (2012), sublinhamos o estreito vínculo entre as transformações de um paradigma historiográfico e as mudanças na “paisagem memorial” do fim da Guerra Fria, tendo como consequência última a total adequação ou justificação do neoliberalismo, que desponta a partir das ruínas do “breve século XX” (Hobsbawm, 1995). De acordo com essa óptica, o debate que a BP pretende fundamentar a respeito da educação se relaciona, sobretudo à noção de uma infiltração esquerdista em todos os níveis de ensino, como discutiremos no tópico a seguir.

4.2.1 Pelas barbas do profeta

O segundo capítulo da trilogia, intitulado **Pelas barbas do profeta**, que analisa o desenvolvimento do sistema de ensino no Brasil, concentra-se em três pontos principais, os quais trataremos neste tópico: a) a trajetória de Paulo Freire como um intelectual da educação e a repercussão de sua obra no Brasil e no mundo denunciando o que seria uma influência nefasta; b) o tema da ditadura civil-militar diretamente relacionado à noção de uma infiltração da esquerda no sistema de ensino, assim como em **1964: o Brasil entre armas e livros**; c) as escolas e as universidades como espaços de doutrinação, corrupção moral e controle estatal.

O filme apresenta uma versão desabonadora da vida e obra de Paulo Freire, com a intenção de questionar e destruir o seu legado para a educação. Segundo relatos reproduzidos no filme, Freire teria sido profundamente influenciado pela chamada revolução cultural chinesa e transposto os ideais marxistas para a sua pedagogia, como pode ser observado no excerto da fala de Gustavo Maultasch – diplomata e doutor em administração pública pela Universidade de Illinois-Chicago –, um intelectual orgânico das novas direitas junto a organizações de difusão ideológica e formação militante liberal, como o *Students For Liberty Brasil* e o Instituto Mises Brasil¹⁰²:

¹⁰² A organização *Students For Liberty Brasil*, ou Estudantes Pela Liberdade, é um braço da *think thank* norte-americana *Atlas Network*, aparelho privado de hegemonia atuante desde o início da década de 1980 com organizações parceiras em todo o mundo. Para uma discussão acerca dos seus vínculos na América Latina, ver Baggio (2016).

As pessoas tendem a achar que Paulo Freire é simplesmente uma pessoa generosa, que se importa com os alunos, que se importa com a autonomia do pensar, que se importa com a conscientização, né? E, tomadas assim soltas, ninguém é contra isso, né? Ninguém é contra a conscientização, ninguém é contra a autonomia do aluno. Mas quando você vai analisar a obra do Paulo Freire, você vê que ele não fala de uma conscientização qualquer. Ele não quer realmente uma conscientização do aluno para que o aluno, com autonomia, possa formar sozinho a sua própria visão de mundo. Ele não quer isso. Para Paulo Freire, a conscientização, a autonomia do pensar, é baseada no que ele chama de ‘pensar certo’, que é fundamentalmente uma filosofia anticapitalista, antiliberal e a favor da, enfim, da ‘consciência revolucionária’, como ele mesmo chama. (Brasil Paralelo, 2020c)¹⁰³.

Segundo essa lógica, as palavras geradoras, método utilizado por Paulo Freire na experiência de alfabetização em Angicos, Rio Grande do Norte, em 1963, seriam apenas uma técnica para a realização de um trabalho ideológico. Rafael Nogueira – figura recorrente nas produções da BP e coordenador do curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Católica Ítalo Brasileiro em parceria com a BP – em trecho de sua participação no filme, afirma:

Imagina a pessoa que, de fato, a pessoa muito machucada pela vida, que trabalhou lá na construção civil, que trabalhou numa fazenda. Ela chega pra uma escola e ele vai usar justamente os termos ligados a profissão da pessoa pra ensinar as palavras é uma técnica pra depois ele ficar dizendo o seguinte: você tem um chefe, você tem alguém interessado, alguém que tá te explorando e ele vai ensinando o marxismo de baixo nível, né? Eu não sei nem se Paulo Freire leu muito Marx, não. (Brasil Paralelo, 2020c).¹⁰⁴

Essa interpretação apresentada por Nogueira ilustra o tom predominante na trilogia e nos seus participantes e converge para a desqualificação do pensamento de Paulo Freire como instrumento de doutrinação que, ao mesmo tempo em que busca criar ou explorar ideologicamente uma tensão social (luta de classes, anticapitalismo), tem como resultado a manutenção de um *status quo*, como conclui Olavo de Carvalho: “[...] O Paulo Freire criou uma estratificação social invencível. Se você nasceu filho de pedreiro, é pra você ficar pedreiro o resto da sua vida. Você se inscreve no Partido Comunista e continua pedreiro”. (Brasil Paralelo, 2020c)¹⁰⁵.

O que a fala de Olavo de Carvalho na verdade apresenta é uma deturpação grosseira, ou mesmo uma total inversão dos objetivos defendidos por Paulo Freire em sua obra. Ao contrário do fortalecimento e manutenção de uma estratificação social, o que ele almeja é uma

¹⁰³ A fonte consultada não é paginada.

¹⁰⁴ A fonte consultada não é paginada.

¹⁰⁵ A fonte consultada não é paginada.

práxis pedagógica que consiga romper a atividade mecânica de “depositar” conteúdos nos alunos (pedagogia bancária) e compreender a educação em sua relação dialética com a realidade social, por isso mesmo, política e potencialmente libertadora:

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma *coisa* que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É *práxis*, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (Freire, 2018, p. 93, grifo do autor).

Para compor a narrativa depreciativa em relação a Paulo Freire, os participantes insistem na relação de Freire com o comunismo, especialmente com a leitura de trechos do livro **A Pedagogia do Oprimido**. A apresentação e o comentário de passagens desse livro ao longo do filme ficam a cargo de Gustavo Maultasch, já mencionado, como demonstra este excerto reproduzido:

E na página 233, que pra mim é a frase, uma das frases mais macabras de Paulo Freire, ele diz assim: “A revolução é biófila, é criadora de vida, ainda que, para criá-la, seja obrigada a deter vidas que proíbem a vida”. Então, a revolução ama a vida, mas de vez em quando você precisa tirar uma vida. Mas, não é qualquer vida, é só a que proíbe a vida. E quem vai dizer? A Revolução. (Brasil Paralelo, 2020c).¹⁰⁶

A exemplo de Olavo de Carvalho, como nos referimos anteriormente, Maultasch descontextualiza e deturpa um trecho específico de **A Pedagogia do Oprimido** para insinuar que Freire apoiaria ou estimularia o assassinato dos seus adversários ideológicos. Em verdade, ao contrário da interpretação simplista e deturpada apresentada no filme, o trecho mencionado não se refere, necessariamente, a um ato de violência real:

A revolução é biófila, é criadora de vida, ainda que, para criá-la, seja obrigada a deter vidas que proíbem a vida.
Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma “morte em vida”. E a “morte em vida” é exatamente a vida proibida de ser vivida. (Freire, 2018, p. 233).

De acordo com Andrea Marinho (2015), trata-se de uma metáfora que articula os conceitos de necrofilia e biofilia segundo a psicanálise social de Erich Fromm para propor reflexões acerca da revolução como um processo biófilo, de “co-laboração” para a transformação das estruturas sociais, políticas e culturais que negam a vida, por isso,

¹⁰⁶ A fonte consultada não é paginada.

necrófilas. Nesse sentido, o processo revolucionário não exclui a possibilidade de embate e de conflito real, já que a supressão das estruturas necrófilas do capitalismo que oprimem e perpetuam a injustiça pode envolver momentos de ruptura e violência. Porém, a preocupação central de Paulo Freire é a miséria e a desigualdade que condenam tantos “homens, mulheres, meninos, desesperançados e submetidos a uma permanente ‘guerra invisível’” (Freire, 2018, p. 233-234), a uma “morte em vida”.

A citação direta de trechos de uma obra do próprio Freire pode transmitir ao espectador a sensação de estar diante de um tratamento efetivamente científico do tema, afinal Maultasch respalda suas falas nos próprios escritos de Freire. No entanto, as citações *per se* não garantem a qualidade das interpretações que vão sendo construídas ao longo do filme. Ao contrário, poderíamos enquadrar as referências diretas à **Pedagogia do Oprimido** como uma seleção de fragmentos de fontes sem a devida contextualização (Napolitano; Junqueira, 2019) como um indício do exercício de revisionismo ideológico que se pretende fazer acerca da história e da própria memória social sobre a figura de Paulo Freire e o que ele representa para a educação no país. Assim, dir-se-á que os esparsos recortes de apenas uma obra de Freire parecem, concretamente, exercer a função de corroborar um ponto que, de antemão, está estabelecido.

Os trechos de **Pedagogia do Oprimido** reproduzidos ao longo do filme são mobilizados para, de algum modo, embasar a construção da figura de Freire como uma influência essencialmente perversa. Thomas Giulliano chega a afirmar que “A própria ideia de discutirmos Paulo Freire, ela já é em si um problema, porque, note, ele defendeu genocidas e morreu defendendo genocidas” (Brasil Paralelo, 2020c)¹⁰⁷. Assim, em sua cruzada contra a suposta ideologização da educação, o que a BP e seus intelectuais orgânicos fazem, efetivamente, é endossar um coro de vozes conservadoras para a destruição da obra de Paulo Freire.

Essa distorção da obra de Freire é recorrente nas relações estabelecidas entre grupos e sujeitos das novas direitas no país e na educação (Arruda; Nascimento, 2020; Feitosa; Santos; Silva, 2022). O próprio Thomas Giulliano, historiador por formação, é organizador do livro **Desconstruindo Paulo Freire**¹⁰⁸ e autor do livro **Desconstruindo (ainda mais) Paulo Freire**, ambos publicados pela editora História Expressa. Destacamos, sobretudo, segundo Godoi e Dimitrov (2022), a influência de Olavo de Carvalho nas investidas contra o legado

¹⁰⁷ A fonte consultada não é paginada.

¹⁰⁸ O livro supramencionado, lançado em 2017 pela editora História Expressa, conta com textos de outros participantes da trilogia como Clístenes Fernandes, Rafael Nogueira e Percival Puggina.

freiriano seguindo a lógica olavista de “desestabilização e fraude de informações, buscando não uma disputa de ideias em defesa do que um ou outro grupo político propõe enquanto certo, mas, antes de tudo, a determinação do inimigo como equivocado” (Godoi; Dimitrov, 2022, p. 339).

Na investida contra o legado de Freire, a narrativa de que a ditadura civil-militar teria, em alguma medida, permitido a infiltração da esquerda na cultura e na educação é retomada. Segundo Giulliano,

Enquanto Paulo feire esteve fora do Brasil seus textos aqui circularam. Ele foi alçado a um protagonismo ainda maior pelo Conselho Mundial de Igrejas no exterior. Então, censurado? No papel sim, todavia, na prática, na realidade, não era o que acontecia. E ficaram tanto tempo no poder com a justificativa de limpar o Brasil, entre aspas, do comunismo e deixaram tudo preparado para os comunistas, né? (Brasil Paralelo, 2020c).¹⁰⁹

A narrativa é construída para convencer que a ditadura civil-militar não conseguiu conter, e, em certa medida, até favoreceu a difusão do pensamento de Paulo Freire e da esquerda. Desse modo, a relação entre os governos militares e a educação é reconstruída com base em uma memória excludente, que nega, à luz de uma óptica moral, a importância desse intelectual e procura instaurar um discurso voltado à desqualificação do legado de Freire, ancorando-se em marcos de linguagem, família, religião, entre outros (Halbwachs, 2004), e colocando em xeque um dos mais importantes intelectuais brasileiros.

Reforçando essa narrativa, Ricardo da Costa, que foi assessor do MEC durante o governo Bolsonaro, em sua participação na trilogia, afirma que haveria uma hegemonia de esquerda no país desde o início do século XX:

Não tiveram a percepção que o ovo de serpente se encontra na educação. O Brasil tem uma longa tradição de esquerda. Desde o início do século com os anarquistas, desde a década de 30 com a expansão do comunismo, da União Soviética, né? A história registra espões enviados ao Brasil pra participar da revolução. Houve a Intentona Comunista e tal. É, mas a coisa se intensificou, de fato, no início da década de 60. A grande revolução cultural, né? O “é proibido proibir”, de Paris e tal. E aqui no Brasil foi decidido pelas esquerdas esse ataque à educação, à cultura. (Brasil Paralelo, 2020c).¹¹⁰

Ricardo da Costa é doutor em História Social pela UFF e professor da UFES. A sua presença na trilogia, junto a outros intelectuais orgânicos representantes dos interesses de grupos e sujeitos das novas direitas que também atuam no ensino superior, reflete a

¹⁰⁹ A fonte consultada não é paginada.

¹¹⁰ A fonte consultada não é paginada.

mobilização de vozes do meio acadêmico como uma espécie de legitimação intelectual para a tentativa de reinterpretação da história e da educação sob uma perspectiva conservadora. A sua fala destaca a presença de correntes políticas de esquerda no país, mas omite a existência de organizações anticomunistas no Brasil, cuja origem, como demonstrou Motta (2002), remete ao início do século XX. Assim, a retórica anticomunista na atual conjuntura vai se revelando um elemento central para a atuação político-ideológica dos grupos e sujeitos das novas direitas, inclusive para as disputas no campo da educação, justificando a importância de construir e defender determinada narrativa acerca do período da ditadura civil-militar.

Nesse sentido, Percival Puggina – escritor e comentarista político, conhecido entre o meio neoliberal e conservador nacional, tanto por seus livros, como por sua atuação midiática em jornais, blogs e redes sociais –, em uma de suas falas na trilogia, reforça a ideia defendida por eles de que a educação estaria sendo tomada pela esquerda desde o período ditatorial: “E foi exatamente o período de infiltração onde efetivamente começou a tomada do espaço acadêmico brasileiro, especialmente nas universidades federais, por intelectuais de esquerda” (Brasil Paralelo, 2020c)¹¹¹.

Essa leitura recorrente entre as novas direitas, que atribui à esquerda a hegemonia sobre a educação, reforçada ao longo dos dois primeiros capítulos da trilogia, constitui a base argumentativa para construção do terceiro e último capítulo, intitulado **Guerra contra a inteligência**. Este capítulo final tem a pretensão de apresentar um diagnóstico da educação no Brasil atual. Essencialmente, os participantes tecem críticas à obrigatoriedade e centralização da educação no Estado; aos investimentos no ensino superior e aos baixos resultados alcançados pelo país no que concerne aos retornos desses investimentos em produção científica e na educação básica.

Para os objetivos da nossa pesquisa, é interessante destacar as falas dos participantes quando procuram tratar das possíveis causas dos problemas denunciados no filme.

Há mobilização de diversos índices, estatísticas e outros marcadores para tratar dos problemas da educação no país e um maior destaque para entrevistados ligados diretamente ao campo da educação. Um dos primeiros participantes nesse episódio final é Abraham Weintraub, que, na época, era Ministro da Educação (entre abril de 2019 e junho de 2020). Economista, formado pela USP, foi professor da Unifesp¹¹² e ganhou projeção nacional com sua indicação ao MEC pelo próprio Olavo de Carvalho, vindo a compor a chamada “ala

¹¹¹ A fonte consultada não é paginada.

¹¹² Foi demitido do cargo em 2024 por decisão da Controladoria Geral da União (CGU) por faltas injustificadas e abandono do cargo. https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cgu-determina-demissao-de-abraham-weintraub-da-unifesp-por-faltas-injustificadas/?utm_source=chatgpt.com

ideológica” do governo, alinhada ao olavismo, ao anticomunismo e à “guerra cultural” travada contra a suposta hegemonia da esquerda. Ocupando o mais alto cargo da estrutura educacional do país, Weintraub foi taxativo ao classificar o sistema de educação nacional como um “desastre na média”:

Olha, a educação brasileira é absolutamente um desastre na média. Na média é um desastre. Existem exceções, mas os números falam por si, não é? Contra evidências não tem argumentos. Não é que a gente tá muito pior do que a Europa, América do Norte, Canadá. Estamos piores do que Coréia, Japão. A gente tá empatado com o Peru na última posição da América do Sul. É isso que o Brasil é. (Brasil Paralelo, 2020a).¹¹³

O que não aparece nas discussões tratadas ao longo da trilogia são as causas reais dos problemas enfrentados pelas escolas brasileiras. Mais uma vez rejeitando as análises estruturais e a perspectiva de classe, temas, como precarização do trabalho docente, acesso e permanência na escola, privatização e mercantilização da educação, entre outros, são negligenciados (Laval, 2019; Saviani, 2020b). A empresa escolhe um caminho retórico que desvia a discussão para o campo moral e ideológico, como demonstra a fala de Ilona Becskeházy, doutora em Educação pela USP e, na data em que o filme foi lançado (abril de 2020), secretária de Educação Básica (SEB). Becskeházy apresenta críticas ao sistema educacional, atribuindo seus problemas principalmente a questões político-ideológicas:

Você tem essas duas vertentes de política educacional. A de acesso, que é pra gastar e a de qualidade que é pra trabalhar. Mas, percebeu-se que dar mais diploma tinha ali um benefício político importante, né? Alta população jovem no país, muitos eleitores, muita gente, as famílias dessas pessoas, primeira geração. Então, o apelo político de você mandar as pessoas pra universidade é brutal. A gente viu no que que deu. Então, quando você fala ‘mais matrícula’, você tem: gasto com infraestrutura [...], gasto com contratação. Então os professores gostam e os sindicatos mais ainda, né? Gasto com material [...]. Então você gasta mais e todo mundo fica feliz. Então, abrir escola é algo altamente populista, né? Você pode abrir escola, dizer que tá atendendo o direito à educação e não ensinar nada, e essa é a história do século XX no Brasil, do final do século XX, né? (Brasil Paralelo, 2020a).¹¹⁴

Assim, as falas dos “especialistas” neste último capítulo se enleiam à apresentação de dados estatísticos para compor uma aparência de objetividade científica e fundamentar a denúncia de um suposto colapso intencional da educação por motivações ideológicas. São

¹¹³ A fonte consultada não é paginada.

¹¹⁴ A fonte consultada não é paginada.

explorados dados como ranking de desempenho escolar, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS), comparativos de gastos em relação a outros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros.

No entanto, ao apresentar esses dados, a empresa não situa o espectador a respeito da origem, objetivos e critérios avaliativos de provas como PISA, por exemplo (Oliveira, 2020). A narrativa assume esses indicadores como critério absoluto de avaliação da qualidade da educação sem esclarecer que estes são produzidos por organizações vinculadas à lógica neoliberal e a uma concepção de educação calcada na teoria do capital humano (Laval, 2019). O sucesso educacional nesse contexto se desloca da função social da escola para a valorização de um “conjunto genérico de competências ou daquilo que nomeiam como letramento” (Cardeal, 2023, p. 70-71). Não se trata de ignorar os critérios avaliativos estabelecidos pela OCDE, mas de considerar que somente é possível considerar o “fracasso” da educação brasileira como uma artimanha da dominação esquerdista, como faz a BP, se ignorarmos o condicionamento do desenvolvimento educacional às relações estruturais de dependência e subordinação no contexto do capitalismo global em que “a mercantilização do ensino transforma a escola em um espaço de treinamento para a força de trabalho, em vez de um ambiente para o desenvolvimento do pensamento crítico” (Laval, 2019, p. 83).

Desse modo, a narrativa construída ao longo da trilogia desloca a questão da educação e sua relação dialética com a ordem social na qual está inserida e a envolve em uma teia conspirativa que abarca diversos setores da sociedade (escolas, mídia, política). Marcelo Hermes, fundador do Docentes pela Liberdade e que se tornaria diretor de Avaliação da Capes durante o governo Bolsonaro, é enfático em sua participação na trilogia ao relacionar mídia, política e educação a uma espécie de trama para distorcer os dados e enganar a população:

Então, o que que aparece nas propagandas da esquerda que domina a grande mídia, assessoria de imprensa das universidades, é isso. Que as nossas universidades estão entre as que mais produzem artigos no mundo. Isso é verdade. Só que eles vendem quantidade como se fosse qualidade. ‘A USP está a 8ª melhor universidade do mundo’, isso é uma mentira. A USP, ela não é a 8ª melhor, ela é a 8ª maior. Eu não tenho nada contra a USP, eu estudei na USP, fiz parte do meu doutorado na USP. Agora, a gente tem que falar a verdade. Se a gente quer curar uma doença, o doente ele tem que ser informado da sua doença, isso é o que acontece na universidade brasileira, ela está doente, muito doente [...]. (Brasil Paralelo, 2020a).¹¹⁵

¹¹⁵ A fonte consultada não é paginada.

Ao longo do filme, o discurso dos participantes da trilogia fundamenta uma linha de análise depreciativa das universidades brasileiras, trata a produção acadêmica nacional com desdém e desprezo e a considera um desperdício de dinheiro público. Como afirma Olavo de Carvalho,

A produção científica brasileira, internacionalmente não existe. Ela simplesmente não é mencionada. Ninguém lê esta merda. E vai ler pra quê? Pra perder seu tempo? O prejuízo que as universidades dão ao Brasil são muito maior do que a corrupção, né? Cê pega todos os roubos de dinheiro público, a universidade é pior. (Brasil Paralelo, 2020a).¹¹⁶

Assim, as universidades públicas brasileiras, especialmente a produção no campo das ciências humanas e sociais, são menosprezadas e desqualificadas à luz de uma lógica neoliberal em que a noção de “qualidade total” está diretamente relacionada à utilidade imediata (Frigotto; Ciavatta, 2003). É perceptível nas falas reproduzidas a exacerbação do anti-intelectualismo e a defesa da subordinação da produção do conhecimento à lógica da produtividade e da empresa, reduzindo o conhecimento a um bem mercantil. De acordo com Chauí (2003), a universidade deixa de ser vista como uma instituição social e passa a ser definida como uma organização prestadora de serviços.

Como vimos, as narrativas da BP e de seus intelectuais orgânicos, tanto relacionadas à ditadura civil-militar, quanto à educação, tendem a rejeitar as análises estruturais e a perspectiva de classe. Portanto, por essa lógica, não surpreende que os ataques às universidades públicas culminem na questão ideológica, denunciando a suposta doutrinação e inversão de valores presentes nesses espaços:

A linguagem academicista e romantizada esconde o vazio e a promiscuidade do financiamento estatal. Uma vasta quantidade de trabalhos acadêmicos vai desde categorias pornográficas até a relativização da pedofilia. Enquanto o sistema público privilegia produções acadêmicas que não contribuem com as demandas sociais, áreas de vital importância ficam em segundo plano. (Brasil Paralelo, 2020a).¹¹⁷

O recurso retórico utilizado pela BP procura direcionar o entendimento do espectador. O narrador, na fala reproduzida, faz uma denúncia gravíssima: uma suposta “relativização da pedofilia” que estaria ocorrendo em trabalhos acadêmicos. No entanto, o filme não apresenta mais informações. Não informa, por exemplo, o título de algum trabalho ou em que

¹¹⁶ A fonte consultada não é paginada.

¹¹⁷ Fala do narrador. A fonte consultada não é paginada.

universidade estaria ocorrendo esse tipo de pesquisa. O narrador não fornece ao espectador fontes ou referências que permitam uma análise mais apurada dessa denúncia. Mais uma vez, a narrativa não deixa margens para interpretações ou questionamentos, restando ao espectador concordar com o que está sendo exposto. Desse modo, o pânico moral contribui para construir uma atmosfera de conotação conspiratória e de denúncia da suposta degeneração moral da educação:

[...] Encontramos no documento conteúdos como padrões de beleza e corpos gordos, padrões de gênero e heteronormatividade nas sociedades burguesas. Afinal, qual o objetivo desse currículo comum que será obrigatório para todas as escolas? (Brasil Paralelo, 2020a).¹¹⁸

O pânico moral é expresso, sobretudo no combate a uma suposta “ideologia de gênero”, que estaria subvertendo os valores da sociedade judaico-cristã ocidental e, em última instância, estaria contribuindo para a destruição da nossa sociedade. Como ressaltam Miguel (2021) e Mattos (2022), o espantinho da ideologia de gênero, que estaria destruindo os valores da família tradicional, foi um elemento basilar para a campanha vencedora de Jair Bolsonaro e seus asseclas em 2018. Naquele contexto, a escola foi colocada como protagonista dessa conspiração para desvirtuar a sexualidade das crianças¹¹⁹.

Esse discurso encontra ressonância no filme da BP, onde os avanços mínimos para se discutir os papéis de gênero e o respeito à diversidade são frontalmente atacados, como uma espécie de desvio do que seria o papel verdadeiro da escola. Sandra Ramos, doutora em Educação pela UFPI e docente na mesma instituição, ocupou cargo de coordenadora-geral dos livros didáticos¹²⁰ durante o governo Bolsonaro. Em sua participação no último capítulo da trilogia, atribui aos governos do PT uma suposta ameaça à infância:

Eu tenho 35 anos de sala de aula. Passei da educação infantil até a pós-graduação, todos os níveis e a gente perceber a infância sendo ameaçada da forma como ela tem sido, nas últimas décadas, principalmente durante esses governos do Partido dos Trabalhadores, né? Deixa, é, com que qualquer professor, né? que realmente deseje que a educação tenha qualidade, fique estarecido. (Brasil Paralelo, 2020a).¹²¹

A fala de Sandra Ramos reflete uma narrativa comum entre as novas direitas de moralização da educação e condenação de políticas educacionais de cunho progressista como

¹¹⁸ Fala do narrador. A fonte consultada não é paginada.

¹¹⁹ Para mais, ver Rodrigues (2019).

¹²⁰ Para mais, ver Vasques (2021).

¹²¹ A fonte consultada não é paginada.

ameaça aos valores tradicionais. Nesse sentido, a crítica à centralização das diretrizes educacionais (BNCC) condena a regulamentação estatal e, ao mesmo tempo, evoca a necessidade de controle político, moral e ideológico sobre o campo educacional, como podemos perceber no excerto de uma fala de Francisco Solano Portela, mencionado anteriormente:

É aquela ideia do governo centralizador onde você vai planejar todos os passos do cidadão. Por que que não se atém a coisas que são mínimas, mas essenciais? Por que que tem que haver uma ementa colocada pra cada uma daquelas coisas que serão ensinadas? E o que é que resguarda uma instituição particular, pra uma instituição que tem um viés cristão de ensino de que nessas coisas que são demandadas que você ensine, existem coisas que são contra os princípios que você abraça. Então, é o Estado avançando aí os limites. (Brasil Paralelo, 2020a).¹²²

Nessa mesma perspectiva, Luiz Philippe de Orléans e Bragança – apresentado por suas credenciais acadêmicas, “cientista político mestre por *Stanford University*”, mas, além da formação, ele também é deputado federal pelo PL desde 2018 e descendente direto da antiga família imperial brasileira – reforça a crítica à regulamentação estatal da educação, afirmando: “O Estado educando o meu filho, eu não quero mais isso [...] quero ele livre. Quero ele um pensador livre. E o Estado falha tremendamente nessa entrega. Não é do interesse do Estado um pensador livre” (Brasil Paralelo, 2020a).¹²³

A BNCC, tal como formulada e implementada, corresponde à referenciada necessidade de adequação da política educacional brasileira às tendências internacionais. Embora apregoe a perspectiva de uma educação integral – inclusive incorporando temas considerados “progressistas”, como questões de gênero –, “tudo indica que a função dessa nova norma é ajustar o funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas” (Saviani, 2016, p. 75).

O movimento que os intelectuais orgânicos das novas direitas que participam da trilogia parecem fazer é a convergência e radicalização dos princípios neoliberais (Harvey, 2005; Chauí, 2020) que, em verdade, orientam a estruturação da BNCC com o neoconservadorismo. As falas de Solano Portela e Luiz Philippe de Orléans e Bragança, reproduzidas anteriormente, demonstram claramente o argumento de oposição entre liberdade e Estado e o que seria a liberdade e autonomia das famílias e das instituições cristãs contra a centralização estatal, de modo que esta deveria, segundo eles, se ater a coisas “mínimas”.

¹²² A fonte consultada não é paginada.

¹²³ A fonte consultada não é paginada.

Porém, como argumentamos anteriormente, seguindo Chauí (2020), a demanda que se estabelece, efetivamente, é a atuação do Estado para fortalecimento de mecanismos de vigilância e controle social em prol de um ideal específico de liberdade, uma espécie de “refinamento semântico do que se entende por liberdade, para que nele caiba tanto valores propriamente liberais, quanto conservadores, possibilitando que um legitime o outro” (Cavalcante; Chaguiri; Nicolau Netto, 2021, p. 297).

Nesses termos, o ministro da Educação à época, Abraham Weintraub, em sua participação na trilogia da BP, é enfático ao descrever a função da escola: “O papel da escola é ensinar a ler, a escrever. Você ensina a escrever, ensina a fazer conta, ensina química, ensina física. [...] Quem educa é a família” (Brasil Paralelo, 2020a)¹²⁴.

A fala de Weintraub é representativa da visão reducionista apresentada pela trilogia **Pátria Educadora** acerca da educação escolar que busca, particularmente, tolher qualquer perspectiva crítica e emancipatória de escola ao dissociá-la da formação do sujeito em sua integralidade. A narrativa apresentada ao longo da trilogia, ao que tudo indica, tem o intuito de reforçar uma visão de educação em consonância com discursos e pautas dos grupos e sujeitos das novas direitas. Lembremos que o lançamento da trilogia aconteceu em um contexto em que o governo Bolsonaro e seus aliados pautavam, no âmbito legislativo, entre outras questões, projetos de lei baseados no Movimento Escola Sem Partido, que tinham, como eixo central, o controle da atividade docente em nome do combate a uma suposta doutrinação por parte dos professores (Lima, 2020). Assim, a trilogia vai construindo a narrativa de um suposto *modus operandi* de doutrinação dentro das universidades, como podemos observar na fala de Fernando Conrado, que se apresenta como cientista político, mas que atua principalmente como comentarista de mídia e promotor de cursos *on-line* próprios, sobre filosofia, política, entre outros:

Esses professores chamam os bolsistas que têm uma visão ideológica igual a deles. Então, quando eles passam por um processo constante, acadêmico, de passar novas etapas, uma pós-graduação, mestrado e doutorado, só vai retroalimentando essa mesma cadeia de formação. Pessoas que tem essa mesma narrativa, essa mesma visão de mundo, e aí, eles se tornam professores daqueles mesmos alunos que tão chegando lá embaixo. (Brasil Paralelo, 2020a).¹²⁵

Levada às últimas consequências, essa doutrinação teria a finalidade, aparentemente premeditada, de completo domínio político-ideológico, o qual estaria imbricado em toda a

¹²⁴ A fonte consultada não é paginada.

¹²⁵ A fonte consultada não é paginada.

cadeia de educação. Para Flávio Morgenstern, a autoridade tradicional da família e da religião estaria sendo progressivamente transferida para os professores e o controle estatal estaria politizando e burocratizando a produção intelectual e a prática profissional:

Tudo aquilo que um político quer que você pense, você vai acabar pensando. Tudo aquilo que um político enxerga como algo que a massa precise seguir, obedecer, a massa vai seguir, obedecer, porque ela troca sua autoridade. Essa autoridade ultrapassada, reacionária, como por exemplo, a sua família, a sua religião e, assim por diante, e entrega de mão beijada a um professor. Não vai nem conseguir ser um arquiteto ou qualquer coisa do tipo, ou não vai conseguir ter uma profissão que eram consideradas profissões liberais, você aprendia em oficinas, porque você vai ter uma documentação nacionalizada, uma burocracia centralizada regulando esta profissão. Então, tudo se torna político. Toda a sua ideia de verdade se torna política, toda produção intelectual ela é regida por burocratas e políticos. (Brasil Paralelo, 2020a).¹²⁶

Esse discurso da empresa e dos intelectuais orgânicos que participam da trilogia encontra ressonância em um contexto de acirramento das disputas políticas e de ascensão das novas direitas, onde a disputa pelo campo da educação é central, como já discutimos. Em estudo recente, Percassi et al. (2024) demonstraram que, embora a confiança na ciência tenha aumentado consideravelmente no quadro da pandemia, ainda há um desconhecimento por parte da população em geral acerca do papel das universidades públicas, o que facilita a propagação de discursos contra as universidades, em especial os ataques às áreas das ciências humanas. Segundo esses autores, a percepção negativa das universidades públicas está diretamente relacionada às posições políticas assumidas pelos sujeitos na medida em que, entre os grupos entrevistados, aqueles que avaliaram positivamente o governo Bolsonaro classificaram a “doutrinação” como principal ação das universidades. Nesse sentido, a narrativa da BP dialoga diretamente com um público que já está predisposto a aceitar a leitura depreciativa da empresa acerca da educação e das universidades:

A pesquisa revela que a opinião pública sobre as universidades públicas é bastante distinta entre respondentes que apoiavam o governo federal (que avaliaram o governo como ótimo ou bom) e críticos do governo Bolsonaro (que o avaliaram como ruim ou péssimo). Enquanto os críticos do governo retrataram a universidade pública como espaço principalmente de ensino qualificado e de pesquisa científica, os apoiadores consideraram que estas instituições são lugares de *doutrinação, esquerdismo, politicagem, bebedeira, drogas, balbúrdia e pouco estudo*. (Percassi et al., 2024, p. 387, grifos dos autores).

Assim, a narrativa construída ao longo da trilogia, embora exalte a formação do ser

¹²⁶ A fonte consultada não é paginada.

humano em sua integralidade, nos moldes da Grécia Antiga, como berço da civilização ocidental e da chamada educação clássica (Manacorda, 1992), e a busca pela verdade e liberdade, em vias de conclusão, reduz o papel potencialmente transformador da educação ao rechaçar qualquer tipo de debate, de formação social e política com vista à superação de um modelo de sociedade profundamente desigual.

Em síntese, poderíamos dizer que, nas produções fílmicas analisadas, é construída uma versão da história da ditadura civil-militar, que se contrapõe à suposta dominação de uma história crítica, que estaria impregnada principalmente no campo educativo, segundo os intelectuais orgânicos que interpretam o conflito sócio-histórico e a história da educação. Os relatos nos filmes são mediados por intelectuais orgânicos, oriundos de diversos vínculos, instituições públicas, privadas, entre outras, que, em síntese, poder-se-ia dizer, são mobilizados: a) como agentes de uma competência técnica capaz de discutir teorias da história que polemizam os debates e as análises sobre a violência do Estado e das forças armadas, evidenciando o papel do Estado frente a “subversão da ordem”; b) se arrogam de uma legitimidade acadêmica e profissional para, de certo modo, pautar a defesa de um modelo de educação neoliberal e conservadora que, embora pregue a descentralização das decisões e recursos, não hesita em defender a atuação de um “Estado controlador” para “endireitar” as “políticas errôneas” e o mau uso dos recursos através de uma atuação autoritária e de controle social (Harvey, 2005, Chauí, 2020).

Como vimos desde a Seção 2, os objetivos educacionais da empresa são explícitos. Além das iniciativas mais diretas, como os cursos de formação, as produções – como os filmes que estamos analisando –, se utilizam de formatos e abordagens que mesclam entretenimento e educação para a formação político-ideológica. Poderíamos dizer que a BP busca instruir sobre o passado à luz de uma premissa claramente estabelecida que “se apropria de cânones tradicionais, de maneira simplificada, para criar outras formas de controle e perpetuação de poderes” (Meneses, 2019, p. 70). O que se torna latente nos materiais analisados é o trabalho desenvolvido pela BP, consciente do seu papel como aglutinadora na sintetização de determinada visão de mundo, inclusive investindo na produção pedagógica para a sua disseminação que passa, indissociavelmente, pela depreciação do sistema escolar.

Como aludimos, a história e a memória social da ditadura civil-militar, mobilizadas pelas produções da BP, se amparam em um quadro social (Halbwachs, 1990, 2004) do anticomunismo, visando enquadrá-las numa visão que enaltece um passado mítico e glorioso da nação brasileira, que teria sido corrompido pela dominação esquerdista e precisaria ser recuperado. Desse modo, os ataques a Paulo Freire, a contraposição ao pensamento

educacional e à história crítica da ditadura perpassam os materiais analisados, funcionando como um elemento de autolegitimação para a sua missão “educativa” e formativa de uma identidade nacional que conserva valores sociais de ordem, progresso e controle da sociedade.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa que realizamos sobre a atuação da Brasil Paralelo na educação evidencia uma ideologia construída em torno da reabilitação da ditadura civil-militar e do perigo da esquerda que adentra a educação, tomada pela empresa como uma das pontas de lança do chamado “esquerdismo”. Há uma clara disputa política por setores que buscam revigorar os sentidos do passado (Jelin, 2002) para reafirmar uma conjuntura de reorganização e fortalecimento de grupos e sujeitos das novas direitas no país. Esses setores procuram reconstruir marcos sociais (Halbwachs, 2004) de valores familiares, religiosos, culturais, linguísticos, entre outros, para arregimentar homens e mulheres em torno de afetos e crenças que defendam a manutenção de uma ideologia conservadora que reaja às ideias ditas inovadoras que ameaçam valores relacionados ao patriotismo, à moral e aos bons costumes.

Quando revisitamos o lançamento dos filmes analisados (2019 e 2020) ficou bastante claro que eles refletem a organização de grupos relacionados às chamadas novas direitas, que ascenderam ao poder institucional no governo bolsonarista (2019-2022). Como vimos, na trilogia **Pátria Educadora**, homens e mulheres do governo foram arregimentados para discutir a educação brasileira, como base de apoio seja no Legislativo, seja em cargos comissionados, especialmente vinculados ao Ministério da Educação. Desse modo, os filmes da BP se inserem em um contexto de mobilização política e ideológica, um “uso público” da história e da memória para construção de determinado projeto político que tem o referencial na ditadura civil-militar.

Como mencionamos, a BP, desde a sua primeira produção, vai se constituindo como um espaço articulador e propagador de vozes de intelectuais orgânicos representantes do neoliberalismo e conservadorismo no Brasil, o que se convencionou chamar de novas direitas. A empresa reúne e didatiza pautas de interesses desses grupos, atuando como um APH, promovendo um projeto educativo que se coloca, aparentemente, em oposição ao sistema de ensino, mas que, cada vez mais, se organiza para disputar o espaço da educação formal.

O foco nas produções audiovisuais, especialmente na emulação do formato documentário e sua difusão por meio da internet, nos permite situar a discussão no âmbito de uma história pública voltada para a ampliação de audiências, mais próxima da lógica política do que da divulgação histórica propriamente dita. O conhecimento histórico passa a ser considerado como um produto que pode ser popularizado e acessível a todos. E, diante disso, o uso da internet e de outros meios de divulgação passam a ser um dos elementos fundamentais para recuperação de noções importantes para a reconstituição de memórias

sociais acerca do golpe de 1964 e da necessidade do golpe parlamentar no ano 2016 e sua continuidade por grupos mais diretamente vinculados ao militarismo para a defesa de um nacionalismo “purista”, expresso, sobretudo, nos acampamentos em frente aos quartéis do Exército após a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022 e a invasão da sede dos Três Poderes, em Brasília, em 08 de janeiro de 2023.

A recorrência a um passado mítico, pilar de uma identidade nacional, perpassa, inevitavelmente, as narrativas dos filmes **1964: o Brasil entre armas e livros** e **Pátria Educadora**, coadunando com as pautas do *homeschooling*, das escolas cívico-militares, do Movimento Escola Sem Partido e da chamada ideologia de gênero, aglutinando-se com a defesa da moralização da figura do professor e da escola, que, em geral, passam a ser considerados inimigos em potencial das bases morais, conservadoras dessa sociedade.

A “guerra cultural” que travam contra a esquerda tem como tática elementar a contraposição ao ambiente escolar (institucionalizado), ao mesmo tempo em que pretendem disputar esse espaço. Não à toa, a BP tem investido em parcerias e projetos de cunho social e educativo, mas, também, em formação de professores. Ainda, ao propor uma narrativa revisionista da história e das práticas pedagógicas no Brasil na trilogia **Pátria Educadora**, a BP almeja se inserir no debate educacional não apenas como interpretação, mas como tentativa de formulação de um projeto pedagógico alternativo. É notável, ao longo dos filmes, a exaltação de uma pedagogia tradicional de matriz religiosa, a defesa indireta da descentralização, desregulamentação e moralização da educação formal. Para a BP, o processo de universalização do ensino foi um dos responsáveis pelo fortalecimento do Estado e afastamento da religião.

Desde seu surgimento em 2016, a empresa tem investido na produção de materiais audiovisuais sobre as mais diversas pautas de interesse público. No entanto, os principais temas abordados pela empresa parecem ser, de fato, os temas históricos. Uma série de filmes foi lançada pela BP nos últimos anos, com a promessa de revisitar e recontar a história do país desde o Brasil Colônia até a ditadura civil-militar. Esse material, veiculado como “educativo”, não se restringe à produção de “documentários”. Como vimos, dentro dos programas de assinatura da empresa, o assinante tem acesso a uma série de cursos de formação e outros materiais educativos. No campo da educação formal, regulamentada, podemos citar as inúmeras parcerias que a empresa tem feito com escolas e entidades de cunho social para divulgar seus produtos nas instituições de ensino. Foi notável, por exemplo, a parceria da empresa com o Instituto Recebs, do Rio Grande do Norte, que chegou a publicizar em seu site o fornecimento de material e suporte para o *homeschooling* (Brasil Paralelo, 2023a). O

advogado Miguel Nagib, mentor do Movimento Escola Sem Partido, também já apareceu em materiais da empresa.

A empresa tem expandido seu portfólio de produtos, mantendo uma tendência para a produção de materiais sobre temas de relevância política e social, procurando se manter representativa e atuante no debate público. Os filmes que analisamos foram lançados entre 2019 e 2020, e, desde então, a BP produziu dezenas de materiais com discussão de temas, como meio ambiente (*Cortina de Fumaça*, de 2021, sobre a “agenda ambientalista” e o agronegócio), criminalidade (*Entre Lobos*, de 2022, sobre segurança pública), política (*A Direita no Brasil*, de 2023, cobrindo desde as manifestações de 2013 até as eleições de 2022), política internacional (*From the River To The Sea*, de 2024, sobre a guerra Israel-Hamas), entre outros.

Nos campos da história e da educação, destaca-se a produção intitulada **Unitopia**, lançada em 2024, uma “investigação” sobre as universidades brasileiras, e *Amada e Ultrajada: o Exército na História do Brasil*, do mesmo ano, uma série audiovisual sobre o Exército com ênfase nas questões ideológicas que envolvem a instituição. Observamos, assim, que os temas ditadura civil-militar e educação permanecem recorrentes nas produções da empresa, sendo constantemente revisitados e reconfigurados. Essa insistência revela não apenas a permanência dessas questões no debate público, mas, também, o esforço da produtora em disputar os sentidos do passado, reinscrevendo-o em narrativas que buscam legitimar determinadas posições no presente.

Ao observarmos esse conjunto de temáticas e lembrarmos que o “Núcleo de Formação”, discutido na Seção 2, permanece ativo com cursos, segundo o site da empresa, sobre assuntos relacionados a história, filosofia, ciências políticas, entre outros, torna-se evidente que a Brasil Paralelo vem consolidando uma estrutura de mídia e formação ideológica ampla. A empresa desenvolveu uma verdadeira “grade de programação”, que inclui programas jornalísticos (**Cartas na Mesa, Resumo BP**), conteúdos de humor (*Rasta News*) e até um desenho animado infantil sobre a “descoberta” do Brasil (**Pindorama**, de 2024). Oferece ainda uma curadoria própria de filmes em sua plataforma de *streaming* e, mais recentemente, produções de ficção (**Oficina do Diabo**, de 2025). Essa multiplicidade de formatos revela uma estratégia de ocupação de diferentes esferas culturais, que se estende do campo educacional ao campo do entretenimento. Assim, a empresa atua na formação de uma audiência cativa e ideologicamente alinhada, apresentando-se como guardião de uma moral e de uma identidade nacional que reivindica o lugar de referência legítima para interpretar o passado e orientar o presente e futuro.

Mas, talvez, o maior impacto da BP na formação dos estudantes ainda esteja por vir. Muito além dos milhões de visualizações dos seus vídeos no *YouTube* e das centenas de milhares de assinantes que são bombardeados com materiais que depreciam a escola ao mesmo tempo em que se apresentam como uma alternativa ao que é ensinado por professores “esquerdistas”, um dos passos mais ambiciosos da empresa parece ser, de fato, a parceria com o Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro. Como expusemos anteriormente, no contexto do governo bolsonarista, essa parceria passou a oferecer uma graduação em história reconhecida pelo MEC. A essa altura os egressos da primeira turma dessa licenciatura diretamente ligada à BP já devem estar em sala de aula e, mais do que isso, segundo informações disponibilizadas no próprio site da BP, o curso segue ativo.

A seção dedicada ao curso de Licenciatura em História do *site* do Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro tem como capa uma imagem de Rafael Nogueira e conta com a Brasil Paralelo como empresa parceira¹²⁷. Em suma, a empresa tem investido em diversas frentes (do entretenimento à educação formal) para se manter atuante e relevante na formação de jovens estudantes a partir de um viés neoliberal e conservador que ataca as bases da educação regulamentada pelo Estado e ignora, ou mesmo condena, os processos de luta por uma educação universal.

Em **Pátria Educadora**, a BP diz defender um modelo de educação para o desenvolvimento do ser humano em sua integralidade, um ser humano capaz de pensar por si próprio, inspirada nas chamadas Artes Liberais da educação clássica greco-romana. Defende um tipo de educação apartada das questões sociais, políticas e econômicas, ou seja, uma educação “neutra”, preocupada com o suposto desenvolvimento de uma educação intelectual e espiritual do indivíduo, porém negacionista de qualquer perspectiva emancipatória.

A empresa trabalha, como vimos, fortemente articulada a intelectuais orgânicos e outros aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 1999, 2001) das novas direitas para a formação de consenso em torno da reabilitação da ditadura civil-militar e para descredibilização da educação escolar e das pedagogias críticas, sobretudo do pensamento de Paulo Freire.

Nesse contexto, o Fórum da Liberdade é um exemplo contundente das estratégias de ação doutrinária e de consenso, conforme afirmou Casimiro (2016). Organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), em Porto Alegre, desde os anos 1980, se constitui ainda hoje como um dos principais espaços de difusão das ideias neoliberais e conservadoras no país,

¹²⁷ Anexo E.

atuando como uma espécie de vitrine para os intelectuais das novas direitas, reunindo empresários, políticos, formadores de opinião e representantes de *think tanks* nacionais e internacionais. Como mencionamos, Santos (2021) evidenciou os pontos de conexão e de atuação que ligam a BP a outras APHs em uma espécie de “teia” para a construção de uma agenda política, econômica e social. Essas relações se tornam mais evidentes quando observamos a participação de intelectuais orgânicos ligados ao Fórum da Liberdade nos filmes da BP, como é o caso de Hélio Beltrão, presidente do Instituto Mises, e Gustavo Maultasch, membro do mesmo instituto e do *Students For Liberty Brasil*, como vimos. Ambos participaram, por exemplo, da edição de 2024 do Fórum da Liberdade, que contou com cupons de descontos para leitores do site da BP.

Na conclusão da dissertação, em 2021, destacamos a necessidade de atenção ao que vem sendo produzido sobre história no âmbito do consumo midiático, que vem sendo ocupado também para a disseminação de uma leitura da história e da educação a serviço de determinados interesses políticos e ideológicos. Na tese, constatamos a efetivação da atuação da BP e seus intelectuais orgânicos para a ressignificação do golpe de 1964 na percepção pública e na memória social. A empresa continua investindo nesse projeto de educação, por meio da produção de materiais educativos e culturais, principalmente do gênero documentário, cujo prestígio e “relação com o real” legitima suas interpretações e difunde valores morais e políticos alinhados às novas direitas. Posiciona-se como uma “bússola moral” e “suporte intelectual” para a formação de corações e mentes, amplia e fortalece laços com intelectuais orgânicos e com APHs das novas direitas.

Diante dessa conjuntura, é nosso papel e compromisso ético-político, como educadores e pesquisadores, mantermo-nos atentos e combativos aos movimentos que esses grupos vêm realizando, especialmente no que diz respeito à construção de consenso em torno de um projeto de educação que, por um lado, naturaliza, legitima e justifica a ditadura civil-militar como necessária e, por outro, investe contra as visões críticas de educação, promovendo uma tentativa de moralização e defesa de uma perspectiva neoliberal que subordina a educação à lógica de mercado.

Diante disso, é necessário aprofundar os estudos sobre os impactos da atuação dessa organização no interior das instituições escolares — tanto daquelas com as quais mantém uma relação direta, quanto daquelas que podem ser afetadas indiretamente por sua esfera de influência. Em especial, é preciso investigar os efeitos de suas investidas na formação de professores: quais serão as consequências desse processo a longo prazo? De que maneira o investimento que realizam na área educacional tem efetivamente alcançado o cotidiano

escolar? Essas são questões às quais nós, pesquisadores que buscamos compreender esse movimento em curso, precisaremos nos dedicar com maior atenção.

Por fim, é importante destacar que, além dos estudos acadêmicos, têm surgido contraofensivas relevantes para o enfrentamento direto à atuação da Brasil Paralelo no próprio ambiente digital. Entre elas, destacamos a iniciativa anônima **Brasil para Lerdos**, que atua principalmente na rede social *X* (antigo *Twitter*) monitorando, investigando e denunciando a atuação da BP, suas redes de financiamento e relações políticas, interesses e estratégias de comunicação. Também merece destaque a rede digital colaborativa **Brasil Parasita**, que reúne diversos *influencers*, comunicadores e *youtubers* progressistas, desde abril de 2024, com a produção e divulgação de conteúdos voltados para o embate direto à produtora, nos mais diversos temas, incluindo o negacionismo científico e o revisionismo ideológico. Somam-se a esse panorama redes de atuação mais amplas como o **Instituto Conhecimento Liberta** (ICL), plataforma de educação e jornalismo independente, que vem estruturando uma presença significativa como mídia de oposição ao discurso conservador e revisionista dominante. Essas ações expressam o reconhecimento de que a disputa travada pela empresa não se limita ao campo político, mas se estende à formação de consciências e à produção de sentidos sobre o passado e o presente — ou seja, à luta pela hegemonia cultural.

Se, em um primeiro momento, os grupos e sujeitos das novas direitas lograram certa vantagem ao se inserir e atuar por meio da internet, é possível identificar que o campo progressista, em suas diferentes vertentes, tem desenvolvido iniciativas que podem ser compreendidas como uma contraofensiva. Além das iniciativas citadas acima, é possível mapear *influencers*, divulgadores científicos, historiadores, professores, políticos, entre outros, que atuam em uma espécie de *ciberativismo* ao abordar diversos temas dentre os quais a formação política e o combate à desinformação. Assim, podemos dizer que há um crescente posicionamento crítico frente à atuação das novas direitas a partir da ocupação do espaço digital. Essas iniciativas podem ser classificadas como práticas contra-hegemônicas no campo da comunicação, atuando como espaços de produção de contra-narrativas às quais procuram tensionar a influência política e cultural pretendida pela BP e outros APHs e disputar as memórias sociais em torno de temas centrais da história e da educação brasileiras.

Não obstante, no que concerne às disputas de memória acerca da ditadura civil-militar que se atualizam e se reconfiguram a partir das mudanças conjunturais que assistimos nas últimas décadas, é preciso destacar que, paralelo aos usos e abusos (Ricoeur, 2007) das memórias da ditadura civil-militar empreendidas por grupos e sujeitos das novas direitas, inclusive a partir do audiovisual como nos materiais que analisamos, o tema ganha nova

projeção a partir do cinema com os filmes **Ainda Estou Aqui**, de 2024, e **O Agente Secreto**, de 2025.

Ainda Estou Aqui, dirigido por Walter Salles e estrelado por Fernanda Torres, é baseado em livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva e aborda a luta de Eunice Paiva após o desaparecimento do seu marido, Rubens Paiva, durante a ditadura civil-militar. Entre as diversas premiações conquistadas, o longa recebeu o prêmio de melhor filme internacional do Oscar em 2025 e rendeu a Fernanda Torres o Globo de Ouro como melhor atriz de filme em drama.

O Agente Secreto, dirigido por Kleber Mendonça Filho e estrelado por Wagner Moura, é ambientado em Recife, na década de 1970, e acompanha a jornada de um ex-professor universitário perseguido na tentativa de fugir do país com o filho. Assim como Fernanda Torres, Wagner Moura foi premiado com o Globo de Ouro como melhor ator em filme de drama. Na mesma premiação, o filme conquistou a categoria de melhor filme de língua não-inglesa. Acumulando premiações e reconhecimento, o longa foi indicado a quatro categorias no Oscar 2026, entre as quais a principal categoria da premiação, de melhor filme.

O cinema brasileiro encontra-se consolidado no cenário internacional, e a ditadura civil-militar constituiu objeto de abordagem em diversas produções cinematográficas de ampla projeção em longas como **Lamarca** (Sérgio Rezende), de 1994, **O que é isso, companheiro?** (Bruno Barreto), de 1997, e **Batismo de Sangue** (Helvécio Ratton), de 2007, e documentários como **Cabra marcado para morrer** (Eduardo Coutinho), de 1984, **Que bom te ver viva** (Lúcia Murat), de 1989, e **O dia que durou 21 anos** (Camilo Tavares), de 2013. Mas, ao acompanhar de perto os ataques orquestrados contra à educação, à história e à cultura brasileira de uma forma geral, e sendo o sequestro da narrativa sobre a ditadura civil-militar um ponto central, soa bastante irônico que justamente dois filmes que abordam diretamente a história e a memória do período ditatorial representem o país nos principais festivais de cinema do mundo.

Em síntese, os nossos estudos a respeito da atuação da BP possibilitaram compreender as disputas em torno da memória, da história e da educação no Brasil, desvelando as lutas pela hegemonia, que se estendem para os campos cultural e pedagógico. Essa conjuntura reforça a necessidade de uma educação crítica, comprometida com a emancipação humana, resistente às tentativas de revisionismo e à mercantilização do conhecimento, mantendo viva a tarefa de formar sujeitos capazes de pensar historicamente o presente e de transformar o futuro.

Ao contrário da Brasil Paralelo, que reivindica para si a posse de uma “verdade” histórica, os anos dedicados a essa temática tem-nos demonstrado que o caminho que se abre

à nossa frente é de luta por uma educação pública e democrática, que não se dá fora das relações políticas e sociais e se mantém em disputa em nossa sociedade.

“É preciso estar atento e forte!”

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Manoela. TSE manda tirar do ar vídeo do Brasil Paralelo contra Lula no Twitter. **Metrópoles**, 13 out. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/tse-manda-tirar-do-ar-video-do-brasil-paralelo-contralula-no-twitter> Acesso em: 11 nov. 2025.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista Aedos**, v. 3, n. 8, p. 9-30, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 2 out. 2025.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAL, Marta Gouveia. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, p. 1-10, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874921_28c0558a70f3bfff19db4e06ecf30156.pdf Acesso em: 2 out. 2025.

ALMEIDA, Milton José de. A educação visual da memória: imagens agentes do cinema e da televisão. **Pro-Posições**, v. 10, n.2, p. 9-25, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644074> Acesso em: 3 out. 2025.

ALMEIDA, Victor Aguiar de. **Brasil Paralelo: um estudo sobre a reconstrução da memória social**. Orientador: Vitor Amorim de Angelo. 2022. 126f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2022.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ALVES, Tatiane Malheiros. **A Escola Getúlio Vargas em Guanambi: quadro social de referência da memória e da linguagem política**. Orientadora: Livia Diana Rocha Magalhães. 2019. 179f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

ALVO de pedido de quebra de sigilo da CPI, Brasil Paralelo gastou R\$ 3,8 milhões em anúncios no Facebook em um ano. **Folha de S. Paulo**, 1º ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/alvo-de-pedido-de-quebra-de-sigilo-da-cpi-brasil-paralelo-gastou-r-38-milhoes-em-anuncios-no-facebook-em-um-ano.shtml> Acesso em: 11 nov. 2025.

AMORIM, Lucas. Com 500 mil assinantes, Brasil Paralelo quer evitar polêmicas e sonha ser "a Disney brasileira". **Intercept**, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://exame.com/negocios/com-500-mil-assinantes-brasil-paralelo-quer-evitar-polemicas-e-sonha-ser-a-disney-brasileira/> Acesso em: 11 nov. 2025.

APÓS censura, Brasil Paralelo posta receita de bolo no Twitter. **O Antagonista**, 13 out. 2022. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/brasil/apos-censura-brasil-paralelo-posta-receita->

de-bolo-no-twitter/ Acesso em: 11 nov. 2025.

ARAUJO, Douglas da Silva. **Histórias e "mitos" de um Brasil Paralelo: um aparelho de ação político-ideológica na "guerra cultural" da nova direita'**. Orientadora: Tatiana Silva Poggi de Figueiredo. 2023. 332 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

ARÓSTEGUI, Julio. Retos de la memoria y trabajos de la historia. **Pasado y Memoria**, Revista de História Contemporânea, n. 3, p. 5-58, 2004. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/742/1/ArosteguiRetos%20de%20la%20memoria.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ARRUDA, Robson Lima de; NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo. Paulo Freire perseguido: a pedagogia freireana na mira do Escola Sem Partido. **Educação & Linguagem**, v. 23, n. 02, p. 47-74, 2020.

AUDI, Amanda. Brasil Paralelo mira geografia e ciências sociais após curso que desinforma sobre história. **Pública**, 18 jun. 2024a. Disponível em: <https://apublica.org/nota/brasil-paralelo-mira-geografia-e-ciencias-sociais-apos-curso-que-desinforma-sobre-historia/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

AUDI, Amanda. Coordenado por monarquista, curso ligado à Brasil Paralelo forma professores de história. **Pública**, 17 jun. 2024b. Disponível em: <https://apublica.org/2024/06/coordenado-por-monarquista-curso-ligado-a-brasil-paralelo-forma-professores-de-historia/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC*, 12., 2016. **Anais [...]**, p. 1-26, 2016. Disponível em: <https://11nq.com/SW82g> Acesso em: 30 out. 2025.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil** (dois séculos de história). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Docentes pela Liberdade (DPL): educação e políticas à direita para um consenso liberal e conservador no Brasil sob o governo Bolsonaro. **Revista de História da UEG**, v. 10, p. 1-26-26, 2021. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/pt_BR/article/view/11704 Acesso em: 11 nov. 2025.

BAUER, Caroline Silveira. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S2314-27662019000200004&script=sci_arttext Acesso em: 11 nov. 2025.

BAUER, Caroline Silveira. Negacionismo da ditadura, história pública e ensino de história. *In: MENESSES, Sônia; WANDERLEY, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk; MELO, Rosilene Alves (org.). Ensinar com história pública: desafios, temas e experiências*. Sobral: SertãoCult, 2022. p. 143-154.

BELO, Fernando Souza. **A produtora Brasil Paralelo e o consumo de militância política no capitalismo digital**. Orientadora: Gabriela Machado Ramos de Almeida. 2023. 111f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo. 2023.

BONSANTO, André. Historicidades mediadas em disputa: o empreendimento político de Brasil Paralelo e a ditadura militar. **ECCOM**, v. 13, n. 26 p. 78-95, 2022. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/3cgiabzp4ngpnfl4edkbcz47ai/access/wayback/http://fatea.br/seer3/index.php/ECCOM/article/download/1852/1730/5786> Acesso em: 10 jun. 2023.

BORGES, Ianni Sousa. **O negacionismo em sala de aula: e agora professor (a)?** Orientadora: Maria Andréa Angelotti Carmo. 2022. 136f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2022.

BORGES, Ítalo Nelli. O paralelismo do absurdo: 1964: o Brasil entre armas e livros e seus desserviços históricos e Sociais. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**, v. 10, n. 2, p. 152-166, 2019. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/9680 Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL PARALELO. 1964 - O Brasil entre armas e livros (filme completo). Direção: Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. Produção: Henrique Zingano. Roteiro: Henrique Zingano e Lucas Ferrugem. **Bit**, 2019a. 1 vídeo (2h 07 min 19 seg). Disponível em: <https://bit.ly/305UynX>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL PARALELO. Brasil Paralelo na sua universidade. **Youtube**, 2019b. 1 vídeo (23 min 34 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UIP_etRxn_0&t=359s. Acesso em: 04 jul. 2025.

BRASIL PARALELO. Capítulo 1 - A cruz e a espada | Brasil - A última cruzada. **Youtube**, 2017. 1 vídeo (51 min 44 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TkOlAKE7xqY> Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL PARALELO. Carmem, a professora que escolheu o caminho da educação clássica para as crianças. **Portal Brasil Paralelo**, 23 maio 2023a. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/carmem-a-professora-que-escolheu-o-caminho-da-educacao-classica-para-as-criancas>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL PARALELO. Conheça o Projeto Mecenaz, a iniciativa social da Brasil Paralelo. **Portal Brasil Paralelo**, 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/projeto-mecenas-brasil-paralelo>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL PARALELO. Conheça todos os cursos da Brasil Paralelo. Catálogo completo do Núcleo de Formação. **Portal Brasil Paralelo**, 14 mar. 2025a. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/conheca-todos-os-cursos-da-brasil-paralelo-catalogo-completo-do-nucleo-de-formacao>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL PARALELO. Guerra contra a inteligência | Pátria educadora - capítulo 3 | filme completo. Direção: Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. Produção: Henrique Zingano. Roteiro: Filipe Valerim, Henrique Zingano e Lucas Ferrugem. **Youtube**, 2020a. 1 vídeo (1h 36min

40seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yJunMvIFtXI&t=2453s>. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRASIL PARALELO. O fim da história | Pátria educadora - capítulo 1 | filme completo. Direção: Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. Produção: Henrique Zingano. Roteiro: Filipe Valerim, Henrique Zingano e Lucas Ferrugem. **Youtube**, 2020b. 1 vídeo (51min 51seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EU5sAWPKgMc&t=675s>. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRASIL PARALELO. O que é a Brasil Paralelo? **Portal Brasil Paralelo**, 2025b. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL PARALELO. Paulo Kogos: a criança é sequestrada pelo Estado e é jogada dentro de uma escola. **Youtube**, 2022a. 1 vídeo (2min12s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pwgfNx_DPUw. Acesso em: 21 ago. 2025.

BRASIL PARALELO. Pelas barbas do profeta | Pátria educadora - capítulo 2 | filme completo. Direção: Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. Produção: Henrique Zingano. Roteiro: Filipe Valerim, Henrique Zingano e Lucas Ferrugem. **Youtube**, 2020c. 1 vídeo (1h 12min 01seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UPDjFGGN2w0&t=594s>. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRASIL PARALELO. Presente todos os dias veja os 9 programas novos e gratuitos começa hoje ao vivo. **Portal Brasil Paralelo**, 25 set. 2023b. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/brasil-paralelo-presente-todos-os-dias-veja-os-9-programas-novos-e-gratuitos-comeca-hoje-ao-vivo>. Acesso em: 07 jun. 2025.

BRASIL PARALELO. Seja Membro – BP nas escolas. **Portal Brasil Paralelo**, 2022b. Disponível em: <https://site.brasilparalelo.com.br/seja-membro/bp-nas-escolas>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL PARALELO. Seja Membro. **Portal Brasil Paralelo**, 2025c. Disponível em: Disponível em: <https://page.brasilparalelo.com.br/seja-membro/originais-bp/historia-do-fascismo/>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL PARALELO. Travessia – é anunciado o programa de formação educacional da Brasil Paralelo. **Portal Brasil Paralelo**, 13 abr. 2023c. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/travessia-e-anunciado-o-programa-de-formacao-educacional-da-brasil-paralelo>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BREVES, Ana Caroline da Silva Lassarot. **Ditadura Militar e ensino de história**: propostas e desafios contemporâneos ante o negacionismo histórico. Orientadora: Larissa Rosa Corrêa. 2021. 101f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2021.

BUZALAF, Márcia Neme. A construção estereotipada do comunista na produção 1964- o Brasil entre armas e livros. *In*: INTERCOM – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42., 2019. **Anais [...]**. Belém, PA: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, jul. 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2116-1.pdf>. Acesso em: 20 jan.

2025.

CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema direita. **Argumentum**, v. 13, n. 2, p. 64–82, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34166>. Acesso em: 17 abr. 2025.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 109-143.

CARDEAL, Diego Montanini. **Entre a glória do sucesso e a vergonha do fracasso: a cobertura dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA no Brasil pelos enquadramentos da Folha de São Paulo**. Orientador: José Marcelino Rezende Pinto. 2023. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2023.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964'. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Yk9r3yXBVzsMw5XxSRKSjZv/?lang=pt> Acesso em: 2 out. 2025.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**. 1. ed. Cruz das Almas: Ed. da UFRB, 2012.

CARDOSO, Lucileide Costa. “Volta à ditadura”? Retorno da utopia autoritária presente nas memórias de militares e civis de 1964. **Contenciosa**, n. 8, p.1-11, 2018. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/article/view/8594/12016>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CARDOSO, Lucileide Costa; MOREIRA, Bruno Oliveira. 1964 e o debate que não terminou: controvérsias sobre a terminologia civil-militar e a natureza da nossa última ditadura. **Revista Crítica Histórica**, v. 15, p. 11-41, 2024.

CARVALHO, Olavo. Prefácio. In: KRAENSKI, Mauro; PETRILÁK, Vladimís. **1964: o elo perdido – o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista**. Campinas: Vide Ed., 2017. Ebook. Disponível em: https://www.amazon.com.br/1964-Perdido-arquivos-servi%C3%A7o-comunista-ebook/dp/B0FNN9H7B1/ref=tmm_kin_swatch_0?asin=B0FNN9H7B1&revisionId=47c8bce3&format=3&depth=1 Acesso em: 30 mar. 2025.

CARVALHO, Roldão Pires; MARTINI, Mara Rovida. Escravidão e racismo: Análise sobre uma das abordagens dos grupos conservadores-liberais. **REGIT**, v. 10, n. 2, p. 39-57, 2018. Disponível em: <http://www.revista.fatecitaqua.edu.br/index.php/regit/article/view/REGIT10-A3>. Acesso em: 10 ago. 2025.

CARVALHO, Yuri Ferreira Mendes de. **Professor... e Adão e Eva?: os desafios do professor de história em seu compromisso ético e científico no século XXI (um estudo do Brasil Paralelo)**. Orientador: Fábio Franzini. 2021. 163p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Orientadora: Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes. 2016. 479f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2016.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos *et al.* **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: EdFGV, 2008. p. 119-142.

CAVALCANTE, Sávio M.; CHAGURI, Mariana Miggiolaro; NICOLAU NETTO, Michel. O conservadorismo-liberal no Brasil de Bolsonaro: a força da articulação no contexto de pandemia. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 10, n. 1, p. 285–307, 2021. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/127240> Acesso em: 2 out. 2025.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO ÍTALO BRASILEIRO. **Vestibular de História**. 2025. Disponível em: <https://uniitalo.com.br/graduacao/historia-licenciatura-2/>. Acesso em: 12 nov. 2025

CESARINO, Leticia. **O mundo do avesso: Verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu, 2022

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=html&lang=pt> Acesso em: 2 out. 2025.

CHAUI, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción: Revista de Teoría y Filosofía Política Clásica y Moderno**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7456781> Acesso em: 2 out. 2025.

CHOEN, Adan. The Difference Between Politically Incorrect and Historically Wrong. **The New York Times**, 26 jan. 2005. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2005/01/26/opinion/the-difference-between-politically-incorrect-and-historically-wrong.html>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CLETO, Murilo Prado. **Novas direitas, memória e revisionismo: como a Brasil Paralelo contou a história do Regime Militar**. Orientador: André Acastro Egg. 2024. 366f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2024.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

CONTEÚDO em vídeo alcança 99,63% da população brasileira. **Kantar Ibope Media**, 08 abr. 2024. Disponível em: <https://kantaribopemedia.com/conteudo/conteudo-em-video-2024/> Acesso em: 11 nov. 2025.

CRUZ, Natalia dos Reis. O Governo Vargas e o Fascismo: aproximação e repressão. **Boletim do Tempo Presente**, n. 4, p. 1-20, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/4219> Acesso em: 11 nov. 2025.

CRUZ, Natália. Islamofobia e elementos fascistas no discurso de Olavo de Carvalho e do Movimento Mídia Sem Máscaras (MSM). **Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 2, p. 337-389, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8110841> Acesso em: 3 out. 2025.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro, 2018.

DESIDERI, Leonardo. Brasil Paralelo quer 1 milhão de membros até 2022 e mira ramo do entretenimento. **Gazeta do Povo**, 18 set. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasil-paralelo-1-milhao-membros-2022/> Acesso em: 21 nov. 2023.

DIAS, André Bonsanto. Um Brasil (em) Paralelo: as “verdades” da ditadura e sua historicidade mediada como um empreendimento político. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 11., 2019. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/12o-encontro-2019/gt-historiografia-da-midia/um-brasil-em-paralelo-as-201cverdades201d-da-ditadura-e-sua-historicidade-mediada-como-um-empredimento-politico/view>. Acesso em: 3 out. 2025.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. História Pública Brasileira e Internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, maio/ago. p. 29-47, 2019. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/635>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

FEITOSA, Danillo Silva; SANTOS, Geisa Ferreira dos; SILVA, Sandra Regina Paz da. Paulo Freire e a pedagogia libertadora: uma ameaça à perspectiva de educação neoliberal da (extrema) direita no Brasil. **Filosofia e Educação**, v. 14, n. 1, p. 201–221, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8668581>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Brasil**: em compasso de espera: pequenos escritos políticos. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. CIDADE: Paz e Terra, 1992.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338151136002.pdf> Acesso em: 11 fev. 2025.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. O ENEM sob vigilância: a comissão verificadora de questões e as provas de ciências humanas no governo Bolsonaro. **Mediações**, Londrina, v. 28, n. 2, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mediacoes/a/tgj5WPymHMC6SfkSCH86R8N/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREITAS, Jorge Luiz Maia de. **Quebrando a história**: a ditadura civil-militar (1964-1985) na narrativa revisionista do Brasil Paralelo. Orientador: Carlos Eduardo Martins Torcato. 2022. 126f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2022.

FREITAS, Veronica. **“Meu partido é o Brasil”**: a ascensão do movimento pela intervenção militar nos protestos brasileiros (2011-2019). Orientadora: Angela Alonso. 2023. 269f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, São Paulo, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, p. 45-60, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/JSYmSMnc7TKKrxWjm3xHLGd/?format=html&lang=pt> Acesso em: 11 nov. 2025.

FRISCH, Michel. A história pública não é uma via de mão única, ou, de A shared authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTIAGO, R. (org.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-70

FUKUYAMA, Francis. ¿El fin de la historia? **Estudios públicos**, v. 37, n. 5, p. 5-31, 1990. Disponível em: <https://www.estudiospublicos.cl/index.php/cep/article/view/1503/2555> Acesso em: 11 nov. 2025.

GODOI, Rodolfo; DIMITROV, Eduardo. A construção de Paulo Freire como inimigo nacional. **Políticas Culturais em Revista**, v. 15, n. 1, p. 315-343, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Dimitrov/publication/362876553_construcao_de_Paulo_Freire_como_inimigo_nacional/links/66621929a54c5f0b94518623/construcao-de-Paulo-Freire-como-inimigo-nacional.pdf Acesso em: 11 nov. 2025.

GONZALEZ, Deborah. **A solução para o Brasil é dar um pouco de Brasil para as pessoas**: a construção do inimigo na produção da brasil paralelo. Orientadora: Karla Schuck Saraiva, 2022. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2022.

- GOOGLE TRENDS. 2023. Disponível em:
<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2016-07-27%202023-11-10&geo=BR&gprop=youtube&q=brasil%20paralelo&hl=pt>. Acesso em: 10 nov. 23
- GRAGNANI, Juliana. Eleições 2018: o que o TSE está fazendo para combater mensagens falsas? **BBC News Brasil**, 11 out. 2018. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45804824> Acesso em: 11 nov. 2025.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2
- GRUNER, Clóvis, CLETO, Murilo. “Sete denúncias”: guerra cultural e retórica antissistema no documentário da Brasil Paralelo sobre a pandemia. In: OLIVEIRA, R. CHRISTINO, D. e MACHADO JR. E (org.) **COVID-19 e a Comunicação**. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. p. 357-382. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/covid-19.pdf> Acesso em: 09 jun. 2025.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos, 2004.
- HALL, Stuart. O ocidente e o resto: discurso e poder. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 56, p. 314-361, 2016. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30023> Acesso em: 11 nov. 2025.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HASMANN, Robson Batista dos Santos; CARVALHO, Gabriel Aragão de. Argumentação no documentário ‘Pátria educadora’, da produtora Brasil Paralelo. **APRENDER-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, v. 19, n. 33, p. 203-220, 2025. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/aprender/article/view/17169> Acesso em: 11 nov. 2025.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa**. Dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Espanha: Siglo Vienteuno, 2002.
- JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez; Campinas: EdUnicamp, 1989.
- JOÃO FILHO. Todos nessa foto prometeram jamais receber dinheiro do governo. A maioria recebeu. **Intercept**, 1 mar. 2020. Disponível em:
<https://www.intercept.com.br/2020/03/01/allan-terca-livre-governo-bolsonaro/> Acesso em: 11 nov. 2025.
- KRAENSKI, Mauro; PETRILÁK, Vladimís. **1964: o elo perdido – o Brasil nos arquivos do**

serviço secreto comunista. Campinas: Vide Ed., 2017. Ebook. Disponível em: https://www.amazon.com.br/1964-Perdido-arquivos-servi%C3%A7o-comunista-ebook/dp/B0FNN9H7B1/ref=tmm_kin_swatch_0?asin=B0FNN9H7B1&revisionId=47c8bce3&format=3&depth=1 Acesso em: 30 mar. 2025.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública: os públicos e seus passados. *In*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.31-50.

LIMA, André Nicácio. A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. **Temáticas**, Campinas, v. 27, n. 54, p. 15–38, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3mwmAk8>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LIMA, Daniela. STF determina que presidentes de Google, Meta, Spotify e Brasil Paralelo prestem depoimentos à Polícia Federal. **CNN**, 02 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-determina-que-presidentes-de-big-techs-prestem-depoimentos-a-policia-federal/> Acesso em: 11 nov. 2025.

LIMA, Paula Valim de. **O projeto educativo da nova direita brasileira**: sujeitos, pautas e propostas. Orientadora: Vera Maria Vidal Peroni. 2020. 232f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A tela global**: mídias culturais e cinema na era hipermoderna. Porto Alegre: Sulina, 2009.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 652-664, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MFzdwXKBBcNqHyKkckfW6Qn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2025.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. História, memória e geração: remissão inicial a uma discussão político-educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 55, p. 94-103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640463>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692> Acesso em: 2 out. 2025.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**: da Antiguidade aos nossos dias. Cortez editora, 1992.

MARINHO, Andrea Rodrigues Barbosa. **Paulo Freire e a conscientização**. Orientador: José

Eustáquio Romão. 2015. 166f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro, neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, p. 25-39, 2022. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art03_MBM.pdf. Acesso em 22 ago. 2025.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Letra e Voz, 2016.

MAYRINK, Manoela; MEIMARIDIS, Melina. Catolicismo e política na era digital: o caso de Bernardo Küster e a Teologia da Libertação no YouTube. **Mídia & Cotidiano**, v. 18, n. 1, p. 53-73, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/59753>. Acesso em 5 out. 2025.

MAZZA, Luigi. No Facebook, Brasil Paralelo é recordista de gastos com propaganda política. **Piauí**, 27 mai. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/no-facebook-brasil-paralelo-e-recordista-de-gastos-com-propaganda-politica/> Acesso em: 21 nov. 2023.

MEIRELLES, Allana. A corte sem nobreza: polemistas e anti-intelectualismo na mídia. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 36, n. 3, p. 239-262, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3ndXNWj9jZsmRKCPyhzKQfJ/?format=html&lang=pt> Acesso em: 3 out. 2025.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, vol. 2, n. 2, p. 27-49, jan./jul., 2014. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/issue/view/3> Acesso em: 20 ago. 2024.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 16, p. 66-88, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Elis/Downloads/anpuh,+05+-+RHHJ+v8+n15+-+Dossie.pdf> Acesso em: 11 nov. 2025.
<metodista/index.php/EL/article/view/10337>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8667136/27339> Acesso em: 3 out. 2025.

MOERBECK, Guilherme. Sobre a civilização ocidental: um ensaio sobre temas sensíveis e os usos da antiguidade na narrativa pública. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v.7, n. 13, p. 25-50, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/article/view/20104> Acesso em: 3 out. 2025.

MONTEIRO, Renan. Brasil Paralelo surfa na polarização e tem crescimento exponencial. **Veja**, 08 jul. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/brasil-paralelo-surfando>

na-polarizacao-e-tem-crescimento-exponencial. Acesso em: 23. nov. 2023.

MOREIRA, Pedro Zarotti. **Tuas ideias não correspondem aos fatos:** o ensino de história e o revisionismo ideológico em difusão na atualidade. 2022. 121f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual de Campinas, Vitória da Conquista, 2022.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A guerra cultural bolsonarista e as disputas pela história recente. **Contenciosa**, v. 10, n. 12, 2022. Disponível em: https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/pt_BR/article/view/11496 Acesso em: 3 out. 2025.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. *In*: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Pato Sá; BOISARD, Stéphane. **Pensar as direitas na América Latina**. Alameda Casa, 2021a. Ebook. Disponível em: https://pt.everand.com/read/524464937/Pensar-as-Direitas-na-America-Latina#d_search-menu_609481 Acesso em: 3 out. 2025.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Passados presentes:** o golpe militar de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021b.

MOURÃO, Mônica. A verdade da direita: a produção audiovisual de memória sobre a ditadura de 1964. **Avanca| Cinema**, n. 10, p. 434-442, 2019. Disponível em: <https://publication.avanca.org/index.php/avancacinema/article/view/65/117> Acesso em: 20 ago. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9-44, nov. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>. Acesso em: 10 abr. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo Histórico. *In*: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: Cepe, 2022. p. 216-219.

NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary Anne. Como historiadores e professores devem lidar com negacionismos e revisionismos. *In*: EVENTO CIENTÍFICO: Negacionismos e revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça. **Anais [...]**. São Paulo: Departamento de História da FFLCH/USP, 7 a 9 maio, 2019.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, p. 28-51, mai. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>. Acesso em: dez. 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Da promessa de futuro à suspensão do presente:** a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira. Petrópolis: Vozes, 2020.

OLIVEIRA, Vinícius Fruscalso Maciel de. **A Brasil Paralelo e o bolsonarismo: uma análise a partir da trilogia Pátria Educadora**. Orientador: Gérson Wasen Fraga. 2023. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, 2023.

PARKER, Phillys R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo – uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **Rebela**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 101-110, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/rebela/revista/artigo/os-mitos-da-brasil-paralelo-uma-face-da-extrema-direita-brasileira-2016-2020>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PELUCIO, Lucas Brandão. Cultura ocidental — Veja quais são os três pilares da cultura no Ocidente. **Portal Brasil Paralelo**, 3 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/cultura-ocidental>. Acesso em: 12 nov. 2025

PENDERGRAST, M.; VIEWPOINTS A. Brief History of Coca-Colonization. **The Times**, 1993. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/08/15/business/viewpoints-a-brief-history-of-coca-colonization.html>. Acesso em: 23 ago. 2025.

PENTEADO, Cláudio; LERNER, Celina. “A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff”. **Em Debate**, v. 10, n. 1, p. 12-24, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/inAHW Acesso em 10 ago. de 2024.

PERCASSI, Jade *et al.* Universidades públicas na mira bolsonarista: Doutrinação, balbúrdia e cotas na guerra cultural da extrema-direita. **Revista Eco-Pós**, v. 27, n. 1, p. 378-405, 2024. Disponível em: https://ecopos.emnuvens.com.br/eco_pos/article/view/28033 Acesso em: 11 nov. 2025.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade**, v.41, p.1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/?lang=pt> Acesso em: 2 out. 2025.

PICOLI, Bruno; CHITOLINA, Vanessa; GUIMARÃES, Roberta. Revisionismo histórico e educação para a barbárie: A verdade da 'Brasil Paralelo'. **Extensão e Cultura**, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/download/64896/35650> Acesso em: 03 out. 2023.

POGGIO, Píer Paolo. **Nazismo y revisionismo histórico**. Madrid: Akal, 2006.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional: uma política sociológica: poder e conhecimento em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O mau professor de história segundo os “guias politicamente incorretos de história”. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 18, n. 31, p. 99 - 122, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5459> Acesso em: 15 ago. 2023.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: EdUnicamp, 2007.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. *In*: CRUZ, Sebastião et al. (org.). **Direita, volver!** São Paulo: Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

ROCHA, Camila. '**Menos Marx, mais Mises**': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Cris. Neste 1º de abril, lembre nove fake News que marcaram o cenário político do Brasil. **Brasil de Fato**, 1º abr. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil/> Acesso em: 05 nov. 2025.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. *In*: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. São Carlos: Edufscar, 2006, p. 81-91.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, Histórias**, v. 9, n. 17, p. 58-98, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.36429> Acesso em: 2 out. 2025.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. *In*: REIS, Tiago Siqueira et al. (org.). **Coleção história do tempo presente**. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2020. v. II. p.131-153.

ROXO, Sérgio; LEALI, Francisco. Filho de Bolsonaro divulga documentário que defende a ditadura. **O Globo**, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/filho-de-bolsonaro-divulga-documentario-que-defende-ditadura-23431083> Acesso em: 23 out. 2025.

RUDNITZKI, Ethel; SCOFIELD, Laura; OLIVEIRA, Rafael. A boiada invade a tela. **Pública**, 29 jul. 2021. Disponível em: https://apublica.org/2021/07/a-boiada-invade-a-tela/?utm_source=twitter&utm_medium=post&utm_campaign=brasilparalelo Acesso em: 20 ago. 2025.

SALGADO, Julia; JORGE, Mariana Ferreira. Paralelismos em disputa: o papel da Brasil Paralelo na atual guerra cultural. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 2, 726–738, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27797. Acesso em: 09 nov. 2025.

SAMPAIO, Cristiane. 'Lavajatismo' e Congresso mais conservador: veja o cenário que se anuncia para o Legislativo. **Brasil de Fato**. 07 outubro. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/07/lavajatismo-e-congresso-mais-conservador-veja-o-cenario-que-se-anuncia-para-o-legislativo>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SANTANA, Elís Saraiva. **Memória, história pública e legitimação da ditadura militar em vídeos e comentários no Youtube**. 2021. 120f. Dissertação (Mestrado em Memória: linguagem e sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. *In*: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-26.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ao7Q16>. Acesso em: 2 out. 2025.

SANTIAGO, Luiz. Crítica | 1964: o elo perdido – o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista, de Kraenski e Petrilak. **Plano Crítico**, 06 nov. 2023. Disponível em: https://www.planocritico.com/critica-1964-o-elo-perdido-o-brasil-nos-arquivos-do-servico-secreto-comunista-de-kraenski-e-petrilak/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 22 out. 2025.

SANTOS, Emily. O Brasil que lê menos: pesquisa aponta perda de quase 7 milhões de leitores em 4 anos; veja raio X. **Portal G1**, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/11/19/o-brasil-que-le-menos-pesquisa-aponta-que-pais-perdeu-quase-7-milhoes-de-leitores-em-4-anos-veja-raio-x.ghtml> Acesso em: 3 out. 2025.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro. **Agenda Conservadora, Ultraliberalismo e “Guerra Cultural”**: “Brasil Paralelo” e a Hegemonia das Direitas no Brasil Contemporâneo (2016-2020). Orientador: Rodrigo Ribeiro Paziani. 2021. 147f. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

SANTOS, Polliana Moreno. **A memória midiática nos 50 anos do golpe de 1964**: Alberto Dines, “chumbo quente” e o observatório da imprensa. Orientadora: Lucileide Costa Cardoso. 2022. 286f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022b.

SANTOS, Rosane Barreto Ramos. Entre a educação bancária e a interculturalidade: refletindo os ideais de Paulo Freire em tempos de “Pátria Educadora”. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 3, n. 2, p. 59–77, 2022a. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/58774>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento - Revista de Educação**. n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1290445/mod_resource/content/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESCOLAR%2C%20CURR%C3%8DCULO%20E%20SOCIEDADE-%20o%20problema%20da%20BNCC.pdf Acesso em: 11 nov. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o

desmonte da educação nacional. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 10, p. 1-25, 2020a. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 out. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, v. 45, p. 1-18, 2020b. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100202&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 2 out. 2025.

SAYURI, Juliana. Justiça paralela: Brasil paralelo lança ofensiva judicial para calar críticos e reescrever a própria história. **The Intercept Brasil**, 09 dez. 2021a. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/12/09/brasil-paralelo-lanca-ofensiva-judicial-para-calar-criticos-e-reescrever-a-propria-historia/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SAYURI, Juliana. Livros, canivetes e anjos: a lucrativa máquina de vendas que financia Olavo de Carvalho e outras dezenas de figuras da extrema direita. **Intercept**, 28 ago. 2021b. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/08/28/cedet-vendas-sites-olavo-de-carvalho-extrema-direita/#:~:text=Foto:%20Reprodu%C3%A7%C3%A3o/Instagram,Foro%20de%20Paraty,pernas%20do%20guru%20no%20Brasil%E2%80%9D>. Acesso em: 27 out. 2025.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SENADO. **Projeto de Lei nº 2630**, de 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944> Acesso em: 05 jul. 2023.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Direitas nas redes sociais online. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

TELLES, Helcimara. A Direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 19, p. 97-125, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/29895>. Acesso em: 22 ago. 2024.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia – as falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19574> Acesso em: 11 nov. 2025.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. *In*: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: EdUnicamp, 2014. p. 39-58.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Lisboa: Unipop, 2012.

TRAVERSO, Enzo. **Las historias como campo de batalla: interpretar las violencias del**

siglo XX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2023.

TURIN, Rodrigo. Os tempos da independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. **Almanack**, n. 25, p.1-39, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/h65DrB8zdnc8YVnYggR8gLq/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2025.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Apresentação- Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqygYCgFLmDBCNWmVKJ4gd/?lang=pt> Acesso em: 2 out. 2025.

VASCONCELOS, Francisco. A “guerra cultural” neofascista no Brasil: entre o neoliberalismo e o nacional-bolchevismo. **Revista de História**, UEG, v. 10, n. 2, jul/dez 2021. 78-95. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/11549> Acesso em: 14 jun. 2025.

VASQUES, Lucas. MEC nomeia professora ligada ao Escola sem Partido para coordenar materiais didáticos. **Fórum**, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2021/3/10/mec-nomeia-professora-ligada-ao-escola-sem-partido-para-coordenar-materiais-didaticos-93195.html> Acesso em: 10 ago. 2024.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988.

VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 mar. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503200908.htm> Acesso em: 11 nov. 2025.

ZANINI, Fábio. Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser 'Netflix da direita'. **Folha de S. Paulo**, 29 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2025.

APÊNDICE A - Gráficos e quadros elaborados a partir da ferramenta *google trends*

Gráfico complementar 1 - Resultado de “Interesse por sub-região”, resultado 1 a 5, para o termo de pesquisa “Brasil Paralelo” entre 27/07/2016 e 10/11/2023



Fonte: Trends, google.com.br (2023).

Gráfico complementar 2: Resultado de “Interesse por sub-região”, resultado 6 a 10, para o termo de pesquisa “Brasil Paralelo” entre 27/07/2016 e 10/11/2023



Fonte: Trends, google.com.br (2023).

Quadro complementar 1: Resultados de “Assuntos relacionados” e “Pesquisas relacionadas”, resultado 1 a 5, para o termo de pesquisa “Brasil Paralelo” entre 27/07/2016 e 10/11/2023

Assuntos relacionados		Pesquisas relacionadas	
	Em ascensão		Em ascensão
1 1964 - Assunto	Aumento repentino	1 1964 brasil paralelo	Aumento repentino
2 Teatro - Categoria de escola	Aumento repentino	2 brasil paralelo oficial	Aumento repentino
3 Tesoura - Assunto	Aumento repentino	3 entre lobos	Aumento repentino
4 Olavo de Carvalho - Ensaista brasileiro	Aumento repentino	4 brasil paralelo ao vivo	Aumento repentino
5 Cruzada - Guerra militar	Aumento repentino	5 brasil paralelo a ultima cruzada	Aumento repentino

Mostrando 1 a 5 de 17 assuntos

Mostrando 1 a 5 de 19 consultas

Fonte: Trends, google.com.br (2023).

Quadro complementar 2: Resultados de “Assuntos relacionados” e “Pesquisas relacionadas”, resultado 6 a 10, para o termo de pesquisa “Brasil Paralelo” entre 27/07/2016 e 10/11/2023

Assuntos relacionados		Pesquisas relacionadas	
	Em ascensão		Em ascensão
6 Educação - Assunto	Aumento repentino	6 brasil a ultima cruzada	Aumento repentino
7 Beleza - Assunto	Aumento repentino	7 filme brasil paralelo	Aumento repentino
8 Feminismo - Ideologia política	Aumento repentino	8 olavo de carvalho brasil paralelo	Aumento repentino
9 pátria - Assunto	Aumento repentino	9 olavo de carvalho	Aumento repentino
10 Getúlio Vargas - Ex-Presidente do Brasil	Aumento repentino	10 patria educadora brasil paralelo	Aumento repentino

Mostrando 6 a 10 de 17 assuntos

Mostrando 6 a 10 de 19 consultas

Fonte: Trends, google.com.br (2023).

APÊNDICE B - Entrevistados no filme “1964: o Brasil entre armas e livros”

Nome	Profissão e/ou outras informações descritas na produção
Percival Puggina	Escritor e Jornalista
Fernão Mesquita	Jornalista
Flávio Morgenstern	Escritor
Hélio Beltrão	Presidente do Instituto Mises Brasil
Vladmir Petrilák	Autor do livro “1964: o elo perdido”
Rafael Nogueira	Historiador
William Waack	Jornalista
Renor Filho	Pesquisador – StB no Brasil
Petr Blažek	Historiador Ph.D
Luiz Felipe Pondé	Filósofo e escritor
Leszek Pawlikowicz	Historiador e Escritor
Laudelino Lima	Administrador do site “A Verdade Sufocada”
Mauro Abranches Kraenski	Pesquisador e autor do livro “1964: O Elo Perdido”
Olavo de Carvalho	Filósofo e escritor
Světlana Ptáčnicková	Diretora do Arquivo de Serviço de Segurança de Praga
Andrezej Wojtas	Escritor e redator-chefe da revista Komandos
Alexandre Borges	Diretor do Instituto Liberal e escritor
Lucas Berlanza	Jornalista e escritor
Silvio Grimaldo	Cientista Político
Thomas Giulliano	Historiador
Aristóteles Drummond	Jornalista
Luiz Ernani Caminha Giorgis	Vice-presidente do Instituto de História e Tradições/RS
Bernardo Kuster	Ensaísta e jornalista

APÊNDICE C - Entrevistados na trilogia “Pátria Educadora”

Nome	Profissão e/ou outras informações descritas na produção
Fausto Zamboni	Escritor e professor de Língua e Literatura italiana
João Malheiro	Autor do livro “A alma da Escola” e diretor do Colégio Porto Real
Rafael Nogueira	Presidente da Biblioteca Nacional e Professor
Clístenes Fernandes	Diretor do Instituto Hugo de São Vitor
Luiz Philippe de Orléans e Bragança	Cientista político mestre por <i>Stanford University</i>
Thomas Giulliano	Professor e autor do livro “Desconstruindo Paulo Freire”
Francisco Solano Portela	Diretor Educacional da Universidade Mackenzie (2009-2019)
Olavo de Carvalho	Filósofo
Fernando Conrado	Cientista Político
Flávio Morgenstern	Escritor
Simon Schwartzman	Sociólogo e ex-presidente do IBGE
Percival Puggina	Escritor e jornalista
Gustavo Maultasch	Diplomata
Ricardo da Costa	Historiador e assessor especial
Luiz Felipe Pondé	Filósofo
Abraham Weintraub	Ministro da Educação
Iлона Becskeházy	Doutora em Educação pela USP e Diretora Executiva da Fundação Lemann (2001-2011)
Marcelo Hermes	Professor e presidente do DPL
Daniel Emer	Advogado e ex-assessor do Ministro da Educação
Matheus Colombo	Especialista em Comunicação e Política
Miguel Nagib	Advogado e autor do movimento “Escola sem Partido”
Rodrigo Gurgel	Professor e crítico literário
Sandra Ramos	Professora
Caroline De Toni	Deputada Federal
Alexandre Leuzinger	Advogado
Aline Loretto	Professora
Dênia Magalhães	Advogada
Carlos Nadalim	Secretário de Alfabetização e autor do projeto “Como Educar seus Filhos”
Ana Carolina Campagnolo	Deputada Estadual e Professora

ANEXO A - Excerto de matéria publicada no *site* da BP sobre o projeto Mecenaz

BRASIL PARALELO Black Friday Notícias Artigos Vídeos Streaming Suporte Login Assine

UM NOVO FILME DA BRASIL PARALELO
JOHN MONEY
ESTREIA EM 2026

**GARANTA SEU ACESSO
POR APENAS R\$ 7,90/mês**
Assine agora

Institucional 3 min de leitura

Conheça o Projeto Mecenaz, a iniciativa social da Brasil Paralelo

Por meio do plano Mecenaz, nossos Membros podem conceder acessos à plataforma BP para centenas de crianças, jovens e adultos espalhados por todo o país.

Por Redação Brasil Paralelo
Publicado em 23/12/2024 11:42

Brasil Paralelo

f X WhatsApp Compartilhar

Fonte: Brasil Paralelo, 2024.

ANEXO B - Excerto de matéria publicada no *site* da BP sobre o catálogo de cursos da empresa



The image is a screenshot of a web page from the website 'BRASIL PARALELO'. The page features a dark header with navigation links: 'Black Friday', 'Notícias', 'Artigos', 'Vídeos', and 'Streaming'. On the right side of the header, there are links for 'Suporte', 'Login', and 'Assine'. The main content area has a light background. At the top left of the article, it says 'Originals BP' and '3 min de leitura'. The main headline is 'Conheça todos os cursos da Brasil Paralelo. Catálogo completo do Núcleo de Formação'. Below the headline, a sub-headline reads: 'Além de filmes e documentários, a Brasil Paralelo possui mais de 90 cursos gravados com professores de excelência.' The author is listed as 'Por Redação Brasil Paralelo' and the publication date is 'Publicado em 14/3/2025 18:10'. There are two tags: 'Produção Original' and 'Educação'. To the right of the tags are social media sharing icons for Facebook, X, and WhatsApp, with a 'Compartilhar' button. Below the text is a grid of video thumbnails. One prominent thumbnail is titled 'IDEOLOGIAS POLÍTICAS' and another is 'PERSEGUIÇÃO'. Other thumbnails show various scenes, including a person in a red shirt and a person in a suit.

Fonte: Brasil Paralelo, 2025a.

ANEXO C - Excerto de matéria publicada no *site* da BP sobre a “cultura ocidental”



Fonte: Brasil Paralelo, 2021.

ANEXO D - Excertos do *site* do Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro

UNI ÍTALO

Cursos ▾ Campus ▾ Polos Parcerias Incentivos Guia de Carreiras Internacionalização

Inscriva-se Login ▾

Home / Graduação / Semipresencial / História – Licenciatura

História – Licenciatura

Semipresencial

O curso de Licenciatura em História forma educadores e pesquisadores com visão crítica sobre os processos históricos. A graduação desenvolve habilidades de análise, interpretação e ensino, preparando profissionais para investigar, contextualizar e transmitir conhecimento histórico, contribuindo para a compreensão da sociedade e de sua evolução ao longo do tempo.

Duração do Curso: 8 Semestres

A partir de: R\$ 400,16 / R\$ 320,81

Faça sua matrícula: Inscriva-se

O curso de História proporciona uma formação teórica e prática completa, cobrindo diversos períodos históricos, metodologias e abordagens de pesquisa. O curso desenvolve habilidades de análise crítica, interpretação de fontes históricas e compreensão dos processos históricos, preparando os alunos para atuar em diferentes áreas. A História não é apenas sobre o passado – é sobre entender o presente e transformar o futuro.

Apoio ao Aluno:

Com uma tradição de mais de 75 anos, a UNI ÍTALO oferece ensino de alta qualidade, fundamentado na experiência e na credibilidade de um centro universitário reconhecido. Mais de 90% do nosso corpo docente altamente qualificado é formado por Mestres e Doutores. O Aluno pode contar com todo o suporte durante a sua jornada acadêmica.

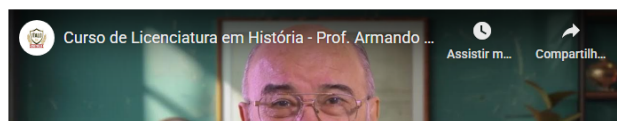
Parceria Empresas:

Brasil Paralelo

Requisitos:

Ensino Médio

Vídeo do Coordenador:



Fonte: Uni Ítalo, 2025.